

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ENTRE O “INSTINTO” E A “FALTA DE HÁBITO”: A
PSIQUIATRIZAÇÃO DA SEXUALIDADE EM *BOM-CRIOULO*
(1895)

OSWALDO ALVES LARA NETO

SÃO CARLOS

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Área de Concentração: Cultura, Diferenças e Desigualdades

**ENTRE O “INSTINTO” E A “FALTA DE HÁBITO”: A
PSIQUIATRIZAÇÃO DA SEXUALIDADE EM *BOM-CRIOULO* (1895)**

OSWALDO ALVES LARA NETO

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Sociologia da Universidade Federal
de São Carlos, para a obtenção do título de Mestre
em Sociologia**

Orientador: Prof. Dr. Richard Miskolci

SÃO CARLOS

2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

L318ei

Lara Neto, Oswaldo Alves.

Entre o “instinto” e a “falta de hábito” : a psiquiatrização da sexualidade em *Bom-Crioulo* (1895) / Oswaldo Alves Lara Neto. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
123 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Sociologia. 2. Literatura. 3. Foucault, Paul-Michel, 1926-1984. 4. Biopolítica. 5. Homoerotismo. 6. Estudos Queer. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos - SP
Fone/Fax: (16) 3351.8673 www.ppgs.ufscar.br Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Oswaldo Alves Lara Neto

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 10 de março de 2009 às 14h00, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 10 de Março de 2009

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Richard Miskolci
Orientadora e Presidente

Prof. Dr. Valter Roberto Silvério
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Alessandra El Far
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Júlio Assis Simões
Universidade de São Paulo

Para uso da CPG

Homologado na 11.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 06/05/2009

Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli
Coordenadora "pró-tempore" do PPGS



Agradecimentos

Esta pesquisa foi contemplada com uma bolsa de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que me ofereceu apoio fundamental e à qual expresso os primeiros agradecimentos.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação e à assistente de administração Ana Maria Bertolo pelas condições acadêmicas oferecidas nesses dois anos de mestrado.

Aos vários colegas do Grupo de Pesquisa Corpo, Identidade Social e Estética da Existência pela troca intelectual possibilitada em nossos encontros quinzenais.

Ao professor Richard Miskolci, que orientou essa pesquisa, pelas leituras e sugestões. Suas palestras nos congressos sobre o legado de Foucault em 2004 foram as primeiras a chamar minha atenção para a possibilidade de pesquisar nas Ciências Sociais muitas das questões que perpassam o presente trabalho.

À professora Alessandra El Far que enriqueceu este texto com suas observações e sugestões.

Agradeço ao professor Júlio Assis Simões pelos importantes comentários e críticas que me fizeram acrescentar novas questões ao trabalho.

Ao professor Valter Silvério pelos apontamentos de sua leitura.

Ao professor Jorge Valentim pela acolhida no Rio de Janeiro e pela colaboração em minhas primeiras visitas aos acervos da Casa de Rui Barbosa.

A Ana Guerra, Andreliza, Carolina Marcondes, Flávia, Michele, Nathália Gonçalves, Patrícia Melo, Tiago Duque, Valéria Cardoso, amig@s que, perto ou longe, me acompanharam nesses dois anos.

Ao meu pai, Ruy Cardoso Lara que tem me incentivado a continuar.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 – A identidade como essência.....	22
1.1 A emergência do degenerado nato	22
1.2 Sexualidade e história	26
1.3 A propósito da modernidade perversa: a hipótese foucaultiana como perspectiva sociológica	29
1.4 A invenção do tópico homossexual	43
Capítulo 2 - A emergência do biopoder como estruturante da oposição amizade/homossexualidade: uma leitura analítica de <i>Bom-Crioulo</i>	52
Capítulo 3 – A <i>sciencia</i> a serviço da sociedade.....	75
3.1 A ciência e o eterno retorno do instinto	75
Capítulo 4 – O diálogo entre Literatura e Ciência: produzindo trajetórias, romances e verdades.....	87
4.1 - Um republicano na província do Ceará	88
4.3 Literatura e Ciência: uma lição de verdade para o “respeitável público”	94
4.4 A cidade saturada: o crime e a simbólica da abjeção	97
Capítulo 5 – Hierarquias e expectativas culturais nos jogos da verdade.....	102
5.1 Em defesa da Verdade	103
Considerações Finais.....	113
Fontes:	117
Bibliografia Geral:	118

Resumo:

Um diálogo produtivo marcou a interação entre os literatos e os cientistas adeptos das teorias deterministas no final do século XIX. Partimos da contextualização desse período fundamental para a história da sexualidade nas sociedades modernas para realizar uma leitura analítica do romance *Bom-Crioulo* (1895) de Adolfo Caminha. Os pressupostos que embasavam os discursos que se consolidaram nesse período respondiam à questão do homoerotismo como problema social e médico. Nesse trabalho investigamos como uma leitura biopolítica dessas questões na sociedade brasileira foi elaborada no romance de Caminha, como também pelo jurista Francisco José Viveiros de Castro, redefinindo-a de acordo com a especificidade do racismo em relação à “população negra”. A análise correlacionada do dispositivo de sexualidade – em particular o micro-dispositivo de psiquiatrização das “perversões” – e da oposição que ele estabeleceu em relação ao problema da amizade nos permitiu explorar as ambigüidades presentes na narrativa literária de Caminha e nas interpretações de Viveiros de Castro.

Palavras-chave: Literatura – Bom Crioulo - Biopoder – Dispositivo de Sexualidade – Psiquiatrização – Homoerotismo.

Abstract:

A productive dialogue marked the interaction among novelists and scientists adepts from deterministic theories in the late 19th century. We start with the contextualization of this fundamental period to history of sexuality in modern societies to realize analytical reading of Adolfo Caminha's novel, Bom-Crioulo (1895). The projects that based discourses in this period answered to the question of homoeroticism like social and medical matter. In this work, we discuss like this biopolitical reading in Brazilian society was elaborated in Caminha's novel and from the jurist Francisco Viveiros de Castro, defining it in accordance with Brazilian racism.

Key words: literature – Bom Crioulo - biopolitics – sexuality dispositive – psychiatrization – homoeroticism

Introdução

Contextualização da Pesquisa

O presente texto é o resultado de uma pesquisa individual associada a um projeto coletivo marcado pelo diálogo acadêmico entre pesquisadores e estudantes que integram o Grupo de Pesquisa Corpo, Identidade Social e Estética da Existência. Quinzenalmente, há mais de quatro anos, reunimo-nos para a leitura tanto de uma bibliografia que recentemente passou a ser incorporada nas ciências sociais brasileiras, como também de textos clássicos que se debruçaram sobre os temas de interesse do grupo.

Há pouco mais de dois anos, alguns de nós tem se articulado em torno de um projeto temático ao qual esta investigação também se vincula. Trata-se do projeto “Ciências, Literatura e Nação: a emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil (1840-1930)”, o qual busca lançar um olhar não-heteronormativo sobre a sociedade brasileira de final do século XIX, período histórico em que se deu a emergência de uma nova ordem da sexualidade em nosso país.

Assim como os projetos individuais de meus colegas no Mestrado em Sociologia e na Graduação em Ciências Sociais, essa pesquisa parte de uma obra literária para compreender questões que não poderiam ser acessadas de outra forma neste período histórico.¹ Como observou Peter Fry há mais de vinte anos, a literatura de fins do século XIX é documento privilegiado para compreendermos a criação de Outros de forma mais rica e paradoxal do que outros discursos da época. Portanto, a escolha de uma obra artística como centro da análise não visa a criação de um estudo propriamente literário, antes deriva de uma decisão fundamentada nas vantagens que o romance oferece para um empreendimento nas ciências sociais que se volta para o passado na busca de compreendê-lo sob uma nova perspectiva.

Os estudos históricos sobre a recepção da noção de degeneração da população ofereceram um pano de fundo comum para contextualização dessas pesquisas. Trabalhos

¹ Cito a pesquisa em andamento de Richard Miskolci (que também coordena o projeto geral) sobre Machado de Assis e as de meus colegas de mestrado Fernando Figueiredo Balieiro sobre a pedagogização do sexo em O Ateneu e a de Talita Pimentel sobre as intersecções de raça, sexualidade e nação em Os Sertões de Euclides da Cunha.

como os de Dain Borges, Marcos Alvarez e Nancy Stepan nos mostram como essa noção passou a ser tratada como algo evidente na sociedade brasileira de finais do século XIX e mobilizou a preocupação de cientistas e literatos. O que estava em jogo era a afirmação do Brasil como nação civilizada e a constituição de uma coletividade saudável. Este diagnóstico conectou ciência, política e literatura em um processo de reconfiguração de nossa sociedade marcado pela inserção do sexo em formas de regulação, o que, nos termos de Michel Foucault, caracteriza o dispositivo de sexualidade. Assim definido, este jogo pressupunha a existência de elementos indesejáveis do ponto de vista biológico e que também resultariam no declínio moral da sociedade. A saúde do indivíduo e da população exigiam a regulação da sexualidade e o controle racial, como demonstram os discursos preocupados com o “embranquecimento” e a miscigenação².

O dispositivo de sexualidade se apóia em quatro estratégias principais: a histerização do corpo feminino³, a regulação das condutas procriativas, a pedagogização do sexo das crianças⁴ e a patologização das perversões. O Bom-Crioulo, personagem-título do romance de Adolfo Caminha lançado em 1895, é um símbolo das preocupações em torno da pederastia e da idéia de instinto homossexual que permitiam identificar e classificar os pervertidos sexuais.

De modo complementar, os estudos reunidos sob a perspectiva queer têm dado centralidade à crítica dos modelos que tomavam a heterossexualidade como a ordem natural do sexo, priorizando a análise dos processos de classificação das identidades como normais ou desviantes. A convergência entre a perspectiva queer e a sociologia permitiu focar um amplo campo de normalização ao atentar para as estruturas sociais hegemônicas que criam sujeitos como normais e naturais por meio da produção de outros perversos ou patológicos:

(...) O queer mantém, portanto, sua resistência aos regimes da normalidade, mas reconhece a necessidade de uma epistemologia

² A recente pesquisa de Renato Beluche apontou para a associação dos discursos sobre sexualidade e raça de um modo peculiar no contexto brasileiro. Cf. Beluche (2006).

³ Nesse sentido, o trabalho de Helena Bocayuva analisa as metáforas de sexo e gênero no imaginário brasileiro, explorando principalmente as narrativas literárias sobre a mulher-mãe e a mulher-nervosa, ver Bocayuva (2007)

⁴ Na pesquisa sócio-histórica sobre o romance *O Ateneu*, Fernando Balieiro analisa como este micro-dispositivo regulou a relação entre jovens da elite brasileira nos internatos no final do dezenove, ver Balieiro (2008)

do abjeto baseada em investigações interseccionais. Tais pesquisas sociológicas focariam nos processos normalizadores que resultam na criação das identidades e sujeitos subordinados. Este procedimento metodológico queer auxiliaria no rompimento com a antiga tendência sociológica de partir desses sujeitos já constituídos em pesquisas que, ao invés de colocar em xeque forças sociais, terminavam por corroborá-las (Miskolci, 2008, p. 20).

A pesquisa com o *Bom-Crioulo* se insere nesta convergência. Assim, ao lidar com o romance, os documentos históricos e o referencial teórico procuramos explicitar os processos sociais que serviram de apoio à emergência do dispositivo de sexualidade, em particular o processo de psiquiatrização das perversões. Portanto, meu recorte priorizou os discursos e práticas significativos para tais processos.

Neste trabalho, buscou-se articular a leitura analítica do romance com a pesquisa das fontes primárias encontradas nos acervos do Rio de Janeiro, quais sejam: o livro *Attentados ao pudor – estudos sobre as aberrações instinto sexual* encontrado na Faculdade Nacional de Direito, as *Cartas Literárias* e *A Nova Revista*, especialmente o artigo *Um Livro Condenado*, ambos de autoria de Adolfo Caminha e encontrados na Fundação Casa de Rui Barbosa. Também utilizamos dados documentais extraídos da pesquisa de Sânzio de Azevedo presentes em seu livro *Adolfo Caminha: Vida e Obra*, a mais completa bibliobiografia disponível sobre Caminha..

Isto posto, situaremos nas próximas páginas dessa introdução as questões problematizadas ao longo dos demais capítulos: as ambigüidades no diálogo entre literatura e ciência, a inserção do paradigma do biopoder e a tensão que ele produziu nas relações entre homens e também o tema da racialização. Em linhas gerais, procuramos dar relevo ao modo como, na narrativa literária, a consolidação da categoria homossexual como problema médico-legal confrontou-se com outras tradições discursivas acerca da intimidade masculina.

Apontamentos iniciais sobre literatura, sociedade e normalização

O romance *Bom-Crioulo* narra uma história que se passa quase exclusivamente no universo masculino. Ao longo de suas pouco mais de cem páginas acompanhamos a aparição, com maior ou menor relevância, de marinheiros, tenentes, comandantes, homens de ganho, açougueiros, caixeiros, catraieiros, médicos, enfermeiros, engenheiros, padeiros e guardas municipais. A única personagem mulher de importância para o enredo é a prostituta Carolina. Fora ela, alguns vagos registros de prostitutas de outras nacionalidades, a mãe Sabina que o Bom Crioulo deixara na fazenda e as senhoras que apareciam na janela para assistir a algum “rolo” que acontecesse nas ruas. A narrativa se inicia em alto mar num navio de guerra, contando-nos o caso de amor à primeira vista de Amaro em relação a Aleixo. Instalados na capital do Império, pois o tempo da narrativa é anterior à proclamação da República, o casal passa a viver numa pensão e transforma-se, mais tarde, num conturbado triângulo amoroso que renderia o desfecho trágico do romance.

O presente texto, como dissemos acima, procurará apresentar os resultados de uma pesquisa que conjugou questões teóricas e históricas para realizar uma leitura analítica do diálogo entre literatura e ciência oitocentista tomando como marco uma perspectiva sociológica. Ele é também um convite a uma viagem em direção às suposições e fantasias que o século XIX nos legou a respeito da natureza da sexualidade humana. Para que a expressão não nos engane, vale frisar: foram fantasias poderosas, muitas vezes coladas como uma segunda pele, fixadas em algumas máscaras e incorporadas em ilusões subjetivas. Para alguns leitores, é possível que elas se apresentem como fantasias envelhecidas, poeirentas e mesmo ultrapassadas. Não nos cabe aqui julgar de antemão. Entretanto, não deixa de ser curioso que a presente pesquisa tenha tomado como objeto de análise o diálogo profícuo que marcou os debates entre literatura e ciência em finais do XIX. Pois, ao eleger um romance para uma possível leitura sócio-antropológica ela não deixa de marcar assim uma espécie de reencontro, mas agora em outros termos. Passemos ao trabalho.

Em um ensaio de 1982, Peter Fry era enfático ao afirmar a importância do final do século XIX para o estudo histórico da produção de identidades sexuais, pois é nesse período que, tanto no Brasil como na Europa, uma certa vontade de saber empenhou-se em

codificar as “anormalidades” do sexo. Por um lado, o saber médico preocupado em categorizar tipos sexuais, exerceu papel fundamental na construção social da identidade não só de “pervertidos” sexuais, mas também criminosos, negros e mulatos, definindo-os no vocabulário de um determinismo biológico. No que toca à criação artística, os romances do mesmo período ocuparam-se também desses “tipos” e apresentavam situações verossímeis, posto que a pedra de toque para boa parte da produção literária de então era sua fundamentação em observações da realidade. Entretanto, ainda que as obras de arte de finais do século XIX fossem “coloridas pelas tintas” da discursividade médica, entre uma e outra, mas particularmente nas primeiras, outras falas discordantes teriam se pronunciado (Fry, 1982).

Fry argumentava que os romancistas tiveram dificuldades em aplicar as teorias científicas em sua totalidade. Assim, a exigência do projeto realista-naturalista de que os escritores se aproximassem dos setores sociais que objetivavam descrever, resultava também em personagens simpáticos e dotados de qualidades admiráveis, como é o caso de Amaro em *Bom-Crioulo*. Nesse sentido, Fry comparava tais romancistas a observadores participantes que, como resultado de seu ofício, nos legaram obras ambíguas que oscilam entre os juízos médico-moralizantes e retratos que muitas vezes conseguiam apreender “com muita sensibilidade” a lógica desses “tipos marginais” (Idem, p. 36). Portanto, Fry considerava que poderíamos ler esses romances como documentos sócio-antropológicos que nos transmitem “representações sobre a marginalidade social discordantes” (Idem). O *Bom-Crioulo* seria um exemplo proeminente, dado que “a maneira pela qual o autor trata da homossexualidade é certamente ambígua” (Idem, p. 47).

Falar em ambigüidades e tensões quando se trata das teorias deterministas do século XIX é falar nas contradições enfrentadas pela emergência do biopoder. O caso de uma sexualidade determinada a um só tempo como natural e contra a natureza pode ser tomado como o exemplo mais próximo.

Como veremos mais detalhadamente, a conceituação do biopoder surge nos trabalhos teóricos de Michel Foucault para enunciar a constituição da modernidade. Nela, a definição biológica da *população* tornou-se fundamental: através de novos mecanismos de poder (presentes nas modernas instituições médicas, pedagógicas, militares), tratava-se de produzir a espécie (pensada numa historicidade evolucionista). Nas palavras de Joel

Birman, “em decorrência disso, a categoria de *raça* passou a se inscrever no primeiro plano dos diferentes discursos das ciências humanas e a eugenia se transformou num projeto político crucial da modernidade”. (Birman, 2007, p. 17).

De fato, a eugenia e o racismo realizaram-se primeiramente em solo europeu. Tais práticas foram “exportadas” com a colonização externa ultramarina, mantendo o objetivo de tornar as populações mais saudáveis e regular as práticas reprodutivas (Idem). É nesse contexto da segunda metade do século XIX que o psiquiatra Benedict-Augustin Morel cria o conceito de degenerescência, segundo o qual a conservação da espécie humana estava ameaçada por fenômenos tanto de ordem física quanto de ordem moral⁵.

De acordo com Birman, os desconcertos decorrentes da transposição do paradigma europeu para a tradição brasileira colocam questões que devem ser observadas pelas pesquisas em torno desse tema. Isso não significa negar a existência do paradigma, mas relativizá-lo, atentando para o fato de que ao ser transposto ele foi também “redesenhado no cenário da brasilidade” (Idem, p. 20).

Em primeiro lugar, o autor chama a atenção para a tradição patriarcal brasileira que atravessou todo o século XIX e se conjugou com o patrimonialismo, possibilitando o predomínio de uma sociedade rural de economia agroexportadora. Em linhas gerais, foi somente na terceira década do século XX que se consolidou no Brasil uma sociedade urbana que se contrapôs aos interesses das oligarquias rurais (Idem, p. 21). Desse modo, a tradição escravocrata, vista como principal obstáculo para a modernização, marcou o horizonte da brasilidade por longo tempo (Idem).

Não obstante tais ressalvas, é possível “destacar ao longo do século XIX o início do processo de medicalização e de psiquiatrização da sociedade brasileira, em que a biopolítica já se mostrava presente” (Idem). Portanto, a análise da produção literária da segunda metade do século XIX expõe alguns dos impasses para a implantação do biopoder no Brasil. A esse respeito, Birman destaca que “o escravagismo e a negritude da população brasileira se transformaram em objetos importantes de uma leitura biopolítica” (Idem, p.

⁵ O *Tratado das degenerescências na espécie humana* de Morel referia-se à “verdade revelada” no Gênesis, à Filosofia e à História Natural para afirmar a “espécie” como dado da natureza. A degenerescência é representada como “*um desvio doentio de um tipo primitivo*” e o degenerado seria uma criatura “não somente incapaz de formar na humanidade a cadeia de transmissibilidade de um progresso, mas é também o maior obstáculo a esse progresso, por seu contato com a parte sadia da população. A duração de sua existência é enfim limitada, como a de todas as monstruosidades” (Morel, 2008, p. 501).

22). Trata-se, conseqüentemente, de atentar, a partir da literatura, para a especificidade do vínculo poder-saber-subjetivação que delineou o campo do biopoder no Brasil. Assim colocado o problema, podemos nos valer da seguinte afirmação de Birman:

Seria necessário mostrar então como a narrativa literária é uma instância crucial para os processos de subjetivação, que, pelas suas inflexões ética, estética e política, participam ativamente da construção do campo da biopolítica. Assim, as individualidades brasileiras seriam forjadas por formas específicas de subjetivação que tomaram o corpo através dos discursos literários. A escrita e a leitura se conjugam aqui de maneira crucial para o engendramento das formas de subjetivação, que seriam enfim as contrapartidas do biopoder (Idem, p. 23).

O domínio da sexualidade que se consolidou no século XIX foi o tema privilegiado pelas estratégias do biopoder, delimitando também certas possibilidades de resistência. Ao investigarmos o processo de constituição desse domínio da identidade na literatura, é fundamental observarmos como o homoerotismo masculino foi problematizado a partir desse período.

Estudos históricos como o realizado por Jurandir Freire Costa em *A inocência e o vício* apontam para a importância que a invenção do estereótipo “homossexual” teve, funcionando como antinorma do ideal de conduta sexual masculina adequado à formação da família burguesa. Indissociável do contexto médico-legal e psiquiátrico no qual surgiu, a identidade social do “anormal” ocupou na dimensão da subjetividade “a posição de objeto do desejo de destruição da maioria que em nome da norma ideal outorga-se o poder de atacar ou destruir física ou moralmente os que dela divergem ou simplesmente se diferenciam (Costa, 2004, p. 19). Quando analisada em termos históricos, percebemos que a noção de identidade fundada na atração física pelo mesmo sexo biológico é que possibilita a busca do “verdadeiro homossexual” (Idem, p. 30, 31). Ainda que pareça simples, tal constatação demonstra que o “verdadeiro homossexual” é um *efeito histórico*

do processo de sexualização. Nesse sentido, vale observar que, historicamente, tanto homossexualidade quanto heterossexualidade são herdeiras do mesmo contexto discriminatório. Assim, Costa recorria também à literatura moderna para acompanhar as transformações históricas na definição da sexualidade.

De um modo instigante, Costa iniciava sua argumentação trazendo um trecho de uma autobiografia de 1837 extraído de uma pesquisa do historiador Peter Gay: nele, o jovem Albert Dodd declarava em cartas seu amor tanto por moças quanto por rapazes. Intencionalmente, o ponto de partida escolhido por Costa procurava evidenciar a arbitrariedade da divisão homo/hetero que se cristalizaria na literatura dos anos seguintes. Ainda que tenham tentado re-significar ou mesmo subverter a associação direta com a noção de degenerescência, os escritores em questão se referiam a uma visão sustentada pelo binário homo/hetero. Assim, em Proust, os “descendentes da raça de Sodoma” eram caracterizados por sua *refinada sensibilidade*. No internato de Raul Pompéia a homossexualidade aparecia como *estágio* do desenvolvimento psíquico e moral do indivíduo. Por fim, em Adolfo Caminha, o homossexual apareceria relacionado à *criminalidade* (Idem, p. 46, 51).

A propósito dos últimos dois romancistas, Costa chama a atenção para um importante aspecto de nossa análise: ao demonstrarem a preocupação social de sua época com o “homossexualismo de escola” e com o “homossexualismo de quartel”, seus romances problematizaram a constituição da identidade homossexual a partir de contextos marcados pela homossociabilidade, para empregarmos o conceito de Eve Sedgwick⁶. Valendo-se da historiografia contemporânea, Costa explicitava que “(...) na condenação dessas sociedades exclusivas de homens, decretava-se paulatinamente a morte do *ethos da amizade*” (Idem, p. 52).

Em termos de análise literária, as pesquisas de José Carlos Barcelos levaram adiante este *insight*, avaliando os estudos anteriores que haviam abordado o tema da “amizade masculina” e da homossexualidade. Em linhas gerais, o autor destaca quatro tentativas de classificação do tema da amizade entre homens na literatura:

⁶ O conceito é utilizado pela autora para definir os *vínculos sociais* entre pessoas do mesmo sexo e para marcar diferenças históricas e generalizações na estrutura das relações entre homens (Sedgwick, 1985, p. 1,2). Por sua vez, o conceito de homoerotismo utilizado por Costa, mesmo que resgatado da Psicanálise, ao ser historicizado como configuração social, tem semelhanças com a perspectiva de Sedgwick.

- a amizade como forma de transfiguração de um desejo não realizado;
- a amizade como forma camuflada de apresentação da homossexualidade num contexto social adverso;
- a amizade provocativamente ligada à homossexualidade num contexto de tematização explícita de existências marginais;
- a amizade como forma duradoura de aliança entre homens num contexto utópico (Barcelos, 2006, p. 18, 19).

O aspecto central da análise de Barcelos foi a percepção de que tais classificações, apesar de úteis para os estudos literários, eram viáveis somente se assumíssemos como verdadeira uma suposta oposição entre amizade e homossexualidade (Idem). Para Barcelos, é na estética naturalista de fins do século XIX que essa oposição atinge seu apogeu: ela trouxe à tona as relações afetivas e sexuais entre homens codificando-as no domínio da abjeção (Idem, p. 117, 118). No caso de *Bom-Crioulo*, nota-se que a estratégia narrativa não se estrutura tão somente na condenação do “delito contra a natureza”, mas sim na continuidade da relação como vínculo social e afetivo.

De fato, a noção de sexualidade desviante operou como definidora das personagens de Adolfo Caminha no romance de 1895. Entretanto, nossa leitura procurou demonstrar como tal operação sustentou-se sobre a negação da idéia de “amizade apaixonada”. Como veremos na análise do romance, se uma leitura biopolítica do homoerotismo foi determinante para a estruturação do *Bom-Crioulo*, ela deu-se em contraposição com a possibilidade do desenvolvimento da amizade como vínculo social e afetivo. Na configuração dessa impossibilidade, o desejo inter-racial de um homem negro por um rapaz branco foi delimitado como violência sexual do negro sobre o branco, que aparecia assim sob a ameaça da feminização.

A intenção de oferecer uma palavra final sobre qual teria sido o aspecto determinante em *Bom-Crioulo* – a raça *ou* o meio, os atavismos *ou* as circunstâncias – mostrou-se limitada na leitura analítica do romance. Mais interessante nos pareceu retomar a proposição de Fry sobre as representações discordantes e analisar como o romance combinou de forma ambígua elementos contraditórios.

Então, a partir do romance foi possível retomar também uma hipótese mais geral formulada por Foucault em diversas entrevistas: a de que a contradição fundamental da homossexualidade como problema social na modernidade esteve relacionada à invalidação da amizade como relação culturalmente aceita:

E uma de minhas hipóteses - estou certo de que ela se verificaria se nos colocássemos esta tarefa - é que a homossexualidade (pelo que eu entendo a existência de relações sexuais entre os homens), torna-se um problema a partir do séc. XVIII. A vemos tornar-se um problema com a polícia, com o sistema jurídico. Penso que se ela tornou-se um problema, um problema social, nessa época, é porque a amizade desapareceu. (...) E neste momento o problema apareceu. Em nossos dias, quando os homens fazem amor ou têm relações sexuais, isso é percebido como um problema. Estou seguro de ter razão: a desapareição da amizade enquanto relação social e o fato da homossexualidade ser declarada como problema social, político e médico fazem parte do mesmo processo⁷ (Foucault, 1984, s/n).

Coerente com essa proposta, o trabalho de David Halperin tem sustentado a afirmação de que a categoria médica homossexual atuou no sentido de unificar um domínio muito amplo e heterogêneo que é o da intimidade entre homens⁸. Nesses termos, a “perversidade” da moderna definição de sexualidade diz respeito a interferência homogeneizadora que ela exerceu sobre as relações entre homens em geral e com efeitos violentos no caso do homoerotismo, em particular⁹.

⁷ Essa hipótese válida para as sociedades modernas foi enunciada nas últimas entrevistas do filósofo, não delimitando uma pesquisa específica. Entretanto, Foucault pesquisou em profundidade o tema da amizade e da estética da existência como relação social intensa no interior das práticas culturais do mundo grego e greco-romano. Cf., *História da Sexualidade II - O uso dos prazeres* (2006).

⁸ O argumento de Halperin será melhor desenvolvido no subcapítulo 1.4: *A invenção do tópico homossexual*.

⁹ Não se nega com isso o argumento de que ao igualar a todos como “pervertidos” e não restringir o estigma ao homem penetrado (como ocorre no modelo ativo/passivo), ela também condicionou um novo tipo de reação, configurando a arena da luta política na qual se insere o movimento homossexual, cujo apogeu ficou

Portanto, no caso de uma análise como a nossa, foi necessário atentar para a configuração literária do homoerotismo, dando relevo à sua dimensão sócio-antropológica. Voltado para esse contexto, o trabalho de Alessandra El Far nos oferece pistas interessantes sobre a problemática em questão, uma vez que aborda aspectos peculiares da produção literária desse período como também as características de um crescente público leitor. Nesse sentido, ao mesmo tempo que nos ajudam a compor esse panorama mais amplo, tais pistas apontam para a singularidade de um livro como *Bom-Crioulo*.

A partir de 1870 o mercado editorial carioca passou por um considerável desenvolvimento, oferecendo um número maior de obras e objetivando atingir consumidores de diferentes camadas sociais com baixos custos. Nesse momento, portanto, o livro deixava de ser “um produto caro, reservado apenas às elites abastadas e ilustradas” (El Far, 2007, p. 287). Um gênero literário em particular tornou-se mais popular, a pornografia ou os “romances para homens” como eram chamados. Entretanto, como observa El Far, a pornografia neste caso deve ser tomada em sentido amplo, pois abarcava toda a sorte de histórias que apresentassem “descrições corporais pouco sutis, namoros proibidos e menções a prazeres que feriam os bons costumes” (Idem, p. 290).

Essa literatura pornográfica despertou a reação de jornalistas e críticos literários mais conservadores, preocupados que estavam “com o espaço que esse gênero literário ganhava a cada dia” (Idem, p. 288). Assim, tais obras eram apontadas como “indecentes”, “ímorais”, “mentirosas” e “sem estilo”. Vale a pena nos determos nesse ponto: o livro *Um homem gasto* (1885), cujo protagonista é apresentado pelos críticos ora como aristocrata ora como um homem de classe média, era anunciado como um “romance para homem” e contava uma história de “homossexualismo masculino” já influenciada pela perspectiva médica. Entretanto, apesar de seu apelo popular, esse romance foi lido e citado por Caminha num trecho em que elogiava também a obra de Raul Pompéia e Aluísio Azevedo¹⁰. Quer dizer, a classificação categórica de um determinado romance como pertencendo a tal ou qual gênero é marcada pelos interesses e contingências de sua época, mas devemos desconfiar que tal classificação expressasse de forma transparente os elementos da narrativa. Neste caso, o mesmo vale para o *Bom-Crioulo* de Adolfo Caminha:

marcado como a resistência organizada em Stonewall em 1969. Para uma discussão sobre categoria homossexual tornou-se base de uma luta política que reivindica a diversidade sexual, ver Adelman, 2000.

¹⁰ Cf. o tópico 4.3 *Literatura e Ciência: uma lição de verdade para o “respeitável público”*.

ainda que em meados da segunda metade do século XX ele tenha sido definitivamente considerado, ao lado de Aluísio Azevedo, como o “ponto alto do naturalismo”¹¹, sua trajetória polêmica talvez nos aponte o modo original como Caminha não se ateuve totalmente às fronteiras de tal ou qual “escola”, mas produziu um romance “híbrido”.

Talvez aqui resida parte do mal estar que marcou a recepção de *Bom-Crioulo*: assim como a literatura pornográfica, ele foi apontado como “imoral” e “indecente”, mas não foi possível desqualificá-lo por falta de “estilo” ou “gramática”¹². Há mais uma característica que o aproxima dessa literatura popular: o alto número de exemplares vendidos. Afinal, o próprio Caminha dizia-se surpreso com o fato de que, mesmo com tantos ataques da crítica, o *Bom-Crioulo* tivesse vendido “à guisa de cartilha da infância” (Caminha, 1896, p. 41). Mais do que sugerir uma nova classificação para o romance de Caminha, o que podemos perceber é que sua recepção foi muito semelhante à da literatura pornográfica ou dos “romances para homens” para ficarmos com o rótulo oitocentista.

Esses romances apresentavam bons índices de venda conseguidos graças a uma “crescente população masculina e assalariada que se instalava diariamente na cidade do Rio de Janeiro, com o final da escravidão” (El Far, 2007, p. 291). Eram, sobretudo, homens jovens e solteiros que os livreiros cariocas pretendiam alcançar. El Far ressalta que a matéria-prima dessa literatura passara por uma significativa mudança: no início da segunda metade do século XIX apresentava narrativas nas quais os padrões sociais eram ignorados, questionados, transgredidos e exibiam como pano de fundo uma crítica social ao clero e às desigualdades (Idem, p. 291 e 298). Por sua vez, ao dialogar com as teorias deterministas, os enredos dos finais do século XIX passaram a abordar questões relativas ao corpo biológico, manifestando preocupações com as “conseqüências de uma sexualidade considerada anormal e pervertida” (Idem, p. 292).

Segundo El Far, esses romances não contaram, a princípio, com o público leitor feminino. Daí não parecer equivocado inferir que, também a princípio, o alvo da preocupação que marcou essas mudanças nos enredos foi a conduta sexual masculina do homem branco. A denominação “romance para homens” assentava-se no estereótipo então difundido que as mulheres eram dotadas de uma personalidade frágil e, portanto, seriam

¹¹ Cf. Lúcia Miguel Pereira (1960).

¹² A polêmica envolvendo a crítica ao romance de Caminha será analisada no capítulo 5.

mais suscetíveis a entregar-se aos prazeres das narrativas, esquecendo-se da fronteira com a realidade (Idem, p. 290). Não nos parece difícil perceber o caráter ilusório de tal estereótipo: pois, se o público leitor desses romances era principalmente constituído por homens, a quem se dirigiam, na verdade, os juízos moralizantes e o temor de que os leitores se entregassem aos prazeres da narrativa? Muito provavelmente, o homem branco trabalhador letrado no qual depositavam-se as esperanças de futuro da nação.

Outro aspecto analisado por El Far nessa virada temática, segundo a qual a preocupação com a decadência física do corpo ganhou centralidade, diz respeito à presença de homens e mulheres negros/as nas narrativas. Se nos livros do início da segunda metade do século XIX as diferenças raciais não apareciam, o mesmo não se pode dizer quando se trata dos romances de fins do XIX e início do século XX. Assim, entre histórias como *Mademoiselle Cinema* (1924) e *A mulata* (1896), nota-se uma diferença interessante: ambos traziam prostitutas como protagonistas, entretanto, se nas personagens brancas “o vício não era inato e podia ser remediado” (Idem, p. 305), no caso das mulheres negras e mestiças surgia a noção de “raça decadente” (Idem, p. 306). Nesse sentido, o determinismo era mais acentuado quando se tratava de (des)qualificar o desejo sexual das classes subalternas:

(...) se alguma discussão ainda se fazia em torno das personagens pertencentes às classes abastadas e de cor branca, nenhum desacordo vinha à tona quando um negro ou uma mulata, proveniente das camadas mais desfavorecidas, se identificava com o mundo da prostituição e do comportamento sexual “anormal” e “invertido” (Idem).

As considerações de El Far nos coloca uma peculiaridade a ser observada na sociedade brasileira de fins do século XIX: o modo como o gradativo processo de medicalização da sexualidade que legitimou o racismo moderno agregou as hierarquias anteriores que caracterizavam o racismo de cor. Esta forma prévia de racismo assentava-se em concepções morais-religiosas¹³. No romance *Bom-Crioulo*, a suposta inferioridade dos

¹³ O trabalho de Andréas Hofbauer explora fontes sobre a fundamentação cristã da hierarquia entre brancos e negros no Brasil: De acordo com a concepção cristã universalista, todos os seres humanos eram tidos como filhos de um único casal. Não havia dúvida de que Adão e Eva, ou seja, a humanidade na sua origem, era

negros parece ter resultado numa curiosa manobra para configurar o homoerotismo masculino, como veremos na leitura analítica do romance.

O primeiro capítulo analisa como, historicamente, surgiu em nossa sociedade um modo de compreensão da identidade como essência com base na sexualidade. Nele retomaremos proposições teóricas e a perspectiva histórica sobre as quais apoiamos nossa análise. O segundo capítulo problematiza a oposição entre amizade e homossexualidade que estrutura o romance, demonstrando seu vínculo com a ascensão do biopoder. No terceiro capítulo, demonstramos como o discurso biologizante que fundamentava a ciência colocava-se a serviço da moral dominante, tomando como referência os enunciados do jurista Viveiros de Castro que, veremos, manteve diálogo intelectual com Adolfo Caminha. No quarto capítulo, aprofundamos a análise do diálogo produtivo que se estabeleceu entre ciência e literatura no final do século XIX e exploramos a inserção deste diálogo em relação aos dilemas específicos colocados à sociedade brasileira. Abordamos no capítulo cinco as hierarquias e expectativas culturais envolvidas nos jogos de verdade, apresentando uma reflexão sobre conjugação das questões de sexualidade, raça e origem social no final do século XIX.

“branca”. Desvios “fenotípicos” deste modelo eram atribuídos a falhas morais e, a partir do século XVII, passavam a ser explicados cada vez mais também como produtos de influências climáticas (Cf. Hofbauer, 2003, p. 72). Nessa leitura, a escravidão era vista como benevolente, pois permitia a “reintegração” dos seres humanos enegrecidos na “grande família da cristandade” (Idem).

Capítulo 1 – A identidade como essência

1.1 A emergência do degenerado nato

Um modo de compreender as identidades como essência biológica emergiu em meados do século XIX. Esse modo de instituir e regular a verdade sobre o sujeito que teve seu começo nas sociedades urbano-industriais localizou-se primeiramente nos países Europeus e posteriormente expandiu-se para outros países. Certamente, ao falarmos de uma personagem da literatura brasileira do final do século XIX, o negro Amaro do romance *Bom-Crioulo* de Adolfo Caminha, estamos nos referindo a uma experiência histórica, ou seja, a discursos e práticas que passaram a explicar como biológicas (sobretudo, como patológicas) as questões sociais que ganharam maior visibilidade naquele momento. Esta é a hipótese que fundamenta o recorte sociológico e histórico desta pesquisa.

Poderíamos a partir do mesmo romance buscar uma história dos castigos corporais na marinha, tema que ocupa parte central na primeira parte da narrativa. Então, por que este recorte? O romance, os documentos históricos e o referencial teórico que orientam este trabalho nos colocam a seguinte questão: como foi possível objetivar na figura literária de um marinheiro negro signos tão distintos como homossexualidade, crime, alcoolismo e associá-los às idéias naturalizantes de degeneração nata e perversão do instinto? De acordo com Richard Miskolci, esta é a questão primordial deste tipo de análise:

Esse panorama dos problemas e temores sociais de fins do século retrasado é o ponto de partida necessário para o estudo histórico da normalidade e do desvio social, pois este par relacional de oposições não existia anteriormente. A emergência da normalidade e do desvio só pode ser esclarecida se constatarmos que, ao contrário do que parecia aos pensadores daquela época, os problemas que os afligiam não eram novos (Miskolci, 2005, p. 10)

Portanto, o que era novo não era o homoerotismo¹⁴, o crime, a prostituição ou o alcoolismo, mas sim a forma de problematizá-los com base nos saberes biologizantes constituídos na forma de teorias científicas. No diálogo com tais teorias, o pensamento social brasileiro expressava o temor de degeneração. Em outras palavras, estamos lidando com uma formação discursiva que nos permite investigar a emergência do dispositivo da sexualidade no Brasil, seja em mecanismos específicos em alguns casos ou em estratégias globais em outros. Retornaremos à formulação do dispositivo da sexualidade por Foucault, mas antes passemos ao panorama histórico que confere sua utilidade para este tipo de pesquisa. Dain Borges analisa este processo histórico de difusão das teorias sobre degeneração:

Cada nação européia tinha sua ênfase local na ciência da degeneração, ainda que intelectuais em uma nação respondessem àquelas de outra forma. Mas a participação do Brasil em uma ciência cosmopolita era um diálogo de mão única. Pensadores brasileiros ouviam aos europeus, mas eles raramente eram ouvidos. Com poucas exceções, o que os brasileiros escreviam tinha pouco impacto, e recebia poucas críticas, das comunidades científicas estrangeiras. Do início do século XIX em diante, médicos brasileiros tinham adaptado idéias médicas francesas para analisar problemas sociais e propor reformas, quando eles criticaram costumes de higiene na medicina familiar (Borges, 2005, p. 48)

Freqüentemente associada a desviantes sexuais, prostitutas e criminosos, aqui a degeneração agregou também as preocupações com a população negra, o conseqüente temor da miscigenação e as políticas de “embranquecimento” da população (Borges, 2005, p. 65). Nesse sentido, a proposta de um romance que fosse um “estudo de comportamento” baseado na “observação da realidade”, apresentava mais que descrições neutras. Ele procurava compreender questões sociais como o crescimento da população urbana, o

¹⁴ A partir do trabalho de Jurandir Freire Costa, uma série de estudos tem preferido o conceito de homoerotismo à homossexualidade, pois o primeiro expressaria uma gama maior de relações, além de não servir de referente a uma identidade fixa. Concordamos com essa leitura, entretanto, ao longo desse trabalho manteremos a referência às classificações das teorias científicas no final do XIX, pois é justamente as tensões em torno de sua formação no contexto brasileiro que pretendemos analisar.

declínio da escravidão e a constituição de novos sujeitos. Tratava-se também da invenção de alteridades que tiveram o papel de antinorma de uma sociedade que iniciava seu processo de aburguesamento¹⁵. A literatura desse período, mesmo que num estreito diálogo com a ciência determinista, expunha maiores tensões ao dar relevo às identidades que no discurso científico permaneciam como categorias apriorísticas.

Segundo o historiador James Green, “(...) a patologização da homossexualidade no Brasil, iniciada no fim do século XIX, caminha em paralelo com o processo na Europa descrito por Foucault em *História da Sexualidade I - A vontade de saber*” (Green, 1999, p. 114). O tema da homossexualidade foi o principal alvo dos detratores de *Bom-Crioulo*, suscitando uma reação pública de Caminha que, nas palavras de Green:

(...) indica uma familiaridade com a literatura européia sobre o erotismo entre pessoas do mesmo sexo. De fato, o uso da palavra homossexualismo em sua defesa de *Bom-Crioulo*, em 1896, era uma das primeiras aplicações literárias, no Brasil, do termo que fora cunhado em 1869 pelo escritor vienense Karoly Maria Benker¹⁶ (Green, 1999, p. 77).

As motivações de fundo moral por parte da crítica literária se baseavam numa série de discursos religiosos, jurídicos e médicos que criaram a representação do homossexual como um ser degenerado. O que podemos perceber é que a homossexualidade masculina no Rio de Janeiro tornou-se tema de preocupação médica e psiquiátrica, bem como o controle das ações destes que eram tidos como “homens transgressivos”.

A referência à degeneração e à forma como a idéia de sexualidade transgressiva estava associada a esta última tornou-se uma das questões obrigatórias para os cientistas e literatos contemporâneos de Caminha:

¹⁵ Na pesquisa de Beluche, percebemos o debate entre historiadores sociais como Sidney Chalhoub que consideraram mecânica a assimilação da tese foucaultiana sobre o aburguesamento brasileiro nos trabalhos iniciais de Joel Birman e Jurandir Freire Costa. Este, por sua vez, reconhece que seu objetivo central foi mais a constituição do “imaginário cultural” que a fidelidade histórica (Cf. Costa, 2009). Atento a esses debates, o próprio trabalho de Beluche deu prosseguimento à investigação da tese foucaultiana, mas observando a crítica da historiografia social (Cf. Beluche, 2006)

¹⁶ O nome que consta na tradução do livro de Green provavelmente refere-se ao panfleto do ativista húngaro Karl Maria Kertbeny contra a criminalização das relações entre homens (Cf. Halperin, 2000, Miskolci, 2006)

Em 1885, um médico, Ferreira Leal, publicou a novela *Um Homem Gasto*, retratando um homossexual de classe média alta que casa-se (sic) mas só é capaz de ato matrimonial com a ajuda de drogas e suicida-se quando não pode mais suportar. *O Ateneu* de Raul Pompéia (1888) refere-se a uma apaixonada relação entre rapazes num internato enquanto Aluísio Azevedo incluiu três estereótipos homossexuais clássicos, um jovem efeminado, um velho sujo e uma prostituta lésbica agressiva, em seu romance naturalista *O Cortiço* de 1890 (Howes, 2005, p. 176).

Ao analisar a aceitabilidade e a rejeição de certas relações, Miskolci observa os diferentes mecanismos de normalização dirigidos de acordo com a posição de classe social:

No Brasil, quase ao mesmo tempo em que as relações entre rapazes aparecem nas classes altas como uma fase em direção à vida adulta (associada com a heterossexualidade), um outro modelo de compreensão serviu de modelo para Adolfo Caminha em seu polêmico *Bom-Crioulo* (1895), romance em que a relação entre um marinheiro negro e um branco é apresentada segundo as recentes teorias que viam nela a expressão de uma mente doentia e criminosa. Portanto, se entre os burgueses a homossexualidade não era aceitável, mas era vista como uma fase, entre as classes populares ela era vista como a prova da degeneração racial (Miskolci, 2006, p. 13).

Se a categoria “negro” era indicativa de uma propensão ao crime, sua intersecção com o status conferido à homossexualidade funcionava como marcadora de doença, perigo, perversão, crime e amoralidade. Temas como homossexualidade e raça foram fundamentais para a invenção dos “anormais” na sociedade brasileira no final do século XIX. Eles serviram de referência para a produção de identidades sexuais, bem como para a consolidação de nossas hierarquias raciais. Adolfo Caminha esteve enredado nas teorias raciais do fim do século XIX e o modo como se refere ao negro tem como vocabulário o racismo científico do fim do século XIX. Como bem observa Flora Sussekind:

Com relação a Amaro, destacam-se como traços marcantes a “musculatura rija”, os “arrebatamentos”, a “tendência para o crime”. Noutras palavras, a força física e a potencialidade do negro para trabalhos braçais; um erotismo doentio e descontrolado; uma criminalidade latente. Amaro se aproxima assim das teorias raciais em voga na sociedade brasileira da virada do século. A ele, como se atribuía ao negro enquanto raça, se dá um destino marcado pelo trabalho, por uma supererotização pela criminalidade (Süssekind, 1984, p. 138)

1.2 Sexualidade e história

Vimos até aqui como os saberes biologizantes marcaram nossas definições culturais. No Brasil, levando em conta o passado escravista, vemos intensificar-se ainda mais o temor da sexualidade inter-racial e, principalmente, de seu resultado possível, o declínio da população. O principal mecanismo de classificação do negro como o “Outro” foi a sexualidade que “estruturada em um discurso biologizante permitiu discutir questões sociais como se fossem problemas de natureza científica e, portanto, pretensamente neutros” (Beluche, 2006, p. 95).

Na sociologia contemporânea, o trabalho de Avtar Brah (2006) tem utilizado a noção de sexualização para compreender como se constituiu a racialização da subjetividade no Ocidente. Brah evita generalizações e argumenta a favor de uma análise das condições históricas nas quais se produziu o racismo. Entretanto, a autora enuncia um princípio geral para o qual devemos atentar: o fato histórico da colonização teria legado para a modernidade pós-colonial essa forma particular de diferenciação social: um mútuo processo de “sexualização da raça” e “racialização do sexo”. A partir dessa característica peculiar à modernidade, uma tendência determinista tornou-se produtiva das possibilidades e limites do sujeito: nossas noções de identidade, os modos de constituição da subjetividade, as condições mesmas de nossas relações sociais e, por fim, os processos de significação da experiência seriam marcados por essa forma histórica de diferenciação social. A proposta de Brah pode ser melhor explorada se levarmos em conta o conceito de biopoder em Foucault, pois foi ao teorizar a respeito de seu domínio histórico que se tornou possível *uma análise do racismo através do dispositivo de sexualidade*.

Assim entendido, esse mútuo processo de sexualização da raça e de racialização do sexo remontaria à hipótese foucaultiana. No Brasil, a história do dispositivo de sexualidade foi fortemente marcada pela problemática da cor, como demonstram as inúmeras discussões sobre o caráter da miscigenação. As quatro estratégias que, como veremos, caracterizaram a sexualidade no século XIX, foram atravessadas pela questão da “população negra”. A histerização do corpo feminino e suas correlações foram marcadas pela diferenciação entre mulheres brancas, negras e mestiças. No caso da socialização das condutas procriativas, a preocupação com o status do casal miscigenador e as políticas de “embranquecimento” da população foram centrais. A pedagogização do sexo não se deu sem uma devida separação dos corpos. Por fim, a psiquiatrização do “prazer perverso” (de conotação racista por si mesma, pois considera a existência de um tipo humano homossexual), quando associada ao negro, assumia a conotação de um atavismo característico de uma sexualidade desenfreada.

As noções de sexualização e racialização põem em xeque as explicações que tendem a naturalizar o mundo social. Elas são utilizadas para mostrar que o que existe são relações sociais, mas essas relações são perpassadas por marcadores como “sexo” e “raça”. Tais noções passam a operar no interior do mundo social, fundamentando tanto os conhecimentos como as práticas sociais pensados a partir de então como relações entre raças e relações entre portadores de sexualidades distintas. Nessa perspectiva, as categorias “raça” e “sexo” interferem na organização do mundo social, relacionando-se com outras formas de desigualdade.

É recente a problematização na academia brasileira da centralidade conferida à sexualidade no discurso dos intelectuais que se debruçaram sobre nossas origens, voltados para a interpretação científica da nossa realidade e para a definição da identidade nacional. Em um artigo intitulado *Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira*, Margareth Rago destaca “(...) a importância que o discurso da sexualidade assume na leitura que fazemos de nossas origens históricas” (Rago, 1998, p. 179).

Não havia até então um questionamento de como o desejo sexual era um pressuposto da subjetividade do cidadão nacional. Dessa forma, é também recente a desconstrução de representações misóginas, racistas e heterossexistas veiculadas por discursos hegemônicos. E, somente a partir deste ponto, tornou-se possível interrogar sobre o porquê da associação de nossa cultura sexual com a idéia de declínio da sociedade. A

resposta, segundo Rago, aponta mais uma vez para a especificidade do dispositivo de sexualidade no Brasil: “Medo da degeneração da raça, do escurecimento em vez do embranquecimento populacional que tanto queriam, medo do predomínio do instinto sobre a razão, medo de uma ‘psiché racial’ que nos predeterminaria ao fracasso” (Rago, 1998, p. 182).

“Sexo” e “raça” foram tomados como termos privilegiados que, com base no argumento da “natureza brasileira”, serviram de explicação para os comportamentos tidos como transgressivos para a sociedade brasileira do final do século XIX. Expondo nossas contradições e de nossa intelectualidade, as idéias de “raça superior” e “raça inferior” associadas ao imaginário de anormalidade então emergente sobre as sexualidades desviantes, a identidade de negros e mestiços tornou-se central naquele contexto: “(...) o mestiço é capitoso, sensual, irrequieto, fermento de dissolução que justifica todas as transgressões e constitui em face do europeu um perigo e uma tentação” (Cândido, 2004, p. 118). Percebemos assim, como a mútua implicação de sexualidade e raça engendrou identidades produzidas em relações que visavam a manutenção de hierarquias num contexto de transformações sociais. Os discursos de literatos e cientistas da época problematizavam de acordo com o novo vocabulário da sexualidade relações que se tornaram mais visíveis e alvo de preocupação. Embora suas estratégias e posicionamentos não fossem idênticos, ambos se referiam ao contexto médico-legal e psiquiátrico.

Ao analisar em perspectiva histórica a sexualidade como um dispositivo das sociedades modernas, nos distanciamos da visão essencialista que toma a identidade como substância a-histórica e imutável¹⁷. A sexualidade como construção histórica atravessada por relações de poder foi o elemento mais valorizado pelas macro e micro estratégias do biopoder no século XIX. Assim, nossa análise retoma os princípios teórico-metodológicos colocados em *História da Sexualidade I*. Nesse sentido, oferecemos uma leitura da hipótese foucaultiana, ressaltando o que, ao nosso ver, caracteriza seu viés sociológico e apresentamos, em linhas gerais, os temas da analítica do poder, o conceito de dispositivo de sexualidade e o conceito de biopoder.

¹⁷ Para uma análise crítica da consolidação das hierarquias sexuais na sociedade norte-americana a partir do século XIX, ver o artigo *Pensando sobre sexo* (1984) da antropóloga Gayle Rubin.

1.3 A propósito da modernidade perversa: a hipótese foucaultiana como perspectiva sociológica

Em *História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*, Foucault questionou o que estava em jogo na relação entre poder e sexo em nossas sociedades. A resposta à pergunta “o que está em jogo?” indicava para algo diverso da repressão. A analítica do poder normalizador – constituído por mecanismos novos – implicava abandonar uma forma histórica particular – a concepção jurídico-discursiva – e buscar nas relações de poder (prévias à assunção de tal ou qual forma) uma abertura para a investigação histórica. Sejamos explícitos: ao enunciar separadamente algumas proposições gerais sobre o poder e algumas regras relativas ao estudo da sexualidade, o que estava em jogo eram profundas mudanças no pensamento social, num momento em que outras vertentes críticas do pensamento ocidental também floresciam¹⁸. Não apenas uma outra chave para se fazer uma história da sexualidade foi criada, mas também diversas aberturas para disciplinas centradas na idéia de soberania, interdição, repressão e, ainda, num olhar evolucionista sobre a relação entre o biológico e o histórico.

A teoria clássica do poder, um estruturalismo ainda centrado no sistema de aliança, uma certa leitura da dominação burguesa e a crítica ao racismo encontraram possibilidades – seja de alternativas, seja de renovação – na análise do poder como situação estratégica, no conceito de dispositivo de sexualidade, e nos eixos “micro” e “macro” que constituem o biopoder. Oras, não é gratuitamente que, na atualidade, diversos autores enfocam as relações de poder para compreender a formação de hegemonias culturais ou analisam a construção das diferenças para criticar o essencialismo (noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais)¹⁹. Portanto, nada de novo na constatação do “efeito Foucault” na produção sociológica. Entretanto, ainda pesam sobre o autor preconceitos teóricos do tipo: trata-se de um autor que só pensa o sujeito sujeitado e a sociedade aprisionada; trata-se de um pensador anti-humanista; ou ainda, a afirmação reducionista de que o autor não era um sociólogo.

¹⁸ O texto de Stuart Hall sobre *A Identidade Cultural na Pós-modernidade* oferece uma boa compilação destas vertentes críticas (Cf. Hall, 2000). Ver também a entrevista de Beatriz Preciado em que se discute a inserção de uma perspectiva não-heteronormativa nessa linha de pensamento (Cf. Preciado, 2007)

¹⁹ Cf. Stuart Hall, 2000; Avtar Brah, 2006.

Não é objetivo dessa dissertação uma compilação geral dos trabalhos de Foucault. O que faremos aqui será explicitar os enunciados de nossa proposição sociológica que se encontram ligados à hipótese foucaultiana presente na seguinte afirmação: “a sociedade moderna é perversa” (Foucault, p. 47), pois produz e fixa os objetos que supostamente estariam condenados à interdição, à inexistência e ao mutismo. Ela o fez ao longo do desenvolvimento de técnicas de incitação à sexualidade, de práticas de normalização e de instâncias de controle social. Oras, não estamos nos contradizendo e afirmando justamente a leitura preconceituosa que há pouco apontamos? Não. Sobretudo se lembrarmos da proposição de que “lá onde há poder há resistência” e da regra da polivalência tática dos discursos, ou seja, a possibilidade de um mesmo discurso integrar estratégias diferentes (vide o caso da Psiquiatria e dos discursos sobre a homossexualidade que permitiram um avanço dos controles sociais, mas também possibilitaram um discurso “de reação”).

Porém, a não unidade de um dispositivo de poder não deve servir de obstáculo para a análise de seus procedimentos, sua difusão, seus pontos de apoio, enfim, sua lógica. Isso posto, consideremos a hipótese de uma *modernização perversa* como fio condutor para uma leitura sociológica da história da sexualidade. Ou melhor, consideremos uma leitura da história da sexualidade como exemplo de análise sociológica. Começemos por levar em conta as quatro teses que Foucault opõe ao tema de uma sexualidade reprimida pelas formas modernas de sociedade:

1. “A sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder”;
2. “Esteve em expansão crescente a partir do século XVII”;
3. “A articulação que a tem sustentado, desde então, não se ordena em função da reprodução”;
4. “Esta articulação, desde a origem, vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder” (Foucault, p. 101, 102).

Um dos significados mais básicos encontrados no dicionário para o termo “perversão” é de adulteração, isto é, “alteração das características iniciais, falsificação, degeneração”²⁰.

²⁰ Houaiss, p. 340 e p. 10.

Curiosamente, Foucault não toma como ponto de partida para sua análise os ditos perversos e suas perversões, mas atenta para os processos que os constitui como sendo dotados de tal qualidade. Uma sociedade normalizadora, com seus mecanismos contínuos de regulação e correção aparece aqui como efeito dessa modernização perversa. Lembrando novamente que “(...) as forças que resistem se apoiaram exatamente naquilo sobre o que ela investe” (Idem, p. 136).

Trata-se, portanto, de apontar os princípios teóricos e metodológicos que condicionam essa hipótese e, conseqüentemente, a da presente dissertação: formação histórica, no Ocidente, de uma ciência do sexo; proposições gerais para uma analítica do poder, bem como as regras específicas para a história da sexualidade; o conceito de dispositivo de sexualidade em suas múltiplas implicações; e, finalmente, o aparecimento do biopoder.

No que diz respeito ao sexo, qual a conexão das sociedades modernas com o passado? Até os anos 1970, a resposta que tentara dar conta da pergunta apontava para a repressão²¹. A explicação para nosso sexo supostamente reprimido, na verdade, se encontrava em outro lugar. Para melhor explorar a força de trabalho no sistema de produção, a burguesia gradativamente teria imposto sua ideologia numa forma essencialmente repressiva para melhor dissipar os prazeres que não fossem estritamente necessários à reprodução. O sexo então concebido como força da natureza entra para a história em função dos modos de produção. A história dessa sexualidade reprimida guardava sua caução histórica no desenvolvimento do capitalismo (Foucault, 2005, p. 11).

De um lado, sexo/força da natureza; de outro, poder/força repressiva. Apesar do fato da repressão, a relação entre poder e sexo talvez não pudesse ser reduzida àqueles dois termos. Uma história da sexualidade em outros termos partiria, portanto, de algumas dúvidas: historicamente, a repressão seria uma evidência?; teoricamente, a mecânica do poder seria essencialmente de ordem repressiva?; politicamente, o discurso crítico sobre a repressão

²¹ Paralelamente às pesquisas de Foucault que resultariam na publicação de 1976, a crítica à hipótese repressiva também contou com o trabalho de Deleuze e Guattari em *O Anti-Édipo* (1972). Concordamos com a avaliação de Miskolci a respeito dessa convergência: “O empreendimento queer têm muitas fontes, dentre as quais, são marcos importantes O Anti-Édipo de Deleuze e Guattari (1972) e História da Sexualidade I: a vontade de saber (1976) de Foucault, obras que representaram reações à hipótese repressiva que marcara as especulação do freudomarxismo, um conjunto amplo de teorias críticas desenvolvidas a partir da década de 1920 que buscou associar à economia-política de Marx as descobertas de Freud para compreender a adesão das massas ao fascismo, ou seja, a internalização subjetiva do poder.” (In: Por uma vida não fascista. Rago e Veiga-Neto, 2009b, no prelo, p.1 do mimeo)

inaugurava uma ruptura? Tratava-se, para Foucault, de recolocar a questão numa economia geral dos discursos a partir do século XVII (Idem, p. 16). Uma mudança de interesse considerável: não mais um discurso que dissesse a verdade do sexo, mas sim a vontade de saber que tratou de colocar o sexo em discurso e possibilitou – não sem deslocamentos – a constituição de uma ciência da sexualidade.

Portanto, onde e quando teria começado essa incitação aos discursos? Posto seu papel de condução da ação dos homens, Foucault toma o caso da pastoral católica no século XVII e da confissão como parte do próprio campo de exercício do poder. A partir da Contra Reforma, a despeito de uma certa “polícia da língua”, o que se buscava eram as insinuações da “carne” em todas as partes: o aumento da confissão como “ponto ideal para todo bom cristão” (Idem, 24) e das regras para o exame de si mesmo fazem parte dessa história. A confissão aparece aqui como uma técnica que foi relançada por outros mecanismos na sociedade moderna. Se na Idade Média, ela compunha um discurso unitário, essa unidade foi gradativamente decomposta numa *incitação regulada e polimorfa* ao discurso. Regulada porque demarca lugares de autoridade entre os que falam. Polimorfa porque não esteve restrita a uma única instituição. O corriqueiro exemplo do trabalhador agrícola que, em 1867, paga para receber favores sexuais de uma jovem e é denunciado pelos pais ao prefeito, levado respectivamente à polícia, ao juiz, ao médico e, finalmente, aos peritos responsáveis pela elaboração teórica é significativo em sua simplicidade (Idem, p. 33, 34). No século XVIII, nasce essa incitação política, econômica e técnica a falar do sexo.

Entretanto, esse fenômeno quantitativo não se prestaria a afastar da realidade as “formas de sexualidade insubmissas à estrita economia da reprodução”? Não parece ser este o caso, sobretudo quando se leva em conta o tipo de regulação da sexualidade que caracterizou o século XIX. Segundo Foucault, no século XVIII os códigos sexuais estavam ainda centrados nas relações matrimoniais, enquanto o “resto” seria muito mais confuso, chamando atenção para “a incerteza do status da ‘sodomia’ e a indiferença diante da sexualidade das crianças” (Idem, 38). O que se percebe nesse momento é que mesmo os desvios eram considerados como um ilegalismo global em relação às regras da aliança. Ainda que se mencionasse o que era “contra-a-natureza”, a “natureza” a que às vezes se referiam os códigos “era ainda uma espécie de direito”, vide o caso dos hermafroditas

“considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção” (Idem, p. 39).

O que predomina até o final do século XVIII é um sistema centrado na aliança: norma mais rigorosa, porém mais silenciosa. Isso se modifica no século XIX quando as sexualidades periféricas passam a ser interrogadas. A preocupação em torno do personagem típico, Don Juan, não se resume mais ao libertino que põe em risco as alianças, mas que sob sua figura se esconde o perverso. Para Foucault, pode-se definir aqui quatro operações de implantação da sexualidade no real:

1. Organizaram-se *linhas de penetração*. O caso do incesto ilustra a diferença que se inaugura com o controle da sexualidade. O incesto é condenado pelos antigos códigos e também pelas modernas instituições médicas. Mas se antes o objetivo se restringia à sua interdição, com a medicina tratou-se de difundi-lo como objeto a conhecer;
2. A *incorporação das perversões* e a nova especificação dos indivíduos. No direito civil e canônico o sodomita era um sujeito jurídico. Por sua vez, o homossexual, categoria a um só tempo psicológica, psiquiátrica e médica, é definido como uma espécie, ou seja, caracterizado não apenas por sua prática, mas por uma suposta qualidade da sensibilidade sexual distinta.
3. A organização de *espirais de poder-prazer*. A sobreposição de identidades sexuais às tecnologias de saúde serve-nos de exemplo. Segundo Foucault, o sexo tomado como *coisa* medicalizável é um efeito-instrumento: ela é nomeada pelo poder e é sobre ela que o poder se exerce, exigindo exames constantes.
4. Os dispositivos de saturação sexual. O autor fala de uma “busca” dos prazeres no duplo sentido: de descoberta e de vigilância. Que se tome a célula familiar do século XIX como exemplo: mais do que a sexualidade conjugal, vigia-se a sexualidade entre pais e filhos, entre meninos e meninas, entre os familiares e serviçais. Vigia-se porque se pressupõe uma presença intensa.

Em suma, trata-se de acordo com Foucault de um poder que procedeu mediante a redução das sexualidades singulares: individualização e especificação ao mesmo tempo.

Nos múltiplos vínculos estabelecidos entre poder-saber-prazer, as sociedades modernas passaram a produzir e fixar o “despropósito sexual”. Ao abandonar a hipótese repressiva e marcar essas diferenças históricas a respeito da sexualidade, percebia-se essa “perversão explosiva e fragmentada”: “A *sociedade moderna é perversa*, não a despeito de seu puritanismo ou como reação à sua hipocrisia: é perversa real e diretamente” (Idem, 47)

Realmente porque as sexualidades múltiplas constituíram o correlato de procedimentos precisos de poder. Como bem destaca Foucault, o crescimento das perversões não é apenas um tema moralizador: “É o produto real da *interferência* de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres” (Idem, 47, 48). Diretamente, pois essa implantação das perversões foi um efeito-instrumento. Quanto mais produtiva essa analítica do prazer isolando as sexualidades periféricas, maior o campo de intervenção para esse tipo de poder-saber.

A constituição do sexo como objeto de verdade deu-se com a reiteração de classificações religiosas sob a forma de normas médicas. Mas agora tratava-se de efeitos mais amplos que a alma. A afirmação da verdade no sexo trazia consigo uma noção de perigo aos indivíduos, às gerações e à espécie. Citemos o exemplo da higiene pública levada a cabo pelas modernas instituições de saúde: “em nome de uma urgência biológica e histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes” (Idem, p. 54).

Para Foucault, a medicina do sexo no século XIX demonstrava, ironicamente, uma “vontade obstinada de não saber”, pois chama a atenção seu fraco teor de racionalidade elementar. Garantia pela simples relação de vizinhança com a fisiologia da reprodução animal ou vegetal da época o seu estatuto de cientificidade. Para o autor temos aí um aspecto importante dessa vontade de saber, qual seja, o fato de que “só pode haver desconhecimento sobre a base de uma relação fundamental com a verdade” (Idem, p. 55).

Mas a origem religiosa dessa *scientia sexualis* não parecia se remeter a um ascetismo que renunciava o corpo. Antes, desenvolveu-se a partir da confissão que, desde a Idade Média, era um dos rituais mais importantes de que se esperava a produção de verdade. O indivíduo na confissão é autenticado por um discurso de verdade e não por vínculos comunitários: “a confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder” (Idem, p. 58). Para Foucault, no Ocidente, a confissão como técnica difundiu seus efeitos a ponto de tornarmo-nos uma “sociedade singularmente

confessada”. O sexo tem sido a matéria privilegiada dessa forma de constituição do sujeito. A ligação que nossas sociedades estabeleceram historicamente entre sexo e verdade não foi de iniciação ao conhecimento, mas de expressão de um segredo individual nesse ritual de discurso que é a confissão. Essa verdade que se constitui como segredo supõe uma relação essencial entre o segredo e a abjeção (Idem, p. 61, 62).

Em suma, a confissão tem sido a “matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo” (Idem). Desde a penitência cristã transformou-se e difundiu-se para outras relações sociais. A medicina, a psiquiatria e a pedagogia são exemplos desse registro infinito do discurso da ciência que assumia como objeto o “inconfessável-confesso”. A interferência entre duas modalidades, a técnica da confissão, por um lado, e a discursividade científica, por outro, deu-se através de alguns procedimentos gerais:

1. Uma codificação clínica do “fazer-falar”;
2. Postulado de uma causalidade geral e difusa no sexo;
3. Princípio de uma latência intrínseca à sexualidade;
4. Um método de interpretação que necessita de um “trabalho da verdade”;
5. A medicalização dos efeitos da confissão inseridos no domínio normal/patológico (Idem, p. 64, 66).

Portanto, trata-se do desenvolvimento no século XIX de uma ciência que guarda como núcleo o ritual da confissão desenvolvido no Ocidente cristão. Um complexo dispositivo foi instaurado e, através dele, a “sexualidade” aparece como efeito. Inserida no domínio do normal e do patológico, a sexualidade solicitaria, por natureza, intervenções terapêuticas ou de normalização (Idem, p. 66, 67). Dessa forma, para Foucault, a sociedade burguesa não recusou o sexo, antes “instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros” (Idem, p. 68). Tratava-se de desenvolver uma investigação histórica que levasse a sério esses dispositivos, suas condições de surgimento e de seu funcionamento, ou seja, constituir a “economia política” de uma vontade de saber.

Nessa incessante demanda de verdade que caracteriza a sociedade Ocidental, particularmente no desenvolvimento de uma “lógica do sexo”, a questão do poder é

inevitável. É verdade que as teorias sobre a repressão dos instintos e sobre a lei do desejo não haviam deixado de lado a relação entre o poder e o sexo, apesar da diferença entre elas. De forma simplificada, para a primeira tratava-se de um poder que agia sobre o sexo/instinto, reprimindo-o. Já para a segunda, o poder/lei é constitutivo do desejo sexual. Para Foucault, apesar de se diferenciarem na maneira de conceber a natureza e a dinâmica das pulsões, ambas recorriam a uma mesma representação do poder como mero limite traçado à liberdade.

Essa concepção tratada pelo autor como jurídico-discursiva não dizia respeito somente às relações entre poder e sexo. Ela apontava para uma representação geral do poder com algumas de suas características principais: a relação negativa, isto é, um poder que só pode dizer não; a instância da regra como prescrição binária do permitido e do proibido; a renúncia à existência ou a existência interdita, portanto, um ciclo de interdição; uma lógica da censura que ligaria o interdito, o informulável e o inexistente; e finalmente, a unidade do dispositivo, ou seja, o poder agiria da mesma forma, “das instâncias de dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito” (Idem, p. 82). Em suma, é tão somente de interdição e obediência que trataria o poder de acordo com essa concepção fundada no direito.

A razão para a persistência dessa representação encontra-se em sua própria história. Para Foucault, as grandes instituições que se desenvolveram na Idade Média (a monarquia, o Estado com seus aparelhos) estabeleceram-se em confronto com todos os “direitos heterogêneos” e passaram a funcionar como “princípio de direito”, na fórmula *pax et justitia*. Portanto, houve nessa fórmula o “recobrimento, pelo discurso jurídico-político, dos efeitos e processos de poder” (Idem, p. 85). Teorizar sobre o poder a partir dessa concepção é assumir, de antemão, uma forma histórica particular: a monarquia jurídica. Não se trata tanto de negar que essa forma tenha subsistido, mesmo na figura de uma soberania coletiva. O fato que se coloca é o surgimento de mecanismos de poder novos, irredutíveis à representação do direito. De acordo com Foucault, são mecanismos que, a partir do século XVIII, tomaram em mãos a vida do homem na qualidade de corpo vivo (Idem, p. 86). Trata-se aqui da primeira contraposição teórica entre poder soberano e biopoder, segundo alguns de seus procedimentos:

Poder Soberano	Biopoder
Direito	Técnica
Lei	Normalização
Castigo	Controle

Entretanto, era a concepção jurídico-discursiva que vinha marcando as análises sobre as relações entre poder e sexo. Se a “tecnologia do sexo” era muito mais complexa e produtiva, como, então, analisar o que se passou? Para Foucault, tratava-se de assumir outros princípios de análise, de “assumir outra teoria do poder, formar outra chave de interpretação histórica” (Idem, p. 87).

Uma analítica do poder como método não partiria de dados iniciais (por exemplo, o Estado) que indicam apenas suas formas terminais. Parte-se de uma compreensão do poder como uma multiplicidade de correlações de força e, por sua vez, as estratégias em que se originam podem chegar a um ponto cuja “cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (Idem, p. 89). Postula-se também uma onipresença do poder; o que não significa que o poder englobe tudo, mas que se produz em toda relação entre um ponto e outro. Emerge aqui o enunciado do poder como “uma situação estratégica complexa numa dada sociedade” (Idem).

Portanto, fosse na forma de “guerra”/correlações de força, fosse na forma de “política”/cristalização institucional, tratava-se de elaborar algumas proposições gerais:

1. O poder se exerce, não é algo estático;
2. As relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outro tipo de relações (econômicas, de conhecimento);
3. Que o poder vem de baixo e as grandes dominações são efeitos de hegemonia. Portanto, análise ascendente do poder;
4. Que as relações de poder são, ao mesmo tempo intencionais (porque têm um objetivo) e não subjetivas (porque não dependem da decisão de uma individualidade);

5. Que lá onde há poder, há resistência. Resistências no plural, que se inscrevem como o “interlocutor irreduzível”, que podem se formar a partir de uma pulverização de pontos (obedecendo à mesma lógica ascendente) (Idem, p. 89, 92).

Esse “modelo estratégico” implicava um questionamento diverso a respeito de uma história da sexualidade: em tal tipo de discurso, quais são as relações de poder que estão em jogo? Daí derivam algumas regras específicas para investigação histórica:

1. Regra da imanência: considerar o vínculo entre poder e saber, ou seja, entre um domínio do conhecimento e o tipo de sujeição que pressupõe;
2. Regra das variações contínuas: na passagem de um ponto ao outro, buscar o esquema das modificações, como no triângulo criança-psiquiatra-adultos;
3. Regra do duplo condicionamento: como, não por homogeneidade mas por encadeamentos, estratégias globais e relações precisas servem de suporte umas às outras;
4. Regra da polivalência tática dos discursos: trata-se de como um mesmo discurso pode integrar estratégias diferentes ou como discursos diversos podem integrar uma mesma estratégia. (Idem, p, 93, 97)

A sexualidade, nesses termos, aparece como “um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder” (Idem, p. 98). Historicamente, a partir do século XVIII, quatro grandes conjuntos estratégicos assumiram coerência e “atingiram certa eficácia na ordem do poder e produtividade na ordem do saber”

Em primeiro lugar, uma constante análise do corpo da mulher no processo de *histerização* a partir do sexo. A *pedagogização* do sexo da criança tido como um “germe” perigoso e em perigo. A *socialização* das condutas de procriação seguindo objetivos econômicos, políticos e médicos. E, por fim, a *psiquiatrização* do prazer perverso, pela qual:

(...) o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se análise clínica de todas as formas de anomalia que podem afetá-lo; atribuiu-se-lhe um papel de normalização e

patologização de toda a conduta; enfim, procurou-se uma tecnologia corretiva para tais anomalias (Idem, p. 100)

Um domínio diverso de uma espécie de dado da natureza é delineado aqui. A noção de sexo que aparece como efeito em cada uma dessas estratégias é instaurada por um dispositivo de poder inventado e instalado pelas sociedades ocidentais modernas, sobretudo a partir do século XVIII. Ele marca sua diferença histórica em relação a uma formação social centrada num sistema de alianças legítimas. Em outras palavras, o dispositivo de aliança tinha como objeto privilegiado as relações de matrimônio e parentesco. Ele não deixou de existir, mas perdeu importância com a emergência do dispositivo de sexualidade. A formação de ambos pode ser definida por essa diferença histórica entre seus termos:

	Dispositivo de Aliança	Dispositivo de Sexualidade
Estrutura:	Regras fixas	Técnicas Móveis
Objetivos:	Reprodução	Extensão dos domínios
	Vínculo entre parceiros de status definido	Normalidade do corpo/sexo
	Equilíbrio do corpo social	Penetração nos corpos e controle das populações
Importância Econômica	Transmissão de riqueza	Articulações com o corpo

Conforme dito anteriormente, trata-se de um dispositivo de poder que se expandiu a partir da modernidade e sustentou formas de sexualidade que se vincularam ao corpo como objeto de saber e elemento nas relações de poder. Não se trata de afirmar que o dispositivo de sexualidade tenha substituído o de aliança. Sobretudo quando se leva em conta que, historicamente, foi em torno do dispositivo de aliança que o de sexualidade se instalou. Na prática da penitência e do exame de consciência, a preocupação a respeito do sexo devia-se a seu valor como suporte de relações conjugais. A problemática da “carne” na nova pastoral, por sua vez, era menos relacional e mais interessada na individualidade²². O domínio da aliança e da sexualidade não se excluíam mutuamente. Foi dessa forma que a

²² Cf. Foucault, *Sexualidade e Solidão* (2004b)

célula familiar foi valorizada durante o século XVIII, ou seja, como permutador da aliança e da sexualidade (Idem, p. 103). Em torno da família, a preocupação com o sexo permitiu que se desenvolvessem os principais elementos do dispositivo. Vide o caso do incesto: problema fundamental para o tema da aliança, seu papel de interdição perdeu a centralidade; ele passou a ser recusado e solicitado, servindo de incitação à sexualidade. Em suma, o dispositivo de sexualidade é tomado em consideração pela família: primeiramente, em torno da família houve a preocupação com o sexo, até que, num movimento “de volta” a família é tomada pela sexualidade.

Se a história da sexualidade foi sendo urdida aos poucos, há uma cronologia das invenções, mutações e remanescências de seus procedimentos. De acordo com Foucault, as marcações principais são as práticas do cristianismo a partir do século XVI; a ascensão da temática como “negócio de Estado” com suas respectivas transformações tecnológicas (medicina, pedagogia, demografia) no final do século XVIII; e, por fim, a autonomização do sexo como domínio médico-psicológico das perversões e foco de análise da hereditariedade no século XIX. Para o autor, o conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência possibilitou toda uma prática social cuja forma exagerada e coerente foi o racismo de Estado (Idem, 112). Em suma, um tipo de racismo que se exerce através do dispositivo de sexualidade.

Paralelamente aos procedimentos, há a questão da difusão e dos pontos de aplicação do dispositivo de sexualidade. Na hipótese repressiva afirmava-se que as “classes pobres” teriam sido o primeiro alvo do poder. Na chave histórica do dispositivo de sexualidade, Foucault afirma que as técnicas se aplicaram, em primeiro lugar, nas classes economicamente privilegiadas e politicamente dirigentes. No exemplo da família como instância de controle, é a sexualidade da família burguesa que foi problematizada inicialmente. Para o autor, as camadas populares escaparam por mais tempo à sexualização. Elas passam a ser consideradas, sobretudo com os problemas de natalidade no fim do século XVIII, a moralização das classes pobres e o controle judiciário e médico das perversões, ambos no século XIX (Idem, p. 115). Tais procedimentos foram realizados “em nome de uma proteção geral da sociedade e da raça” (Idem).

Um movimento contrário à renúncia ao corpo se passou. A burguesia preocupou-se em intensificar o corpo, em maximizar a vida. O sexo foi o elemento que a inquietou. A ele

se ligava a questão da vida e da morte, da descendência e de sua própria subjetividade. Trata-se, de acordo com Foucault, da auto-afirmação de uma classe: a burguesia atribuiu a si mesma “um corpo ‘de classe’ com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça” (Idem, p. 117). Os procedimentos utilizados apelavam para a lógica da distinção, mas não na forma de um “sangue” nobre, ao modo das antigas aristocracias. As marcas da distinção burguesa viriam por seu legado, por sua hereditariedade e sua saúde, num projeto de expansão infinita da vida. Dominação burguesa no campo da sexualidade? Sim. Mas não devido ao valor mercantil que se atribuía à força de trabalho. Antes disso, tratava-se da emergência da “cultura”²³ do corpo burguês. Para Foucault, a preocupação burguesa com o corpo e o sexo biológicos foi a primeira manifestação do racismo moderno (Idem, p. 118).

O organismo sã e a sexualidade sadia que tanto preocuparam a burguesia desde o fim do século XVIII não eram reconhecidos nas classes que explorava. Além disso, inicialmente não se levou em conta o corpo e o sexo do proletariado. Para que isso ocorresse foram necessários conflitos, sobretudo urbanos, urgências de natureza econômica e tecnologias de controle a exemplo da higiene. E mesmo nesse caso, a “importação” do dispositivo para as camadas populares continuava servindo como instrumento de sua hegemonia (Idem, p. 119).

Foucault questiona a tradicional afirmação de que a burguesia havia negado a sexualidade: a sua, por hipocrisia, e a do proletariado, que aceitaria a ideologia imposta. Segundo o autor, o que se passou foi o contrário: houve, através da sexualidade, uma “afirmação política arrogante” (Idem, p. 120). Dessa forma, o dispositivo não atua por funcionamento simétrico, ao modo de uma ideologia que se replica, mas diferencia na realidade “sexualidades de classe” (Idem). Nesse ponto, mais uma vez o incesto serve como exemplo desse papel diferenciador. Enquanto para a burguesia, por meio da Psicanálise, ele foi solicitado em suas manifestações para eliminar os efeitos de recalque, nas classes populares tratou-se de persegui-lo como conduta perigosa, sintoma de primitivismo ou degenerescência (Idem, p. 122).

²³ Aqui, o termo aparece propositalmente em sua ambigüidade: tanto no sentido de cultivo, produção, como também o conjunto de valores dessa classe.

A história desse dispositivo de sexualidade é melhor analisada em sua diferença com outra formação histórica: ao lado de outras transformações, ele tornou possível a emergência de um novo tipo histórico de sociedade: uma sociedade burguesa normalizadora. Por muito tempo, o poder soberano, seja na sua forma antiga ou naquela formulada pelos teóricos clássicos, deteve o direito de vida e morte. Tratava-se de um poder que se exercia como “direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver” (Idem, p. 128). O poder soberano caracterizou um outro tipo histórico de sociedade centrada na instância do confisco e no direito de apreensão das coisas, inclusive a vida.

Nas sociedades modernas desenvolveu-se “um poder destinado a produzir forças”, “um poder que gere a vida” (Idem). Nelas, mesmo o poder de morte, agora, se exerce “em nome da existência de todos”, “mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica – de uma população” (Idem, p. 129). Na lógica de seu exercício, “são mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (Idem, p. 130). Em contraste com o poder soberano, efetua-se uma mudança de estratégia: “Pode-se dizer que o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (Idem, p. 130). Segundo Foucault, a entrada do suicídio no campo de análise sociológica ilustra essa nova preocupação.

Nesse sentido, desenvolveram-se dois pólos - um no século XVII e outro no século XVIII - que se interligaram. Por um lado, uma *anátomo-política* do corpo que, por meio das disciplinas, tomou o corpo individual como uma máquina com o objetivo de fazer crescer paralelamente sua utilidade e sua docilidade. Por outro, uma *biopolítica* da população que, através de controles reguladores, tomou o corpo social como espécie, ou seja, como corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos. Trata-se de duas direções que aparecem inicialmente separadas, mas em conjunto produziram efeitos de individualização e totalização. Coordenadas, elas constituíram essa forma política de regulação individual e coletiva que é o *biopoder* e o dispositivo de sexualidade foi um de seus agenciamentos concretos mais importantes.

O contato entre vida e história que se opera aqui não tem a forma de uma “pressão biológica sobre o histórico”. O que se coloca no centro da análise é um processo em que o histórico e o biológico passaram a se ligar de acordo com uma complexidade crescente. O

biopoder faz do vínculo poder-saber um agente de transformação da vida humana. Trata-se, para Foucault, do “limiar de modernidade biológica” (Idem, p. 134). Nela, a atuação da *norma* assumiu uma importância crescente: “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (Idem, p. 135).

A sexualidade encontra-se na articulação do dois eixos do biopoder: nos micropoderes sobre o corpo e nas medições maciças que sustenta. Com sua autonomização como domínio médico-psicológico no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, tornando-se a chave da individualidade. No outro eixo, a sexualidade foi tema de operações políticas, intervenções econômicas, aparecendo como índice de força de uma sociedade (Idem, p. 136, 137). As quatro operações do dispositivo de sexualidade – a histerização da mulher, a sexualidade das crianças, a socialização das condutas procriativas e a psiquiatrização das perversões – instauraram uma noção de sexo que demandava intervenções reguladoras e efeitos de disciplina. Tais operações também devem ter passado por transformações, assim como outros procedimentos devem ter sido inventados nos últimos anos. E não nos causaria espanto que uma de suas novidades fosse justamente a auto-defesa de uma categoria difusa que se reconhece e é reconhecida como minoria sexual. É ainda em relação ao sexo que se exerce o poder sobre a vida. Eis a atualidade dessa história: ela nos mostra como “o sexo”, um conceito determinado de sexo, se encontra na dependência histórica da sexualidade.

1.4 A invenção do tópico homossexual

O romance de *Caminha* foi lançado no ano de 1895, num momento significativo para a história da sexualidade. No mesmo ano, o escritor inglês Oscar Wilde era condenado a dois anos de trabalho forçado após um processo em que o conjunto das acusações apontavam para a questão da homossexualidade²⁴. Anos antes, em 1870, o neurologista alemão Karl Westphal publicava o texto *As sensações sexuais contrárias*, no qual definia o homossexual como alguém que sofreria de uma inversão do masculino e do feminino:

²⁴ Cf. Miskolci, *A vida como obra de arte: Foucault, Wilde e a Estética da Existência* (2006b).

“Dessa forma, o homossexual passou a ser visto como uma verdadeira "espécie" desviada e passível, portanto, de controle médico-legal” (Miskolci, p. 104, 2007).

O *Bom-Crioulo* é marcado pelos contornos sociais e históricos deste processo. Trata-se de uma trágica história que narra a impossível relação amorosa entre o marinheiro negro, Amaro, e o grumete branco, de origem pobre, Aleixo. A história se inicia num decadente navio de guerra da marinha brasileira e se desenvolve a partir de um quarto sombrio num subúrbio do Rio de Janeiro.

A ênfase na particularidade brasileira não se dá no sentido de afirmar uma diferença intransponível, mas sim de perceber que nossa realidade não processou uma mera reprodução de um modelo, antes elaborou uma interpretação própria das relações entre pessoas do mesmo sexo num contexto local. A interação com as idéias científicas elaboradas nos países europeus foram interpretadas por nossa intelectualidade de modo a oferecer respostas às expectativas locais.

Eve Sedgwick (1985) partilha da afirmação que o significado do que é tido como sexual varia de acordo com cada sociedade, incorporando outros elementos como raça e gênero. A ênfase da autora reside na afirmação de que não há um significado universal que possa ser atribuído à sexualização das relações sociais, uma vez que este processo encontra-se subordinado aos significados históricos atribuídos à sexualidade. Sedgwick sugere então uma confluência metodológica entre as análises historicizantes do feminismo marxista com o método da desconstrução que ganhou força, sobretudo, no feminismo francês. Assim, seria possível unir a análise dos significados históricos da experiência social da sexualidade (por exemplo, tal como constituída pelo discurso médico) com o questionamento do papel que a experiência da sexualidade adquire na constituição da subjetividade (Sedgwick, 1985, p. 12, 13). Sedgwick argumenta que se há uma “estrutura” da sexualidade, ela não pode ser considerada isolada das mudanças históricas que interagem com ela numa relação formativa e dialética:

(...) parecemos posicionados entre a alternativa de ‘ler’ o sexo *ou* ‘ler’ a história, uma escolha que parece ser entre o aspecto sincrônico e o diacrônico. Nós sabemos que é um equívoco ver deste modo, não só porque em abstrato o sincrônico e o diacrônico devem ser considerados um em

relação ao outro, mas porque especificamente nas disciplinas que nós estamos considerando eles estão mutuamente inscritos (Idem, p. 13)

Ao focar sobre a construção do discurso sexual e seu respectivo processo de normalização, estudos como os de Sedgwick centram-se nas “formas como a própria distinção homo/hetero serviu de base para todos os aspectos da vida contemporânea” (Gamson, 2006, p. 353). Ao investigar a emergência desse binarismo na literatura inglesa, Sedgwick identificou o processo de formação, nas sociedades burguesas, da homofobia²⁵.

As conseqüências de tal processo estão para além do campo literário, tendo colaborado para a legitimação de um certo *status quo* social e sexual. Sedgwick afirma, em seu estudo *Between Men – English Literature and Male Homosocial Desire* (1985), que cada sociedade define o que é sexual ou não, assim como avalia a aceitabilidade ou rejeição de certas relações a partir de critérios próprios à sua estrutura de poder. O ponto de partida da autora foram as grandes mudanças econômicas, ideológicas e na organização de gênero que consolidaram o processo de aburguesamento da sociedade inglesa entre meados do século XVIII e meados do século XIX.

Sedgwick discute como a mudança na estrutura do desejo homosocial masculino – conceito que utiliza para definir a força social que estrutura a vinculação entre homens – estava firmemente ligada a outras mudanças mais visíveis (Idem, p. 1-5). Tais mudanças estavam intimamente relacionadas com questões de classe social e também não podem ser entendidas fora do sistema de gênero como um todo. A autora formula a hipótese de que numa sociedade onde homens e mulheres diferem quanto ao seu acesso ao poder, haverá importantes diferenças de gênero, como também na estrutura e na constituição da sexualidade.

Nesse contexto de desigualdade política, tende a haver uma oposição diacrítica entre os termos “homosocial” e “homossexual” nas relações entre homens, dicotomia esta que

²⁵ Sedgwick usava a expressão homofobia em sua teorização. Entretanto, na atualidade, Miskolci propõe que priorizemos o termo heterossexismo para falar das pressões sociais em prol da heterossexualidade e homofobia apenas para se referir a subjetividades moldadas pela heteronormatividade e, portanto, marcadas pelo medo de se denunciar ao revelar publicamente o desejo homoerótico. Em sua análise, heterossexismo institucional (heteronormatividade) e homofobia espelham um ao outro, mas o termo homofobia como sinônimo de violência ou perseguição ao desejo homoerótico é impreciso e altamente discutível. Agradeço a Richard Miskolci por essa observação feita comunicação pessoal.

não é tão forte entre as mulheres²⁶. O questionamento proposto por Sedgwick demonstra que a estruturação social da homofobia é uma invenção anterior à identidade homossexual; leva ainda a um entendimento de que esta mesma estrutura subalterniza as mulheres; e enfatiza que o que pode ser interpretado como sexual também pode ter componentes de raça e classe.

A autora leva adiante seu empreendimento em seu livro *Epistemology of the Closet* (1990), no qual argumenta que um entendimento de qualquer aspecto da moderna cultura ocidental será incompleto e prejudicado na medida em que não incorpore uma análise crítica da definição moderna de homo/heterossexual. Nessa formulação, a sexualidade entra para a análise como elemento que atravessa nossa cultura como um todo:

(...) uma compreensão de virtualmente qualquer aspecto da cultura ocidental moderna será, não meramente incompleta, mas danificada em sua substância central no grau em que não incorporar uma análise crítica da definição moderna homo/heterossexual; e assumirá que o lugar apropriado para começar tal análise crítica é da perspectiva relativamente descentrada da teoria queer e anti-homofóbica moderna.” (Sedgwick, 1990, p.1)

Para Sedgwick em sociedades marcadas pelo dispositivo de sexualidade, o “senso comum” discursivo e institucional é caracterizado por uma recusa cognitiva da homossexualidade, ou seja, formado pela idéia de uma sexualidade particular constituída **como** segredo. Este contexto, no qual identidade sexual é sinônimo de identidade compulsória, é marcado por uma incoerência interna e por um conjunto de interdições contraditórias, ou seja, cria uma identidade social que é ao mesmo tempo proibida e necessária para a existência da identidade hegemônica.

Segundo Sedgwick, mais do que uma discussão pró-homossexual ou anti-homossexual, o objetivo é analisar as contradições mais ativas que são internas a todos os importantes movimentos que desde o final do século XIX definiram o binômio homo/heterossexual. Percebe-se que tal perspectiva difere dos estudos sobre a constituição de “minorias” sexuais, uma vez que se voltam para o processo de constituição “daqueles

²⁶ Sedgwick exemplifica afirmando, por exemplo, que a amizade, a solidariedade e mesmo o amor entre mulheres não são julgados da mesma forma que o continuum homosocial masculino.

conhecimentos e daquelas práticas sociais que organizam a ‘sociedade’ como um todo, sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos, atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais” (Seidman, 1996, p. 12-13).

De modo complementar a essa perspectiva, David Halperin argumenta que a incerteza na definição da homossexualidade não diz respeito a uma fantasia essencialista sobre o que ela “*realmente é*”, antes nos remete ao longo processo de acumulação histórica e discursiva que o termo médico homossexual tentou homogeneizar (Halperin, 2000, p. 89). O historiador afirma a necessidade de remontarmos à análise genealógica se quisermos compreender como esse processo condensou noções distintas de intimidade masculina, resultando na *convergência instável* que tem marcado a definição moderna do homossexual. A utilização da história como ferramenta mostra-se útil para a análise, uma vez que o jogo de identidade e diferença em torno do binário homo/hetero apresenta numa simultaneidade sincrônica diferenças que se constituíram numa lógica diacrônica (Idem, p. 90).

Quer dizer, categorias que eram distintas até o século XIX gradativamente passaram a ser nomeadas como homossexualidade. Nesse ponto, Halperin concorda com Sedgwick, mas chama a atenção para um risco presente em seu esquema conceitual. Para Halperin, a teórica queer forjou conceitualmente o espaço performativo das contradições na moderna noção de homossexualidade. Ao focar na idéia da “homossexualidade como nós conhecemos hoje”, sua análise conseguiu demonstrar as incoerências do binômio homo/hetero, mas manteve intocada a questão da homosociabilidade com a noção de “desejo homosocial masculino” assentado no pressuposto de um potencial erótico a-histórico. Lida nessa chave, a teorização de Sedgwick teria deixado de lado uma parte importante das questões históricas que sua própria abordagem enfatizava (Idem, p. 116, 117).

Com esse objetivo, Halperin utiliza quatro categorias heurísticas como uma tipologia dos modelos ou tradições discursivas sobre a intimidade masculina anteriores à consolidação da terminologia médica de fins do século XIX, negando uma pretensão de afirmá-los como conceitos descritivos de identidades (Idem, p. 91). Ou seja, no domínio da

experiência não é possível afirmar que essas diferentes modalidades tenham se constituído de modo excludente.

Os afeminados seriam definidos pela noção de excesso sexual. O afeminamento teria a ver com homens que, como as mulheres, entregam-se às paixões, obedeceriam aos instintos e não à razão. O afeminamento como marcador de excesso poderia se relacionar mesmo com a conduta heterossexual: trataria-se de homens que ao contrário do modelo de hipermasculinidade guerreira exigido pelas sociedades competitivas, prefeririam o prazer da sociedade amorosa tipicamente feminina (Idem, p. 93, 94).

O pederasta ou sodomita ativo se caracterizaria por manter relações sexuais com um homem subordinado, não havendo entre eles nenhum tipo de identidade. A relação neste caso se referiria ao modelo hierárquico de “amor grego”. Não há aqui divergência com a identidade masculina tradicional, posto que seriam homens que exercem o papel sexual ativo (Idem, 95, 97).

Diferente do modelo de hipermasculinidade que depende da subordinação de outro homem, há o modelo da amizade igualitária entre homens. Este marcaria, sobretudo, homens de mesma posição social (em geral, de elite) e status em termos de idade, masculinidade e poder. Ao não enfatizar a subordinação de um parceiro menos masculino, o tema do amor não é determinado aqui pela “paixão erótica” de um parceiro ativo²⁷. A amizade nesses termos não segue nem o modelo erótico do homem com a mulher, nem tampouco o do mero envolvimento sexual entre homens. A distinção em relação ao “amor sexual” deve-se ao modo como este último representa hierarquias tradicionais do tipo ativo/passivo, superior/inferior (mais características da pederastia). Em contraste, a amizade como amor igualitário representaria a relação mútua entre pessoas do mesmo sexo. (Idem, p. 99, 101).

Por fim, o invertido ou passivo, apareceria vinculado a uma identidade de gênero feminina. Nesse caso a questão do prazer que se pode ter ao ser penetrado não é tematizada. O elemento que é tido como relevante é a identidade de gênero desviante assumida pelo invertido. Nota-se que a definição moderna aproximou o afeminado do invertido, tornando-se mais férrea em relação a atitudes especificamente femininas (Idem, p. 102, 103)

²⁷ Ainda que não assuma necessariamente uma configuração homoerótica, Halperin inclui essa forma de amor igualitário em sua tipologia, pois a partir da medicalização da sexualidade ela passaria a ser mecanicamente associada ao “homossexualismo” (Cf. Halperin, 2000, 101)

O artigo de 1870 do neurologista alemão Karl Westphal sobre as sensações sexuais contrárias teve papel fundamental na consolidação da sexualidade como domínio médico-psicológico, como já assinalamos anteriormente. Entretanto, Halperin chama a atenção para o fato de que a relevância dada à inversão do masculino e do feminino nos indica que foi a figura tradicionalmente estigmatizada como passivo sexual que serviu de marcador para o adulto perverso²⁸ (Idem, p. 107). Portanto, as teorizações sobre o desvio sexual recodificaram a preocupação com o desvio das normas de gênero. Em suma, as primeiras suposições que os cientistas assumiram sobre a natureza do desejo sexual remetiam a um pressuposto cultural mais antigo.

A argumentação de Halperin confirma neste tópico a leitura de Sedgwick de que essa forma inicial de codificação médica do desejo por pessoas do mesmo sexo acabava preservando uma noção de “*heterossexualidade essencial* dentro do próprio desejo, através de uma leitura particular da homossexualidade” (Sedgwick, 2007, p. 48). Em outras palavras, a problematização de uma identidade de gênero desviante permitia um movimento de (hetero)sexualização do homoerotismo.

O romance *Bom-Crioulo* é exemplar a esse respeito: é interessante observar como em sua narrativa diferentes configurações do homoerotismo ou modelos de intimidade masculina aparecem, ainda que incoerentes e mutuamente discordantes. Como acompanharemos no próximo capítulo, um diversificado vocabulário aparece na tentativa de enquadrar o vínculo entre Amaro e Aleixo: várias adjetivações para o termo amizade (misteriosa, carinhosa, escandalosa, inexplicável), uranismo, pederastia, sodomia, passividade, insinuações de afeminamento no efebo, amor físico, carnalidade grega e delito contra a natureza foram as principais formas de qualificação do homoerotismo na publicação de 1895. Seria somente no ano seguinte, quando obrigado a encontrar um vocabulário legítimo e adequado para definir e defender o romance frente aos ataques da

²⁸ Num pequeno, mas instigante estudo publicado em 1981, o antropólogo Michel Misse analisava o discurso cotidiano em língua portuguesa utilizado para ofender o passivo sexual. Nesse trabalho, Misse argumentava que as mitificações sobre a feminilidade haviam se autonomizado e transformado em marcador de estigma para homens penetrados na relação sexual. Assim, termos de conotação sexual como “dar uma porrada” ou “levar uma porrada” apresentavam uma ambigüidade ordenada pela hierarquia ativo/passivo, oscilando como marcador de prestígio ou estigma num ou noutro caso (Cf. Misse, 1982, p. 54). Agradeço ao colega Tiago Duque por ter “escavado” este livro num sebo em Campinas.

crítica, que Adolfo Caminha empregaria os termos *inversão sexual* e *homossexualismo* como justificativa unificadora do “estudo de caso” que levava a cabo em sua narrativa²⁹.

Aproximamo-nos assim da leitura analítica do romance. Não se trata de assimilar mecanicamente a obra literária ao seu contexto, mas sim de analisar como a literatura retrata e é parte de certas experiências históricas (Miskolci, 2007, p. 2), nos fornecendo um arquivo privilegiado para estudos sociológicos e históricos. A perspectiva queer oferece os instrumentos para uma analítica da normalização. Dessa maneira, nos termos de Miskolci: “O que caracteriza os estudos queer é o apoio na história para evidenciar e desconstruir pressupostos que embasam práticas sociais e, principalmente, conceitos e teorias arraigados nas ciências” (Miskolci, 2005, p. 33). Nessa mesma direção se situa o modo como Joan Scott problematiza a constituição da experiência como processo histórico:

Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são construídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. (Scott, 1998, 304).

No *Bom-Crioulo*, a emergência da noção de sexualidade se mescla às expectativas sociais em relação ao negro. Situado no interior desta injunção histórica, as noções empregadas no romance nos permitem verificar, no contexto brasileiro, essa *convergência instável* em direção ao termo homossexualismo entendido como condição patológica. Das incoerências acerca da identidade sexual expostas no romance, é possível apontar para o papel estruturante que a oposição da homossexualidade em relação à amizade exerceu nas estratégias narrativas

Até aqui, a abordagem sociológica e histórica nos permitiu localizar o processo de psiquiatrização do adulto perverso no qual se insere o romance de Adolfo Caminha. Estamos lidando com parte de uma ampla formação discursiva na qual saber e poder se

²⁹ Cf. o supacítulo 5.1 *Em defesa da verdade*.

entrelaçaram para produzir uma verdade sobre o sujeito com base na sexualidade. Não se trata de uma pesquisa que recorra à origem como verdadeira essência, antes uma análise que remonta aos acontecimentos que tornaram possível a emergência daquilo que nós conhecemos como sexualidade. Foucault em sua crítica à historiografia tradicional que buscava a “essência exata da coisa”, nos ensina a olhar para a história de outra maneira, de modo a aprender “(...) que atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’, não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (Foucault, 2004, p. 18). Essa perspectiva crítica orientou a leitura analítica do romance, bem como o trabalho com as fontes históricas, permitindo reconstituir o jogo de produção da verdade que marcou o diálogo entre literatura e ciência no final do século XIX e que acompanharemos nos próximos capítulos.

Capítulo 2 - A emergência do biopoder como estruturante da oposição amizade/homossexualidade: uma leitura analítica de *Bom-Crioulo*

“Meu querido Aleixo

Não sei o que é feito de ti, não sei o que é feito do meu bom e carinhoso amigo da Rua da Misericórdia. Parece que tudo acabou entre nós. Eu aqui estou, no hospital, já vai quase um mês, e espero que me venhas consolar algumas horas com a tua presença. Estou sempre a me lembrar do nosso quartinho... Não faltes. Vem amanhã, que é domingo.

Teu

Bom-Crioulo”

2.1 Entre o poder soberano e o biopoder.

Rio de Janeiro, 1895. A velha e gloriosa corveta que ganha a cena nas primeiras páginas de *Bom-Crioulo* indica-nos uma figura de transição. Sabemos a seu respeito que fora, no passado, um navio pitoresco, idealmente festivo e de aspecto guerreiro. No presente da narrativa, ela surge com aspecto oposto: o de um esquife agourento que mais lembra um morcego apocalíptico sobre o mar (BC, p. 25)³⁰. Nela, as noções de meio, raça e sexualidade já estão presentes. Há ainda a rígida hierarquia que opõe a autoridade dos oficiais e a marinhagem. Mas também nesses aspectos há algo de transitório. O castigo corporal que ainda aparece como forma dominante de pedagogia autoritária já encontra-se ali mesclado a mecanismos novos de controle. É sugestivo que sua prática, que corria inadvertidamente até certo ponto da narrativa, seja interrompida no momento em que o comandante do velho navio avista um transatlântico no horizonte.

Lúgubre, a corveta aparece como meio degenerado: “os primeiros sintomas de indolência” são um reflexo geral que se percebe na marinhagem. Esta, por sua vez, é caracterizada por sua instintiva covardia. Composta por homens analfabetos e rudes, a passividade é um traço marcante. Frente à autoridade, o respeito à tradicional hierarquia chegava “às raias da subserviência animal”.

³⁰ Neste capítulo, a citação do romance será abreviada pelas iniciais BC, seguida da numeração da página.

Além da noção de meio, há também elementos racializados. Dois exemplos, cada um num pólo diferente da hierarquia, são ilustrativos: por um lado, “a figura exótica de um marinheiro negro” (BC, p. 27), o primeiro a destacar-se da até então indistinta marinhagem. Seus lábios grossos abriam-se “num vago sorriso idiota, e em cuja fisionomia acentuavam-lhe linhas características de estupidez e subserviência” (Idem). Por outro lado, o comandante com seu ar autoritário, figura que em si comunicava respeito, enfim, um “homem robusto de feições e presença nobre” (BC, p. 28).

Juntos, marinheiros e oficiais se colocam a bordo para assistir a um tipo de ato solene, uma sessão de castigo às infrações de três marinheiros agora acorrentados: um branco, de aspecto melancólico e mórbido, o Herculano; um mestiço, moreno cor de jenipapo, o Sant’Ana; e um negro, alto espadaúdo e de cara lisa, o Amaro.

Não é gratuitamente que alguns intérpretes apontam para o caráter sadomasoquista da narrativa³¹. O guardião Agostinho havia se tornado um especialista no ofício de aplicar a chibata. Tratava-se de um caboclo nascido no Amazonas, um “caboclo macho” dizia-se à bordo. O guardião sentia “um prazer especial naquilo” (BC, p. 30), enchia-se de satisfação ao receber as ordens para aplicar a chibata. Era uma figura dotada de “instintiva malvadez” (BC, p. 32). A crítica à hierarquia militar fica entrelaçada nessa seqüência, onde o prazer sadomasoquista, o prazer que resulta da dominação e da dor, se associa e iguala ao poder hierarquizado, cujo exercício pelas mãos do guardião é apenas o ponto terminal.

Herculano era um rapaz triste e fraco. Seu crime naquela ocasião havia sido a prática da masturbação: “tinham-no encontrado sozinho (...) a mexer com o braço numa posição torpe, cometendo contra si próprio, o mais vergonhoso dos atentados” (BC, p. 31). Apesar de não previsto nos códigos, tratava-se de “um crime de lesa natureza”, pois derramara “inutilmente, no convés seco e estéril, a seiva geradora do homem” (Idem). Pego em flagrante, lançou-se numa briga com Sant’Ana e, por fim, ambos foram presos. Sant’Ana também era um fraco, “tinha a facilidade ingênita das lágrimas”. Tanto um como o outro não suportavam a dor dos golpes. Chama a atenção o fato de que nesses dois

³¹ Cf. Leonardo Mendes, *As ruínas da homossexualidade: o gótico em Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha*. Entretanto, tal como aparece no romance, o sadomasoquismo é constitutivo de um desejo sexualizado que se realiza na violência e não um “mecanismo de defesa cujo objetivo é aniquilar a irrupção de sexualidades perversas e indisciplinadas”, como afirma Mendes (Mendes, 2004, p.6). Ver também a interessante análise de José Carlos Barcelos: *Identidades problemáticas: configurações do homoerotismo masculino em narrativas portuguesas e brasileiras (1881-1959)*, p. 118-130.

primeiros castigos, os marinheiros enfileirados assistiram à tudo com “a fria indiferença de múmias”, “como se fora a reprodução banal de um quadro muito visto” (BC, p. 30, 32).

O terceiro preso, entretanto, é recebido de um modo diferente. Ao entrar em cena para receber o castigo, Amaro causa uma excitação geral entre os marinheiros, algo como o “vago estremecimento que assalta os espectadores de um teatro nas mutações de cenário” (BC, p. 33). A excitação, sabemos pelo romance, deve-se ao fato de Amaro resistir de modo impressionante à dor dos golpes. Os dois primeiros castigados já não causavam a mesma excitação por se tratarem de “miseráveis marinheiros” que mal agüentavam vinte e cinco chibatadas. A marinhagem, além de subserviente, é apresentada como reverente ao poder hierarquizado que se manifestava de forma extrema com os castigos. Mais do que os outros, a presença de Amaro parecia despertar um certo erotismo do poder: sua presença ali causava “grande interesse e viva curiosidade” (BC, p. 33)

Amaro, um negro corpulento, com seu “formidável sistema de músculos”, contrariava a “morbidez patológica” de sua geração (Idem). A primeira descrição de Amaro já é marcada pela possibilidade de um destino trágico. Chamado de Bom-Crioulo na gíria de bordo, o “terrível Bom-Crioulo” (Idem) tinha o dom precioso e natural de uma tremenda “força nervosa” (Idem). Acima de todas suas “qualidades fisiológicas” (Idem), havia desenvolvido este dom e se tornado conhecido por tamanha força. Sobretudo pelos conflitos nos quais se envolvia em terra quando estava embriagado. A imagem de Amaro era então a de um louco armado com uma navalha, uma “fera desencarcerada”. Em suma, o negro nessa situação é apresentado como um risco para todos que se aproximassem.

Entretanto, não era a embriaguez que levava Amaro à chibata. O motivo dessa vez é que o Bom-Crioulo havia esmurrado um marinheiro que “ousara, ‘sem o seu consentimento’, maltratar o grumete Aleixo, um belo marinheiro de olhos azuis, muito querido por todos e de quem diziam-se ‘cousas’ (BC, p. 34). O Bom-Crioulo se prepara para receber os golpes “nu da cintura para cima, numa riquíssima exibição de músculos, os seios muito salientes, as espáduas negras reluzentes, um sulco profundo e liso de alto a baixo no dorso, nem sequer gemia, como se estivesse a receber o mais leve dos castigos” (Idem).

Se, como vimos, castigar a marinhagem comum era fonte de prazer para o guardião Agostinho, no caso do Bom-Crioulo a excitação o levava ao gozo. Ao primeiro

estremecimento de dor por parte de Amaro após um golpe aplicado sobre os rins, segue-se um estremecimento de Agostinho: “Por sua vez Agostinho estremeceu, mas estremeceu de gozo ao ver, afinal, triunfar a rijeza de seu pulso” (BC, p. 35). Marinheiros e oficiais, com toda a diferença que os separavam, assistiam concentrados, cheios de interesse, a cada golpe (Idem). O Bom-Crioulo recebe ao todo cento e cinquenta golpes que, como dissemos, só são interrompidos porque o comandante avista um transatlântico aproximando-se no horizonte.

O longo ritual da chibata que se segue à leitura de um certo *Código*, particularmente “a parte relativa a castigos corporais” (BC, p, 29), mescla-se a um olhar sobre crimes não previstos nos códigos. Apesar de terem sido aprisionados pelas brigas, foram crimes do segundo tipo que motivaram Herculano e Amaro: o primeiro por praticar um atentado contra si próprio ao masturbar-se, o segundo, pelo já anunciado desejo de posse em relação a um rapaz. Se o código objetivava ensinar os marinheiros a cumprir com os seus deveres e respeitar a autoridade, as práticas daqueles homens pareciam apontar para a necessidade de um outro tipo de disciplina - centrada, sobretudo, na sexualidade.

Não nos parece equivocado afirmar que o que molda o início dessa narrativa é um encontro entre poder soberano e biopoder. Na lógica do poder soberano trata-se, em suma, de defender a soberania de um Estado, autorizado a confiscar a vida de seus “súditos” para tal finalidade. No biopoder, prepondera uma lógica biológica segundo a qual é necessário regular os processos vitais do indivíduo e da população. Vemos assim, que o primeiro foi muito bem criticado pelo autor, ao expor minuciosamente o abuso de poder da hierarquia militar. O segundo, de modo ainda incipiente, marcaria alguns elementos que estruturam a narrativa, expondo uma tensão entre um certo modelo de amizade entre homens e o agenciamento da noção de homossexualidade como instinto patológico.

2.2 A amizade atravessada pela psiquiatrização do prazer: ambigüidades e tensões no modelo da degeneração

Sabemos por uma das digressões da narrativa que antes de conhecer Aleixo, Amaro era muito dócil, leia-se, útil para o trabalho e obediente aos deveres e obrigações da Marinha. A descrição de Amaro no seu início como marinheiro parece remeter à imagem

do bom selvagem. Ele fora recolhido na Marinha após a fuga de uma fazenda num momento em que o regime escravocrata ainda era vigente. O romance retrata uma situação na qual o escravo era caçado como um animal, anúncios minuciosos eram colocados nos jornais e os proprietários ofereciam recompensas para quem o prendesse. Em suma, o “negro fugido”, diz-se no romance, era uma figura que “aterrava as populações de um modo fantástico” (BC, p, 37).

Num primeiro momento, o contraponto entre a fazenda e a vida à bordo faz com que Amaro sintasse-se livre. A disciplina militar não haveria de ser tão terrível quanto o regime de trabalho e castigos recebidos na fazenda. Para Amaro, além do abrigo e da alimentação que receberia, a maior diferença era que à bordo “não se olhava a cor ou a raça do marinheiro: todos eram iguais” (BC, p. 39). Amaro conseguiria assim tornar-se estimado dos superiores:

Amaro soube ganhar logo a afeição dos oficiais. Não podiam eles, a princípio, conter o riso diante daquela figura de recruta alheio às praxes militares, rude como um selvagem, provocando a cada passo gargalhadas irresistíveis com seus modos ingênuos de tabaréu; mas, no fim de alguns meses, todos eram de parecer que “o negro dava para gente”. Amaro já sabia manejar uma espingarda segundo as regras do ofício, e não era lá nenhum botocudo em artilharia; criara fama de “patesca”. Nunca, durante esse primeiro ano de aprendizagem, merecera a pena de um castigo disciplinar: seu caráter era tão meigo que os próprios oficiais começaram a tratá-lo por Bom-Crioulo (Idem).

Passado esse primeiro ano como aprendiz, Amaro é recrutado para uma viagem ao sul do país. Sua alegria nessa ocasião é comparada a um “começo de loucura inofensiva”, uma “suave embriagues dos sentidos”. Nessa primeira viagem, o Bom-Crioulo continua sendo admirado por todos, sobretudo após ser visto nu pelos companheiros. Aquele “corpo de gigante: seu peito largo e rijo, os braços, o ventre, os quadris, as pernas (...)” teriam

causado um verdadeiro clamor entre os marinheiros (BC, p. 41). Ao mesmo tempo, a imagem daquele “conjunto respeitável de músculos” rendeu ao Bom-Crioulo a fama de “homem perigoso” (Idem).

Porém, com o retorno dessa viagem observava-se uma mudança em Amaro: estava indolente no trabalho e insubmisso às ordens. Para alguns, tratava-se de embriaguez. Mas outros desconfiavam que “Bom-Crioulo tornara-se assim, esquecido e indiferente, dêis que ‘se metera’ com o Aleixo, o tal grumete, o belo marinheiro de olhos azuis, que embarcara no sul. — O ladrão do negro estava mesmo ficando sem-vergonha!” (BC, p. 42).

A “amizade escandalosa” (Idem) de Amaro era de conhecimento inclusive do comandante que, entretanto, fingia nada saber com o intuito de pegá-los em flagrante. A amizade de Amaro fez-se acompanhar de um certo “movimento indefinível” em seu corpo:

Sua amizade ao grumete nascera, de resto, como nascem todas as grandes afeições, inesperadamente, sem precedentes de espécie alguma, no momento fatal em que seus olhos se fitaram pela primeira vez. Esse movimento indefinível que *acomete ao mesmo tempo duas naturezas de sexo contrários, determinando o desejo fisiológico da posse mútua*, essa atração animal que faz o homem escravo da mulher e que em todas as *espécies*³² impulsiona o macho para a fêmea, sentiu-a Bom-Crioulo irresistivelmente ao cruzar a vista pela primeira vez com o grumetezinho. Nunca experimentara semelhante coisa, nunca homem algum ou mulher produzira-lhe tão esquisita impressão, desde que se conhecia! Entretanto, o certo é que o pequeno, uma criança de quinze anos, abalara toda a sua alma, dominando-a, escravizando-a logo, naquele mesmo instante, como a força magnética de um imã (BC, p. 43).

³² Grifos nossos.

Chega-se a afirmar superficialmente que a influência do meio teria relação com a perda do “caráter dócil” de Amaro – “A maioria dominara-o (...)” (BC, p. 44) – no retorno da viagem. Entretanto, as mutações no caráter de Amaro não parecem tão associadas à influência da marinhagem, antes são percebidas após sua ligação com Aleixo, especialmente depois que passou a cortejá-lo e tornou-se seu protetor à bordo. Se, por um lado, Amaro havia abandonado a obediência integral às disciplinas, por outro, havia voltado “mais forte, mais viçoso e mais homem” (Idem).

Os momentos que antecedem a chegada ao Rio de Janeiro são os de maior ambigüidade no romance. O mesmo “caminho da pátria” (BC, p. 54) feito pela corveta era realizado por um transatlântico inglês lotado de “imigrantes italianos que chegavam ao Brasil” (BC, p. 51). Nessa comparação, o navio que trazia o Bom-Crioulo e uma marinhagem composta em sua maioria por negros e mestiços, é caracterizado por sua lentidão e soberba que, enfim, ressaltavam seu atraso e sua derrota (BC, p. 52). Trata-se de uma seqüência que se desfecha quando Amaro e Aleixo consumam “o delito contra a natureza” (BC, p. 57). Entretanto, sob a fórmula aparentemente fácil do “contra a natureza”, uma série de tensões parecem complicar a definição da homossexualidade.

Parece certo que o enredo associa a imagem de uma tripulação mestiça como causa da degeneração, cujo ponto extremo seria uma sexualidade contrária à natureza. Esta imagem, aliás, parece reforçada pelo contraste com a aparição vigorosa de uma embarcação que trazia ao país imigrantes brancos. Porém, o modelo da degeneração aparece aqui confrontado ao da “amizade escandalosa” que remeteria ao passado greco-romano.

Nesse retorno ao Rio de Janeiro, Amaro já se encontra obcecado pela figura do grumete. Enquanto o ânimo geral do navio é comparado ao de aves alvissareiras, o espírito do Bom-Crioulo é comparado ao de uma pássaro agonizante, pois não consegue deixar de pensar em Aleixo. A princípio, em sua imaginação, Amaro deseja Aleixo “como se ele fora do outro sexo” (BC, p. 48). Mas se fosse este o caso, poderia satisfazer sua “necessidade” no Rio de Janeiro que, afinal, contava com “mulheres de todas as nações, francesas, inglesas, espanholas... a escolher!” (BC, p. 49). Ao mesmo tempo, Amaro lembrava-se que nas duas ocasiões em que se aventurara com “mulheres fáceis”, “dera péssima cópia de si como homem” (BC, p. 48). Lembrava-se também que já havia visto os oficiais praticarem a

mesma “imoralidade” que tanto lhe causara repulsa e agora lhe deixava confuso. Em suma, não sabia se a questão era “*instinto ou falta de hábito*” (BC, p.48). Questão esta que extrapola os pensamentos de Amaro e, num parágrafo isolado, parece fazer parte do enredo como um todo: “Como é que se compreendia o amor, o desejo da posse animal entre duas pessoas do mesmo sexo, entre dois homens?” (Idem).

É verdade que para o modelo da degeneração do final do século XIX, o status das relações entre homens nas sociedades greco-romanas da Antiguidade aparecia como um vício que, por erro histórico, tornou-se padrão moral de uma época³³. Entretanto, essa tentativa de olhar para o passado de acordo com o modelo perversão-degenerescência terminava por expor a contradição entre a noção de patologia, inerente à *psiquiatrização das perversões*, e a relação mestre-discípulo, na qual o vínculo entre um homem mais velho e o efebo aparece como modelo de emancipação³⁴.

Sabe-se que Amaro contava com trinta anos e Aleixo quinze a essa altura do romance. O Bom-Crioulo aparece aqui como o responsável pela “educação do marinho” (BC, p. 49). Aleixo é descrito como “obra” realizada por Amaro: fora este que, no papel de mestre, reconheceu a beleza do discípulo, presenteando-o com um espelho. Depois, tratou de completar sua obra, ensinando o rapaz a se vestir e manter o asseio do uniforme (BC, p. 49, 50). O sucesso foi tanto que Aleixo tornara-se conhecido como o “menino bonito dos oficiais” (BC, p. 49).

A relação entre Amaro e Aleixo aparece também como o fator que os aparta da sociabilidade com os demais marinheiros. Enquanto estes reuniam-se em círculo para dançar e cantar cantigas sertanejas, Bom-Crioulo já não tomava parte nesse tipo de encontro, preferindo a companhia de Aleixo. Temos, por um lado, a idéia de uma “amizade inexplicável” (BC, p. 53) que fazia Amaro esquecer-se de todos os seus companheiros (Idem). Por outro, temos a noção de um “desejo louco” (Idem) associado a um “enervamento irresistível” (Idem). Para essa segunda chave, contribuía a idéia de meio

³³ Como bem observou Jurandir Freire Costa, tratam-se de experiências culturais e subjetivas distintas que esse tipo de argumento procura homogeneizar: “(...) os gregos eram “pederastas” e não “homossexuais”. A pederastia como o “homossexualismo” são duas formas de cristalização do imaginário cultural sobre a potencialidade homoerótica, e não dois nomes para um mesmo referente” (Costa, 2002, p. 26)

³⁴ No ano de 1895, a contradição entre o modelo educativo socrático-platônico retomado pelo escritor Oscar Wilde como relação ética e a emergência da homossexualidade como problema jurídico na sociedade burguesa foi o mote da acusação do Marquês de Queensberry por conta da amizade de seu filho com o escritor (Cf. Antônio Jorge Serafim Ramalho: *Wilde versus Douglas – da educação à revolta da arte*).

degenerado, com “um odor nauseabundo de cárcere” e no qual “viam-se torsos nus abraçando o convés, aspectos indecorosos que a luz evidenciava cruelmente” (BC, p. 56). Em suma, duas visões: de um lado, um tipo de amizade entre homens que os apartava da sociabilidade masculina e, do outro, a noção de uma patologia intrínseca aos indivíduos e ao meio.

O Bom-Crioulo é também comparado a Priapo, deus grego que simboliza a fertilidade, mas também a sexualidade mais direta e agressiva devido a sua genitália deformada³⁵. O modelo da degeneração em *Bom-Crioulo* aparece, assim, infiltrado por critérios de gênero mais antigos segundo os quais a dominação masculina sobre a parte passiva aparece como essencial. Dessa ambivalência, resultam fórmulas como a seguinte, na qual fala-se sobre as estratégias de Amaro para realizar, por fim, “o seu forte desejo de macho torturado pela carnalidade grega” (Idem). A essas tentativas de conquista, Aleixo recusara por diversas vezes “com jeitos de namorada” (Idem).

Paradoxalmente, no romance, essa idéia de uma “carnalidade grega” convive com a representação de um “apetite selvagem” (BC, p. 57). Aqui cabe lembrar como a imagem que se tinha do criminoso nato moldou a personagem de Amaro. O comportamento criminoso era visto na época como uma reminiscência de atavismo primitivo na civilização. Desse modo, por várias vezes, Amaro é representado como um animal que se esgueira felinamente. Aliás, é dessa forma – “esgueirando-se felinamente” (Idem) - que ele chega a se deitar junto de Aleixo. Nessa seqüência, o modelo da degeneração parece englobar a distinção ativo/passivo quando Aleixo finalmente recebe o Bom-Crioulo:

Uma sensação de ventura infinita espalhava-se-lhe em todo o corpo. Começava a sentir no próprio sangue impulsos nunca experimentados, uma como vontade ingênita de ceder aos caprichos do negro, de abandonar-se-lhe para o que ele quisesse — uma vaga distensão dos nervos, um prurido de passividade (Idem).

³⁵ Cf. Carlos de Miguel Mora, *Os três castigos de Priapo: o sexo como arma no Corpus Priapeorum*.

Prestes a aportar, Amaro promete uma vida nova para o grumete no Rio de Janeiro. O Bom-Crioulo haveria de alugar um quarto na Rua da Misericórdia. Ele pede que Aleixo guarde segredo e dá mostras de seu ciúme, exigindo que o grumete não saia com nenhuma outra pessoa. A “amizade do grumete” (BC, p. 61) era o que mais o preocupava. A vontade do Bom-Crioulo era levar a vida ao lado do rapaz como um “irmão querido e inseparável” (Idem).

Mais uma vez o enredo do romance desliza da noção de amizade para o modelo da degeneração quando Amaro tenta compreender sua ligação com Aleixo. A noção de amizade torna-se incoerente para o Bom-Crioulo quando a lembrança de que ele e Aleixo dormiram juntos “como um casal de noivos em plena luxúria da primeira coabitação” (Idem) lhe invade o pensamento. Nesse momento, Amaro é tomado por uma “febre extraordinária” e passa a examinar a si mesmo como se a homossexualidade estivesse subjacente, mas escondida até então:

Agora compreendia nitidamente que só no homem, no próprio homem, ele podia encontrar aquilo que debalde procurara nas mulheres. Nunca se apercebera de semelhante *anomalía*, nunca em sua vida tivera a lembrança de *perscrutar suas tendências em matéria de sexualidade*. As mulheres o desarmavam para os combates do amor, é certo, mas também não concebia, por forma alguma, esse comércio grosseiro entre indivíduos do mesmo sexo; entretanto, quem diria!, o fato passava-se agora consigo próprio, sem premeditação, inesperadamente. E o mais interessante é que “aquilo” ameaçava ir longe, para mal de seus pecados... Não havia jeito, senão ter paciência, uma vez que a “*natureza*” impunha-lhe esse castigo... (Idem).

A amizade dá lugar a uma lógica do sexo segundo a qual o romance busca justificar na personagem e para os leitores a razão de sua anormalidade. O Bom-Crioulo lembra-se

então que havia se mantido praticamente virgem até os trinta anos e que havia realizado suas “necessidades” masturbando-se, cometendo aqueles “excessos que os médicos proíbem” (Idem). Tudo se passa como se Amaro buscasse em seu desenvolvimento sexual uma resposta para sua amizade com Aleixo. Resposta na qual a idéia de anormalidade aparecia reforçada pelo seu pertencimento racial:

De qualquer modo estava justificado perante sua consciência, tanto mais quanto havia exemplos ali mesmo a bordo, para não falar em certo oficial de quem se diziam coisas medonhas no tocante à vida particular. *Se os brancos faziam, quanto mais os negros!*³⁶ É que nem todos têm força para resistir: a natureza pode mais que a vontade humana.... (Idem)

Na seqüência, é concedida a licença para desembarcarem. O Bom-Crioulo e o grumete vão à Rua da Misericórdia no sobrado de uma velha amiga de Amaro. Entra em cena Dona Carolina, uma portuguesa gorda, “redonda e meio idosa” (BC, p. 65). Ela alugava quartos, exclusivamente a “gente que não se fizesse de muito honrada” (Idem), não se importando com a “cor”, “classe” ou “profissão do sujeito” (Idem). Carolina fora prostituta quando moça e agora mantinha uma aliança com um senhor casado que lhe pagava o aluguel e oferecia alguma ajuda para sobreviver. Ela tinha uma grande estima por Amaro desde que ele a salvara de um assalto. Além disso, a portuguesa não estranha a companhia de Aleixo, pois sabia que “o negro não era homem para mulheres” (BC, p. 67) e, assim, aluga um cômodo para o casal.

Durante quase um ano, Amaro e Aleixo viveram juntos compartilhando a mesma rotina de trabalho na corveta e de intimidade no sobrado à Rua da Misericórdia. Chama a atenção que nesse período Amaro tenha se portado como um marinheiro trabalhador e disciplinado. Ainda que os oficiais desconfiassem de seu “caráter africano” (BC, p. 70), o que se destaca é o fato de que tenha vivido durante meses “uma vida calma, escrupulosamente pautada, rigorosamente metódica, cumprindo seus deveres a bordo, vindo

³⁶ Grifos nossos.

a terra duas vezes por semana em companhia de Aleixo, sem dar motivo a castigos ou recriminações” (Idem).

É verdade que a seqüência em questão é marcada pela ambigüidade a que já nos referimos. Em terra, os dois amigos viviam momentos de idílio amoroso: “Ficavam em ceroulas, ele e o negro, espojavam-se à vontade na velha cama de lona, muito fresca pelo calor, a garrafa de aguardente ali perto, sozinhos, numa independência absoluta, rindo e conversando à larga, sem que ninguém os fosse perturbar” (Idem)

Entretanto, em meio às descrições da amizade experimentada pelo casal, as referências à noção de sexualidade desviante foram bem menores nesse período. Elas resumem-se a um ponto particular, a “única coisa que desgostava o grumete”: os “caprichos libertinos” e os “excessos” (Idem) do Bom Crioulo que não se satisfazia somente ao possuir Aleixo a qualquer hora do dia ou da noite. O que incomodava ao grumete era a idéia de que Amaro queria fazer dele “um escravo”, “uma mulher à toa”, sobretudo porque tinha o desejo de contemplar o corpo nu de Aleixo, ou melhor, “sua exuberante nudez” (Idem). Nesse ponto, o modelo da amizade entre o homem mais velho e o efebo é sucedido pela idéia de sexualidade desviante:

Belo modelo de efebo que a Grécia de Vênus talvez imortalizasse em estrofes de ouro límpido e estátuas duma escultura sensual e pujante. Sodoma ressurgia agora numa triste e desolada baiúca da rua da Misericórdia, onde àquela hora tudo permanecia numa doce quietação de ermo longínquo (Idem).

A sodomia em questão já não se refere somente a uma prática pecaminosa, ela é encarnada num organismo específico, causando frêmitos no corpo e abalos nervosos (Idem). O modelo da amizade assim atravessado pelo modelo da perversão resulta em incoerências que ficam expostas no texto. Por um lado, a amizade entre Amaro e Aleixo uma “amizade misteriosa” (BC, p. 74), fazia com que os dois se identificassem A afirmação de Amaro para que Aleixo não sinta vergonha de tirar a roupa assenta-se sobre a idéia de

uma identificação masculina em comum: “Não és homem como eu? Donde veio essa vergonha?”³⁷ (BC, p. 71).

Não obstante a representação de uma amizade masculina, o apelo à figura do efeminado faz-se na mesma medida quando Amaro contempla as formas do grumete: “Nunca vira *formas de homem tão bem torneadas*, braços assim, quadris rijos e carnudos como aqueles... *Faltavam-lhe os seios para que Aleixo fosse uma verdadeira mulher!*”³⁸... Que beleza de pescoço, que delícia de ombros, que desespero...” (BC, p. 73). Há uma ambigüidade de gênero, entretanto, não há uma determinação definitiva do efebo como um invertido sexual³⁹.

Do mesmo modo, é entre uma cena de “alcova” e outra que Dona Carolina admira-se da beleza de Aleixo, apelidando-o de “o meu bonitinho”: o que lhe causava admiração era que “aquele pedacinho de homem” portava-se “como uma rapariga que se vai fazendo mulher...”(BC, p. 72). Amaro, por sua vez, habituara-se à nova vida na pensão da portuguesa e sentia a “tranqüilidade confiante de *marido feliz*, de capitalista zeloso que traz o dinheiro guardado inviolavelmente (BC, p. 74). Os três passaram a viver como uma “pequena família”.

Para o Bom Crioulo, aqueles foram dias nos quais “o futuro lhe sorria esperanças de vida melhor” (BC, p. 73). Os distúrbios nessa calma vivenciada por Amaro começariam a partir de sua nomeação para servir em outro navio, um couraçado das forças navais. Amaro lamentava a transferência, pois ficaria longe do “seu Aleixo”. Ironicamente, a mesma palavra que fora usada tantas vezes pela ciência da época para desqualificar a homossexualidade, aparecia aqui no lamento do Bom Crioulo pela distância de seu amigo: “Vivera tantos meses ali a bordo da corveta mais o pequeno, e agora, de repente, sem quê nem para quê: — Passe... Era mesmo uma perversidade!”⁴⁰ (BC, p. 75).

³⁷ De modo semelhante, Peter Fry observou que a prostituta Léonie do romance *O Cortiço* (1890), apesar de agir como um “namorado” enquanto conquistava a jovem Pombinha, também apelava para o fato de que as duas eram mulheres quando se tratava de convencê-la a ficar nua (Fry, 1982, p. 38).

³⁸ Grifos nossos.

³⁹ Nesse sentido, José Carlos Barcelos observa que algo muito diverso se passa com a personagem Albino de *O Cortiço* de Aluísio Azevedo. Albino é caracterizado como um invertido sexual e, ao invés de despertar o desejo sexual masculino, sua feminilidade desperta tão somente reações violentas. Cf. Barcelos, p. 128-130.

⁴⁰ Não afirmamos, entretanto, que tal ironia fosse uma manifestação consciente do autor. Antes, que a linguagem literária moderna terminava, por si mesma, criando condições para que fissuras como essa aparecessem no discurso.

2.3 O declínio da amizade e as sexualidades desviantes.

A transferência de Amaro para outro navio quebra a rotina de idílio amoroso que durara quase um ano. Tão logo acontece o primeiro desencontro do casal, a “pequena família” transforma-se, ou melhor, dá lugar a um triângulo amoroso. O Bom-Crioulo seria duplamente traído, pela melhor amiga e pelo amante. Entretanto, o envolvimento de Dona Carolina e Aleixo não aparece como restabelecendo uma suposta ordem natural da heterossexualidade. Ao invés disso, a iniciação do grumete com uma mulher é marcada pelo mesmo estranhamento de “delito contra a natureza” que caracterizou sua iniciação com Amaro. As ambigüidades não são eliminadas. Acompanhemos o que se passou.

Em seu primeiro dia sozinho no quartinho da Rua da Misericórdia, Aleixo fica desorientado e rapidamente passa a questionar sua relação com Amaro, concluindo que “o negro não lhe fazia muita falta” (BC, p. 78). O grumete avançava na reflexão, lembrando que se fosse verdade o que Amaro dissera-lhe sobre a tolerância a “essas coisas” no Rio de Janeiro, ele poderia aproveitar de modo mais vantajoso essa situação: “Podia encontrar algum homem de posição, de dinheiro: já agora estava acostumado ‘àquilo’. (...) Sim, que podia ele esperar de Bom-Crioulo? Nada, e, no entanto, estava sacrificando a saúde, o corpo, a mocidade... ora, não valia a pena!” (Idem). O rapaz estava, enfim, decidido a mudar de vida.

Numa conversa com Dona Carolina, Aleixo comenta que já estava aborrecido com o Bom-Crioulo. Essa simples confiança anima na portuguesa um desejo de conquistar o grumete. Tratava-se, para aquela mulher, de “uma esquisitice como qualquer outra” (BC, p. 80). Afinal, já havia conhecido diversos “marmanjos”, “queria agora experimentar um menino, um criança” (Idem). Mas neste caso, era ela quem estava disposta a pagar para possuir Aleixo.

Até então, Carolina havia representado uma “mãe amorosa” para Aleixo. Entretanto, agora não era a devoção doméstica que lhe animava. Carolina pensava sobre o seu “direito de gozar”, apesar de ser vista como uma velha com seus trinta e oito anos. Nesse sentido, a portuguesa é apresentada como uma “mulher-homem” e seu “corpo de mulher”, à medida que seduz Aleixo, é descrito em sua “febre lúbrica”, como um “animal formidável”, “uma vaca do campo extraordinariamente excitada, que se atira ao macho antes que ele prepare o

bote” (BC, p. 83). Em suma, a imagem de Carolina remete mais à noção de “mulher nervosa” que encontrou na prostituta sua ilustração ideal do que à representação biológico-moral que se cristalizou na figura da “mãe”.

A relação entre Dona Carolina e Aleixo não parece remeter a uma ordem supostamente normal da heterossexualidade, antes, reitera na representação de uma prostituta envelhecida que seduz uma criança as ambigüidades das personagens. Aleixo não sabe muito bem o que fazer com sua “ereção nervosa” e é caracterizado como um colegial acanhado, um novilho excitado, uma criança inocente que é deflorada por uma mulher-homem⁴¹. As cenas de erotismo entre Aleixo e Carolina são narradas como enigmáticas, justificadas apenas pela noção de desenvolvimento sexual incompleto do grumete que apresentava “formas de mulher” e pelo “hermafroditismo” da portuguesa⁴². No lugar da pequena família vemos surgir um triângulo amoroso marcado pela noção de sexualidade desviante.

No navio, Amaro percebia que havia perdido “a bela vida que passara na companhia do grumete” (BC, p. 85). Dava-se conta que a nova disciplina do trabalho era mais austera do que a disciplina da chibata na velha corveta. O navio apresenta-se como uma “prisão de ferro”. No julgamento de mútua desconfiança entre Amaro e o mundo que o cerca, o Bom-Crioulo aparece como *uma figura que demanda aprisionamento*. Nessa dinâmica, a única estratégia do negro, aparece como sendo a da tática do escravo: a fuga.

Os oficiais do novo navio haviam recebido recomendações para que não deixassem Amaro ir à terra, sendo avisados de seu suposto alcoolismo. O Bom Crioulo consegue fugir no barco encarregado de fazer a compra de suprimentos e daí segue para a Rua da Misericórdia.

Escondido no sobrado, passa a refletir sobre a necessidade de tomar uma resolução em sua vida. Pensava em Aleixo com muita desconfiança: “Sim, porque neste mundo a gente vive enganada... Quando mais se estima uma pessoa, mais essa pessoa trata com desprezo” (BC, p 87). Pega-se contemplando um retrato de D. Pedro II, que é visto por Amaro como uma figura benevolente: “o retrato do imperador sorria-lhe meigo, com a sua

⁴¹ Cf. p. 81-83.

⁴² Cf. p. 100-104.

barba de patriarca indulgente. Era o seu homem. Diziam mal dele, os tais “republicanos”, porque o velho tinha sentimento e gostava do povo⁴³ (BC, p. 88).

A narrativa condensa elementos que remetem a um desajuste entre o Bom-Crioulo e um Rio de Janeiro em transição. Nas descrições de desespero da personagem, Amaro nega insistentemente a condição de escravo⁴⁴. Decidido a afirmar sua liberdade Amaro pensa mesmo na possibilidade de deixar Aleixo, que aparece como um vício que também o escraviza. Como contraponto, o mais razoável seria trabalhar e “ (...) amigar-se com uma *rapariga de sua cor*⁴⁵ e viver tranqüilo” (BC, p. 89). A inviabilidade dos pensamentos de Amaro aparece no confronto com as imagens que são apresentadas de trabalhadores livres: os “homens de ganho” do romance são, sobretudo, imigrantes brancos, os “galegos” que povoam a narrativa.

Frente à imagem de um povo que não se mostra nada acolhedor, Amaro procura demonstrar sua solidariedade. Na rua, o Bom Crioulo carrega sozinho um homem durante um ataque de epilepsia, enquanto a maioria dos moradores queria ver o “acontecimento” (BC, p. 90). Ademais, lembrava-se que já havia salvado uma mulher bêbeda. A imagem de uma pessoa abandonada como um “cão sem dono”, comovia Amaro, “aquilo apertou-lhe o coração, fê-lo estremecer” (Idem). Amaro orgulhava-se por ter ajudado o homem doente, enquanto a multidão se assustava ao perceber o “pulso do negro” (Idem).

Após o episódio, o Bom Crioulo vai para uma bodega, decidido a embriagar-se. Transfigurava-se assim na imagem de uma fera terrível e perigosa. A embriaguez de Amaro é apresentada como um início de alucinação. O Bom Crioulo começa a “dizer horrores como um alienado” (BC, p. 92) e irrita-se ainda mais ao deparar-se com um grupo de marinheiros que o ignora, descarregando todo o “vocabulário imundo e obsceno” (BC, p. 93) que havia aprendido na própria marinha. Ao esbarrar com um português que estava no cais, começa uma briga e Amaro lança mão de uma navalha. O autor reforça a imagem de um povo que se excita com a violência e a dor alheias: “a gente alvoroçada” forma logo

⁴³ É interessante observar como essa ironia de Adolfo Caminha a respeito do retrato do imperador é semelhante ao discurso dos médicos reformadores do serviço militar, como aponta o historiador Peter Beattie (2004). Assim, em 1906, o médico Pires de Almeida mostrava-se otimista que, com a nova ordem republicana, a “pederastia” havia diminuído sensivelmente. No discurso do médico, os oficiais imperiais eram acusados de tolerarem as relações sexuais entre homens nos arredores do Campo do Santana e do Largo do Paço, no Rio de Janeiro, “tendo como atores marinheiros, soldados, e vagabundos de toda a espécie” (Cf. Beattie, 2004, p. 276).

⁴⁴ Cf. p. 85-95.

⁴⁵ Grifos nossos.

uma “multidão” que se precipita de todos os lados para ver o “rolo” (BC, p. 93, 94). Com a fuga do português, afirma-se que Amaro volta todo seu ódio “agora contra o povo e contra a polícia” (Idem). Por fim, com a chegada de um primeiro-tenente da Marinha à cena, Amaro, o assustador “homem-fera”, é aprisionado “como um animal feroz” (Idem).

O Bom Crioulo acorda amordaçado na solitária do navio. Durante a noite, a lembrança do tal comandante a respeito de quem “falavam-se cousas” não lhe sai do pensamento. A imagem da homossexualidade encarnada naquele oficial “cheio de indiferença pelo sexo feminino” aparece na imaginação de Amaro de um modo vacilante: “ora terrível, ameaçadora, implacável, outras vezes doce, meiga e complacente” (BC, p. 98).

O mesmo tipo de solenidade presente na abertura do romance se arma e Amaro é levado mais uma vez ao castigo. Como de praxe, o comandante faz a “mostra geral”: “Não se iluda a guarnição deste navio! perorou o comandante. Desobediência, embriaguez e pederastia são crimes de primeira ordem. Não se iludam!” (BC, p. 99). Apesar de seu “orgulho selvagem”, quando sua pele já estava toda coberta pelas marcas dos golpes da chibata, Amaro já não resiste e é levado por um médico ao hospital.

O hospital é comparado a uma “câmara mortuária”, a uma “espécie de convento de inválidos”. Lá, as reflexões de Amaro sobre o amor e a amizade que tinha em relação ao grumete aproximam-no gradativamente a um desejo de morte. Uma vez que tinha como único referencial de existência desejável a vida ao lado de Aleixo e esta se tornara inviável, a morte de Aleixo se apresentava como solução. Mais do que o drama individual de uma personagem atormentada pelo abandono do amante e pelo ciúme, o romance nos permite entrever o caso de uma sociedade no qual o amor entre homens passava a ser regulado pela noção de uma sexualidade constituída como segredo:

A figura do rapazinho, rechonchuda e nédia, esvoaçava-lhe na imaginação provocadoramente, seduzindo-o, arrastando-o para um mundo de gozos, para uma atmosfera de lubricidade, para *o silêncio misterioso de uma existência devotada ao*

*amor clandestino, ao regalo soberano da carne, a todos os delírios de uma paixão que chegava à loucura*⁴⁶ (BC, p. 105).

Dessa forma, o desejo de liberdade do Bom-Crioulo aparece individualizado pela condição única de um “amor físico por uma criatura do mesmo sexo que o seu” (Idem). Nesse ponto, a tensão entre amizade e sexualidade é retomada. Ao recordar a “história de seu amor” que se tornara mesmo uma “obsessão doentia”, ressurgia um Amaro “sensual e uranista”, dominado por um “fetichismo africano” (BC, p. 106).

As recordações do grumete “que o iniciara no amor” traziam consigo um “prenúncio fatal de desgraça” (BC, p. 107), sentimentos que Amaro não sabia explicar. A narrativa constrói novamente toda a encenação do negro tomado por abalos no corpo, febres de vingança e crises nervosas. No cerne desses distúrbios que dominavam o corpo do Bom Crioulo, encontrava-se uma insegurança ambígua: tudo se passava como se os sentimentos de Amaro oscilassem ora pela saudade da vida ao lado de seu “bom e carinhoso amigo” (BC, p. 108), ora por uma “inquietação de namorado”⁴⁷ (BC, p. 109).

A perda da amizade como único laço afetivo de Amaro trazia o temor de um completo isolamento. O que o Bom Crioulo lamentava perder era a estima de Aleixo, mas inquietava-se por não saber se o que perdia era o amigo ou o amante, como se ambos fossem inconciliáveis. Ao narrar a ansiedade de Amaro por uma visita de Aleixo, o texto oscila entre os pronomes pessoais *ele* e *ela*, frisando-os quando se tratava de enfatizar uma expectativa de namorado⁴⁸. A inviabilidade expressa através da personagem literária parece confirmar a interferência que a noção dicotômica de sexualidade teve sobre as relações entre homens, sobretudo, a amizade.

A homossexualidade representada como “excesso” e “intemperança” em si mesma passa a ser vista como ameaça à virilidade do Bom Crioulo. Para um homem que, como Amaro, dependia de sua força física para sobreviver, o ideal viril aparece como definidor de

⁴⁶ Grifos nossos.

⁴⁷ Para uma análise da contradição entre o binarismo social instaurado pela medicalização da sexualidade e o poliformismo das expressões de sexualidade e gênero, ver Susan Clayton: *O hábito faz o marido? O exemplo de uma female husband, James Allen (1787 – 1829)*.

⁴⁸ Cf, p. 109.

sua identidade⁴⁹. A percepção de sua fragilidade física no hospital coloca em xeque este ideal e a “alma do pederasta” (BC, p. 110) mostra-se incompatível para o Bom Crioulo:

Porque afinal (refletia) quando se ama uma rapariga bonita, uma mulher nova, branca ou mesmo de cor — vá! Um homem perde a cabeça, e com razão; mas, andar uma pessoa triste, sem comer, sem dormir, sem fazer pela vida, por causa de outro homem, por causa de um “indivíduozinho” que se abre para todo mundo — é uma grande loucura (Idem)

Não conseguindo livrar-se dessa idéia fixa, Amaro concebe um plano de fuga, decidido a dar “provas de virilidade”, possuindo Aleixo “morto ou vivo” (BC, p.111). O Bom Crioulo sentia-se obrigado a “tornar-se ruim” e não conseguia deixar de imaginar que Aleixo o abandonara pelo fato dele, Amaro, ser um negro, um ex-escravo⁵⁰. A princípio, pensa que o grumete o trocara por outro homem, mas no dia de visitas do hospital encontra Herculano⁵¹ – o marinheiro castigado no início do romance – que lhe conta sobre a especulação do envolvimento de Aleixo com uma “rapariga”. Imediatamente Amaro visualiza uma “mocinha na flor dos vinte anos” encontrando-se com Aleixo num “grande beijo de reconhecimento” (BC, p. 128).

Com as notícias trazidas por Herculano, o Bom Crioulo passa a ser caracterizado pela perda da razão e por um desequilíbrio mental crescentes até o desfecho da narrativa. A idéia de que o grumete havia adequado-se à normalidade ao lado de uma moça, jovem e provavelmente branca realçava o desejo de vingança do protagonista, tomado por “incongruências de macho em cio”. Agora, mais do que antes, Amaro fazia “ (...) questão de gozá-lo, maltratando-o, vendo-o sofrer, ouvindo-o gemer... Não, não era somente o gozo comum, a sensação ordinária, o que ele queria depois das palavras de Herculano: era o

⁴⁹ Daniel Welzer-Lang enfatiza que a valorização da virilidade foi mais definidora da construção do masculino nas camadas populares que nas classes altas, pois estas últimas apelariam a um outro tipo de capital simbólico que não a força física. Quer dizer, na sociabilidade burguesa o machismo se expressaria por mecanismos mais sutis. Cf. *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia*.

⁵⁰ Cf. p. 123.

⁵¹ Herculano havia ido visitar outro marinheiro que sofria de *carregação*, termo que, segundo consta em nota da edição da Biblioteca Nacional, designaria um acúmulo de doenças venéreas.

prazer brutal, doloroso, *fora de todas as leis, de todas as normas*⁵²... E havia de tê-lo, custasse o que custasse!” (Idem).

A seqüência final da narrativa, alternando entre o Hospital da Marinha e a Rua da Misericórdia, é carregada de símbolos através dos quais o romance insinua sua crítica à sociedade. Na ilha onde se localiza o hospital, Amaro escapa ainda ferido e é levado por um português de volta à cidade: na pequena embarcação encontravam-se algumas estrofes de Luís de Camões e uma pintura a óleo na qual o poeta aparece com o olho esquerdo vazado - e não o direito como mostram os registros oficiais – mas nada disso interessava ao Bom Crioulo⁵³. Tudo se passa como se os fatos se repetissem com ares de farsa e, no final das contas, mesmo com o fim da escravidão o negro continuasse submetido à mesma história da qual é mantido na ignorância e na qual a violência se perpetuaria.

Na cidade, o idílio de Carolina e Aleixo é encenado como paródia romântica ao modelo burguês. Longe do Bom-Crioulo, do “crioulo imoral e repugnante” (BC, p. 116), Aleixo sentia-se um verdadeiro homem. Vivia ao lado de Carolina como um marido legítimo e passava a exigir dela que abandonasse os antigos costumes de prostituta e se portasse como uma mulher honesta⁵⁴. Dona Carolina, por sua vez, afigurava-se cada vez mais como uma mulher devotada aos deveres domésticos, embora seus pensamentos permanecessem perturbados pela lembrança de prostitutas assassinadas violentamente nas ruas do Rio de Janeiro. O casal procurava deliberadamente esquecer o Bom Crioulo e voltar-se para sua própria vida íntima que, entretanto, é confrontada pela noção de patologia social que, sabe-se, influenciou o autor. Assim, o modelo burguês de idealização da vida privada aparecia incoerente com a realidade social mais próxima das personagens suburbanas:

Do alto do sobradinho viam ambos, agora, aconchegados, felizes, rindo, os que passavam embaixo, na rua. *Que importava Bom-Crioulo? Que importava a febre amarela?*⁵⁵
Em todo o Rio de Janeiro, em todo o mundo só havia duas

⁵² Grifos nossos.

⁵³ Cf. p. 131.

⁵⁴ Cf. p. 113-121.

⁵⁵ Grifos nossos.

criaturas felizes: ele, o grumete, e ela, a portuguesa — felizes como Adão e Eva antes do pecado, felizes como todos os casais que se amam ... (BC, p. 120).

No romance português *O Barão de Lavos* (1891), que inaugurou a série *Patologia Social* do escritor Abel Botelho e serviu de inspiração a Adolfo Caminha⁵⁶, as noções de degenerescência e hereditariedade são utilizadas para explicar o declínio da esfera conjugal das personagens burguesas representadas na trama⁵⁷. Botelho constrói sua narrativa a partir de uma observação pretensamente naturalista com o objetivo de desvendar as patologias subjacentes às máscaras da burguesia: disso resulta um protagonista que oscila entre cenas familiares marcadas por uma civilidade desconfiada e a realização de seus prazeres de “pederasta” num quarto alugado em um sobrado suburbano, curiosamente descrito como uma “alcova que mais parecia um armário” (Botelho, 1908, p. 47). A imagem da vida dupla cindida entre o público e o privado estrutura o drama burguês. Em *Bom-Crioulo*, a “alcova” foi deslocada para o centro da narrativa. A trajetória de suas personagens é cercada por uma visibilidade sádica, sobretudo, nas cenas trágicas e violentas. A vontade de ser vista com “respeito” no Passeio Público, ao lado de um marinheiro fardado, “chamando a atenção dos burgueses” (BC, p. 121), parece fascinar a prostituta portuguesa de Adolfo Caminha acostumada a visões de crimes e homicídios.

A ascensão da ordem burguesa é vista como espetáculo pitoresco justamente por duas das figuras que representariam os desvios a serem corrigidos por essa nova ordem: a prostituta e o homossexual. Na mesma noite em que o Bom Crioulo fugia do hospital, Carolina e Aleixo iam ao teatro assistir à encenação da Tomada da Bastilha⁵⁸. O cotidiano das classes populares que Caminha busca representar no romance contrasta com qualquer ânimo revolucionário, antes confirma com a noção de “meio segregado da sociedade e naturalmente baixo” a imagem de um rebanho passivo. Acompanhem a descrição da Rua da Misericórdia nos momentos que antecedem o reencontro do Bom Crioulo e do grumete:

⁵⁶ Cf. Adolfo Caminha, *Um livro condenado*.

⁵⁷ No livro de Abel Botelho, Elvira, a esposa burguesa, é atormentada pela leitura do romance *Madame Bovary* e pelo desprezo do marido pederasta, o Barão de Lavos. Cf. *O Barão de Lavos*.

⁵⁸ Cf. p. 126.

(...) sujeitos mal vestidos, operários e ganhadores, desciam com um ar miserável e bisonho de ovelhas mansas que seguem fatalmente, num passo ronceiro, numa lentidão arrastada, numa quase indolência de eunucos. (...)

Nenhum esto de vida quebrava a monotonia do quarteirão, somente o ruído dos bondes e uma ou outra voz falando alto. Pairava um cheiro forte de urina, assim como uma emanção agressiva de mictório público, envenenando a atmosfera, intoxicando a respiração. (...)

Abriam-se botequins preguiçosamente, lojas de negócio, estabelecimentos de madeira, carvoarias, quitandas (BC, p. 133).

Frente ao sobrado, o local aonde vivera ao lado de Aleixo “com uma confiança de noivos” (BC, p. 134) e agora visto como “o tûmulo mesmo das suas ilusões” (Idem), o Bom Crioulo é tomado novamente por uma daquelas transfigurações patológicas que o caracterizaram desde o início do romance. Ao especular sobre as movimentações no sobrado com um empregado da Padaria Lusitana, Amaro fica sabendo da dupla traição. Assim, ao ver o grumete surgir na rua, agarra-o, iniciando uma discussão. Entretanto, o narrador ressalta que Amaro não falava alto. Arma-se um escândalo na rua, mas não pela discussão, antes pela imagem enigmática de dois homens abraçados, remetendo à idéia da “amizade escandalosa” já mencionada. A multidão de curiosos forma-se antes mesmo do assassinato de Aleixo: um marinheiro, um italiano, um guarda-municipal, mulheres e crianças amontoavam-se, enfim: “Transeuntes olhavam-nos de banda e voltavam-se para os ver naquela posição, rosto a rosto, juntinhos, agarrados misteriosamente” (BC, p. 137).

Por fim, Caminha condensa nesses momentos finais um olhar que lançou sobre o povo ao longo de todo o romance. A imagem de uma sociedade que se excitava com a visão da violência. Os castigos corporais animando oficiais e marinheiros dos navios de guerra. As brigas entre marinheiros no cais. As lembranças de prostitutas esfaqueadas de Carolina. Pessoas doentes debatendo-se nas sarjetas. Ações policiais transformadas em espetáculo. E,

na cena final, o corpo ensangüentado de Aleixo. No romance de Adolfo Caminha o povo é dotado de um olhar sádico sobre a violência:

A rua enchia-se de gente pelas janelas, pelas portas, pelas calçadas. Era uma curiosidade tumultuosa e flagrante a saltar dos olhos, um desejo irresistível de *ver*, uma irresistível atração, uma ânsia! Ninguém se importava com “o outro”, com o negro, que lá ia, rua abaixo, triste e desolado, entre baionetas, à luz quente da manhã: todos, porém, todos queriam “*ver*”⁵⁹ o cadáver”, analisar o ferimento, meter o nariz na chaga... (BC, p. 138).

A despeito do olhar paternalista sobre a figura do negro que podemos perceber no trecho citado, o que chama a atenção é que, ao final da narrativa, a imagem forte que encerra o romance não é a da suposta loucura do Bom-Crioulo, mas a de um povo que se excitava com a violência. Oras, a imagem em questão mostra-se coerente com uma época que se preocupou obstinadamente em identificar crimes e patologias em meio à multidão urbana enquanto a problematização das relações amorosas permaneceu mantida sob a fórmula do amor que não ousa dizer o seu nome.

⁵⁹ O verbo “*ver*” aparece grifado ao longo de todo o romance e em todas as edições a que se teve acesso, indicando que se trata de um destaque conferido pelo próprio autor.

Capítulo 3 – A *sciencia* a serviço da sociedade

Neste capítulo, as questões que norteiam o recorte sociológico são eminentemente históricas. Sobretudo, que se colocam no plano histórico-simbólico, uma vez que privilegiei os discursos e práticas orientados pelos saberes biologizantes que se tornaram hegemônicos a certa altura do século XIX, como vimos anteriormente. O fato de tais discursos estarem distribuídos em campos tão distintos como a medicina, o direito e a literatura permitiu um revezamento entre as fontes. Espero assim ter demonstrado o diálogo fértil que se estabeleceu entre ciência e literatura no final do século XIX, ambas buscando legitimidade num certo ideal de verdade que se colocava a serviço da moral dominante.

Essa questão mais geral se mistura a outras de cunho específico que estão presentes no texto. Dentre elas enumero: 1) a preocupação em afirmar o Brasil como país civilizado frente a ideais estabelecidos, sobretudo, nos países europeus, 2) os dilemas em relação às transformações sociais e políticas pelas quais passava a sociedade brasileira, como a urbanização, a proclamação da república e a abolição do trabalho escravo e 3) as polêmicas envolvendo a constituição e a inserção no incipiente campo literário.

Dessa forma, ofereço como ponto de partida a obra de divulgação científica do Dr. Viveiros de Castro, na qual chamo atenção para as preocupações em torno da sexualidade e da raça, inseridas num discurso pretensamente neutro. A seguir, apresento os contextos com os quais Adolfo Caminha se deparou até a chegada em *Bom-Crioulo*.

3.1 A ciência e o eterno retorno do instinto

O trabalho de Marcos César Alvarez nos oferece contribuições importantes sobre o processo de normalização no interior do saber jurídico e, em particular a respeito da importância de Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906) na divulgação das práticas de naturalização do social. Viveiros de Castro foi um jurista formado pela Faculdade de

Direito do Recife e aderiu às fontes que eram fiéis à Antropologia Criminal de Lombroso⁶⁰. Os conceitos da criminologia foram recebidos com entusiasmo por Viveiros de Castro e seus contemporâneos, enquadrando as discussões sobre temas que se tornaram obrigatórios para o direito penal. No interior desse campo, Viveiros de Castro chamava para si o mérito de ter sido o pioneiro na divulgação da criminologia no Brasil (Alvarez, 2002, p. 683, 684). De fato, a obra de Viveiros de Castro foi a que teve maior repercussão: como observa Alvarez, a obra *A Nova Escola Penal* (elogiada por Adolfo Caminha) foi “provavelmente o livro sobre as novas teorias criminológicas que obteve maior repercussão entre a intelectualidade da época, marcando assim o estilo que se tornou predominante de recepção das teorias criminológicas no Brasil”⁶¹ (Alvarez, 2005, p. 83).

Alvarez destaca que tanto o jurista como outros autores que se empenharam na divulgação de Lombroso, mostraram-se refratários às críticas apresentadas por sociólogos como Émile Durkheim à respeito da conceituação do crime (Idem, 2002, p. 686). O enfoque dado ao crime na escola antropológica de então tomava o criminoso como um anormal por natureza. Ou seja, ao filiar-se aos discípulos de Lombroso, Viveiros de Castro e seus parceiros davam maior acento aos fatores biológicos na compreensão do criminoso como indivíduo anormal (Idem, p. 688).

Concordamos com a tese de Alvarez de que, ainda que não tenham sido totalmente explicitados nos textos das leis penais, esses saberes deterministas arraigaram-se nas práticas discriminatórias que marcariam o processo de normalização da sociedade brasileira na Primeira República e nas décadas iniciais do século XX:

Se, por um lado, os juristas adeptos da criminologia não puderam reformar totalmente a justiça criminal segundo os preceitos cientificistas de Lombroso e de seus seguidores, por outro, conseguiram ao menos influenciar reformas legais e institucionais ao longo da Primeira República. E, mesmo nas

⁶⁰ Trata-se do criminologista Cesare Lombroso, (1835-1909), cujo livro *L'Uomo Delinquente* publicado originalmente em 1876 serviu de “paradigma quase perfeito de naturalização do social” (Alvarez, 2005, p. 80)

⁶¹ Na medicina, Raimundo Nina Rodrigues foi quem inseriu as teses da antropologia criminal. Entretanto, assim como no campo jurídico, os autores não se furtavam em expressar juízos médicos, neste caso Rodrigues não deixava de abordar questões penais, vide o título de seu ensaio – *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (Cf. Alvarez, 2005, p. 84)

décadas seguintes, as idéias discriminatórias da antropologia criminal de Lombroso e de seus discípulos continuaram a “operar como um contraponto semiclandestino ao valor formal da igualdade perante a lei” (Idem, p. 696)

De tal forma contextualizado, passemos ao exame de algumas idéias que o jurista incorporou para explicar as condições políticas e sociais nacionais em outro importante trabalho de sua autoria, publicado em 1894. Longe de esgotar a análise possível dessa obra, ressaltamos aqui os pontos centrais de sua argumentação, em particular aqueles que nos permitem entrever o diálogo de suas idéias com a produção literária de Adolfo Caminha.

Foi de forma quase tímida que Viveiros de Castro, renomado jurista e também professor de direito penal, apresentava um pedido de desculpas por desnudar aos seus futuros leitores o domínio das abjeções que assombrava a “vida subterrânea do Rio de Janeiro” (p. 13). Nobre justificativa: a preocupação com a “segurança social” (p. 5) e o “lado humanitário” que motivaram suas investigações. Com essa ambientação era lançado em 1894 seu livro *Attentados ao pudor – estudos sobre as aberrações do instinto sexual*⁶².

Viveiros de Castro pretendia chamar a atenção de magistrados e leitores em geral para os “efeitos das aberrações do instinto sexual na responsabilidade dos acusados e no tratamento penal a lhes ser aplicado” (p. 15). A problemática tornou-se “digna de estudo e merecedora de atenção do leitor” (p. 5) frente aos temores do fim do século XIX diante do processo de urbanização. Ela alçava o Brasil às mesmas condições dos países ditos civilizados, mas demandava manobras específicas frente às colorações diversas de nossas mazelas sociais. Como veremos, as estratégias do dispositivo da sexualidade irão se apoiar em campos distintos do discurso e nesse movimento irão se deparar com relações precisas que dizem respeito às especificidades do Brasil. Viveiros de Castro procura apresentar de um modo muito claro o pano de fundo das preocupações de seu estudo, o mesmo pano que cerca a trágica história do negro Amaro em *Bom-Crioulo*:

N’este fim de século, onde têm augmentado o alcoolismo, o suicídio, a loucura, a criminalidade, as nevroses em suas innumeradas

⁶² Nesta pesquisa, utilizo a terceira edição, publicada em 1934 e disponível no acervo da biblioteca da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

manifestações de Proteu, desde a hysteria até a epilepsia, as aberrações do instinto sexual também se desenvolvem espantosamente, como um dos syndromas da degenerescência, agravada pela hereditariedade. A justiça os pune, a sociedade os estigmatiza e eles têm para sempre gravada em sua vida a terrível sentença do inferno dantesco (Viveiros de Castro, 1934, p. 6).

O instinto sexual seria aquele que mais fortemente influenciaria a conduta do indivíduo, além de assegurar a reprodução da espécie. Deveria funcionar de um modo normal, mas suas manifestações extravagantes comprometiam não somente a “vida, a honra e a liberdade” do indivíduo, mas, sobretudo, comprometia a “segurança social”. A “sciencia” produtora da verdade, a referência ao contexto europeu, bem como a ameaça específica que a questão racial representava para o “caráter brasileiro” são eixos do discurso presente em Viveiros de Castro que merecem nossa atenção.

Os cientistas acreditavam estar revelando a verdade e não a instituindo, como de fato o faziam. O discurso científico embasou práticas de objetivação dos sujeitos como portadores de uma sexualidade normal ou patológica. A proposta de Foucault nos permite explorar as conexões entre saber e poder que conferia legitimidade a estes discursos:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (Foucault, 2005, p. 30).

Qual instância do saber estava autorizada a falar despudoradamente de um assunto tão repugnante? O esclarecimento sobre o problema pretendia-se útil e humanitário, uma vez que todos eram vítimas: tanto o indivíduo que manifestou a patologia, como a sociedade que se via ameaçada. As novas teorias científicas detinham a legitimidade para classificar estes sujeitos aberrantes que escandalizavam a opinião pública:

Mas quando para estes desgraçados se levantam implacavelmente a severidade da justiça e a censura da opinião, é que a sciencia apparece, austera, calma, fria, examinando si há realmente uma alma estragada e corrompida, um perverso a punir, ou si este acto por elle praticado é uma manifestação da degenerescência mental ou nervosa, um impulso irresistível de vontade sem energia, sem ter mais centros inhibitorios (Viveiros de Castro, p. 6, 1934).

Tratava-se de investigar a verdade, fazê-la falar sob os “critérios rigorosamente científicos” da época, categorizando sabiamente as perversões que assombravam e faziam parte do imaginário sobre povo brasileiro. Aplicar os saberes produzidos nas nações mais avançadas e demonstrar que aqui eles também seriam produtivos era ao mesmo tempo um fator que nos aproximava de um ideal civilizatório, ponto de sustentação para o novo vocabulário científico. Nas palavras de Viveiros de Castro, a ciência europeia e seus sábios formuladores representavam o que havia de mais esplêndido, imaculado e profundo:

Este livro é uma vulgarização do que li e estudei sobre as psychopathias do instincto sexual em Kraft-Ebbing, Legrand du Saulle, Charcot e Magnan, Trelat, Tardieu, Emílio Laurent, Leo-Taxil, Moll, Chevalier, Cullerre, Ball, Garnier, Lacassagne, Julio de Mattos, Casper, Binet, Mantegazza, Sighele e nas chronicas judicarias de Bataille. (...) Este assumpto quase despercebido entre nós tem seduzido na Europa as intelligencias mais privilegiadas (Viveiros de Castro, p. 6, 1934).

Desse modo, o professor de direito penal circunscrevia o domínio temático que pretendia abordar como marcado por assuntos imorais, obscenos e que provavelmente sofreria o ataque da crítica que ele mesmo qualificava como ignorante e invejosa. Eram esses os desafios auto-edificantes anunciados pelo estudioso das perversões. A serviço da verdade, Viveiros de Castro congratula-se pela boa acolhida de seu estudo médico-legal por parte da intelectualidade brasileira:

A imprensa unanimemente em suas criticas aplaudio o livro. Dois distinctos professores da faculdade de direito do Recife, drs. João Vieira de Araújo e Clovis Bevilaqua, médicos de alta competência científica, drs. Nina Rodrigues, Francisco Farjado, sábios estrangeiros, Garofalo e Bouardel, dirigiram-me palavras tão lisonjeiras que muito vaidoso ficaria eu si não visse nelas o que representam justamente, a sympathica benevolência dos mestres aos discípulos que estudam e trabalham (p. 12)

Mais do que reconhecimento individual vislumbrava-se aí a ponte entre as teorias científicas européias e a questão nacional. A nascente república do último país do continente a abolir o trabalho escravo almejava reconhecimento como país civilizado nos moldes europeus. Caberia, portanto, à intelectualidade brasileira aplicá-las à realidade local que, aliada ao processo de urbanização com problemas semelhantes a capitais como Paris, uniu as preocupações acerca da população negra recém-liberta:

Procurei trazer às observações dos sábios da Europa o contingente de factos exclusivamente nacionaes. O Brazil oferece n'esse momento de sua evolução histórica, a um observador competente, um phenomeno curioso a estudar, uma raça que se forma pela fusão de três raças differentes, o portuguez, o africano e o índio. E aqui na Capital Federal o problema ainda mais se complica pela concurrencia de estrangeiros, vindos de toda a Europa, que aqui se demoram nas explorações da industria e do commercio. Assistimos a mais uma confirmação da lei de Darwin, a raça mais forte suplantando a mais fraca na lucta pela existência (Viveiros de Castro, p. 7, 1934).

Apesar da menção aos índios, as preocupações envolvendo a raça e a cor do povo brasileiro giravam em torno de uma suposta polarização entre brancos e negros. As reflexões de cientistas e literatos, devotados a compreender nossa definição como “povo”, voltaram-se para os efeitos de relações que cruzassem a um só tempo sexo e raça. Não por um acaso, ao especular sobre o temperamento sexual e o caráter sensual dos brasileiros,

Viveiros de Castro escreve sobre a “hereditariedade de *duas raças*⁶³ que se confundem na mestiçagem” (p. 13). Se por um lado anuncia-se a “confirmação da lei de Darwin”, o risco da degeneração também é colocado em cena como algo evidente e explicativo de nossas contradições:

“Os negros tendem a desaparecer, absorvidos na raça branca e desse cruzamento surge o typo genuinamente nacional, influenciado pelo clima, o mulato desde o bem escuro até o que se diz descendente de barões feudaes, trahindo porém a origem nos lábios e nas unhas. Uma escriptora illustre affirmou no segundo congresso de anthropologia criminal que as épocas de mestiçagem são as mais fecundas na criminalidade e na corrupção dos costumes, porque os mestiços, a par de uma intelligencia largamente desenvolvida, são baldos de senso moral e propensos à lubricidade” (Viveiros de Castro, p. 7, 1934).

Situação paradoxal a da intelectualidade brasileira: por um lado, a sedução de reconhecer a autoridade de teorias científicas européias como condição de possibilidade para afirmar um grau de civilização comparável às nações modernas. Por outro, tal reconhecimento afirmava a predestinação ao fracasso de uma formação racial marcada pela idéia de mestiçagem. Nessa definição o povo brasileiro era desclassificado por uma falta de moralidade ingênita. Por sua vez, essa conclusão resultava de uma dupla suposição: a de que a inteligência dos brancos de origem européia combinada com a ausência de senso moral e predisposição à lubricidade dos negros africanos resultavam num povo propenso à criminalidade e à corrupção dos costumes.

A urgência de estudos de medicina-legal que visavam investigar a verdade já trazia presumido o significado dessa verdade. Viveiros de Castro orgulhava-se por ter pesquisado todos os atos que representassem um “desvio do amor natural” (p. 8). Prostitutas que chegavam de todas as partes, atrizes exibindo-se nos teatros, olhares ardentes nos bondes, crimes passionais, pederastas e invertidos sexuais são alguns dos desvios catalogados. Toda a cidade - ruas, teatros, passeios públicos - serviu de palco para a observação rigorosamente

⁶³ Grifo meu.

científica de Viveiros de Castro. Ainda que a austeridade científica oferecesse uma resposta profética, as palavras de Viveiros de Castro aparecem vacilantes frente ao paradoxo: “Há, porém, apenas uma exuberância do instinto sexual ou já estamos na degenerescência? Não pude resolver o problema. Ahi fica, esperando a resposta de observadores mais felizes” (p. 13).

Apesar da ambigüidade, uma afirmação era categórica: a necessidade de estudar o delinqüente e propor um tratamento penal mais adequado para o mesmo. Não se tratava de advogar a favor da impunidade, mas de demonstrar que essas pessoas eram irresponsáveis, doentes, “vítimas de um estado neuropathológico” (p. 15). Arvorando-se no saber e autoridade conferidos pela *sciencia*, Viveiros de Castro predizia que as novidades que escandalizavam as almas de seus contemporâneos tornar-se-iam “verdades sedições” num futuro próximo.

No caso da homossexualidade, a verdade essencializante que Viveiros de Castro encontrou nos livros de medicina lhe forneceu a chave para explicar o fenômeno que observava nas grandes cidades de sua época. A pederastia e a inversão sexual eram tratadas como equivalentes e desde sempre teriam existido como casos patológicos, mas por um equívoco histórico fora institucionalizada por sociedades como a grega: “A inversão sexual no homem remonta desde a mais longínqua antiguidade e se hoje é ainda muito espalhada foi outr’ora quase uma instituição, aprovada pela religião e pela moral, sancionada nos costumes públicos” (Viveiros de Castro, 1934, p. 211). Como bem observou Costa, trata-se de um tipo de argumento que postula a ignorância dos antigos, ou seja, tudo se passa como se “pelo fato de não disporem do vocabulário científico de que dispomos [fossem] incapazes de descrever a verdadeira natureza de suas inclinações sexuais” (Costa, 2002, p. 27)

As explicações encontradas nos tratados de medicina foram recebidas como a última palavra em termos científicos. Seus representantes eram vistos como missionários da verdade, mentes iluminadas que permitiriam aos povos civilizados diagnosticar os fenômenos patológicos decorrentes da urbanização. Lendo tais páginas, Viveiros de Castro descobrira que, naquele momento, “nas grandes capitais da Europa, em Paris, em Londres, em Roma, em Berlim, a pederastia tem tomado um desenvolvimento espantoso” (Viveiros

de Castro, 1934, p. 216). O serviço prestado por figuras como Westphal e Krafft-Ebing marcaria época na ciência e tornaria seus nomes imortais:

A memória de Westphal em 1870 irradiou nova luz porque pela primeira vez a inversão sexual foi apresentada como um symptoma de um estado nevropathico ou psychopathico anormal. (...) Após este importante trabalho, Krafft-Ebing, o ilustre e notabilíssimo psiquiatra, professor da Universidade de Graz, publicou o seu tão citado e conhecido livro – *As Psychopathias Sexuales*. Depois de formular uma classificação methodica das perversões do instinto sexual, Krafft-Ebing as examina sucessivamente e passa em revista os actos impulsivos que ellas ocasionam (Idem, p. 218 e 219).

Os recortes arbitrários dos nomes que seriam imortalizados pela ciência mal encobriam seus próprios julgamentos morais. Ao mesmo tempo que exaltava os gênios de Westphal e Krafft-Ebing, o Dr. Viveiros de Castro se restringia a comentar as “brochuras de Ulrichs”⁶⁴. Este último teria chegado a “considerações psychologicas de alto valor, muita observação exacta”, mas, segundo palavras do professor de Direito Penal, “foi longe demais em suas conclusões. Chegou a sugerir que o casamento entre homens fosse permitido” (Idem, p. 218). Arbitrariedade, pois do ponto de vista teórico Ulrichs não era – nesse aspecto - contraditório como a maioria dos psiquiatras, uma vez que em suas “brochuras” a sexualidade “natural” não aparecia ao mesmo tempo como “contrária à natureza”.

Após passar em revista as teorias que lhe interessaram, Viveiros de Castro comentava que o assunto da pederastia tinha atraído muito pouco os romancistas até então. Muito menos do que o tribadismo, termo usado para designar a masturbação entre mulheres, fato que se explicaria porque a pederastia, além de ser em si um assunto “imundo e porco” não oferecia “o encanto que a mulher sempre oferece, ainda mesmo em suas aberrações” (Idem, p. 219). Mostrando-se atualizado também em relação às novidades dos

⁶⁴ Trata-se do alemão Karl Heinrich Ulrichs, “autor de doze livros sobre sexualidade escritos entre 1864 e 1879 e cujo objetivo era provar a “naturalidade” das relações sexuais entre homens, pensava que essa naturalidade baseava-se numa inversão sexual “natural”: a existência de pessoas com corpos masculinos mas possuidores de um desejo sexual “feminino”. A concepção dele era a mesma que caracteriza a grande parte do trabalho dos sexólogos da época” (Adelman, 2000, p. 166).

homens de letras, Viveiros de Castro divulgava que uma exceção viria a ser um certo livro de Adolfo Caminha que seria publicado no ano seguinte:

Caminha, o promettedor romancista nacional, que firmou na *Normalista* seus dotes de observador e de psicólogo, disse-me que está escrevendo um romance – *Bom-Crioulo* – onde a inversão é largamente estudada a bordo de um navio de guerra (Idem, p. 220)

Tanto a figura do pederasta como a do invertido eram descritas como identidades natas. Entretanto, o pederasta aparecia associado ao vício e à loucura, uma vez que sua anomalia era vista como resultado de um desequilíbrio mental (Idem, p. 229). Por ser masculino, o pederasta era mais facilmente associado à figura de agressores sexuais. O invertido, ainda que fosse apresentado como portador de uma anomalia ingênita, não era considerado um depravado moral. Muito pelo contrário, o professor de direito penal afirmava que, em geral, tratava-se de “indivíduos lúcidos” que desempenhavam com “brilhantismo suas funções sociais” (Idem). Ainda que crimes como o “estupro homossexual”⁶⁵ tivessem sido registrados entre homens pobres, a distinção colocada por Viveiros de Castro parece preocupada com uma diferença relativa às classes altas, uma vez que dá relevo à sexualidade dos jovens de elite que freqüentavam os internatos⁶⁶:

Na puberdade se accentúa e toma sua feição decisiva. Ligam-se nos collegios em amizades apaixonadas com seus companheiros, escrevem cartas ternas e doces, teem ciúmes de qualquer preferência. (...) São tímidos, reservados, sentimentaes, inaptos para a abstração e generalisação. (...)

⁶⁵ O historiador Peter Beattie analisou dezenove inquéritos militares envolvendo a acusação ou alegação de sodomia referentes ao período 1861-1906. Em que pese a dificuldade que a exigência de provas impunha como limitador para que se abrissem tais inquéritos, nesses poucos registros encontrados por Beattie, aparecem as acusações de “práticas imorais” que indicavam, por exemplo, o temor do “estupro homossexual” do homens mais fortes sobre um “mais moço e mais fraco” (Beattie, 2004, p. 282). Em tais ocorrências era perceptível um contexto de hipermasculinidade, no qual o agressor comprovava sua virilidade. A perda da “honra” era, assim, referida à vítima que havia sido objeto da agressão sexual. Cf. Beattie: *Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930)*, 2004.

⁶⁶ Cf. Balieiro, 2008.

Da amizade apaixonada passam às carícias, aos beijos, às apalpações indiscretas, enfim o onanismo recíproco com todas as variações que se pode imaginar (Idem, p. 229, 230)

De um modo atípico, o afeminado em *Bom-Crioulo* não sente aversão às mulheres e chega mesmo a manifestar desejo por uma prostituta. É Amaro que, mesmo sendo viril, sempre “dera péssima cópia de si como homem”⁶⁷ quando tentou se envolver com mulheres. A figura do Bom Crioulo parece coerente com a produzida por Viveiros de Castro a respeito dos pederastas que sofriam de uma “impotência em face do outro sexo”, marcados por um “amor próprio ferido” e que, “em acessos de raiva ciumenta, dilaceram a dentadas o ventre ou arrancam a pele do escroto e do membro de seus camaradas” (Castro, 1934, p. 229).

Psiquiatria, direito, pedagogia e literatura: o livro *Attentados ao pudor* procurava dar conta dos diversos campos atravessados pelo dispositivo da sexualidade. O caso do Dr. Viveiros de Castro demonstra como o temor da degeneração marcou nossa intelectualidade. A chegada das teorias sobre a degeneração em solo brasileiro coincidiu com o período final do Império (1880-1889) e sua retórica foi empregada tanto por críticos sociais reformistas, como por elaboradores da ideologia oficial ao longo da Primeira República. Os porta-vozes dessas idéias tinham como referência as teorias científicas que se fundamentavam na Biologia que, desde a publicação por Charles Darwin de *A Origem das Espécies* (1859), trouxe consigo um padrão epistemológico que se tornou fonte explicativa até mesmo para as ciências humanas, desembocando na corrente conhecida como darwinismo-social (Miskolci, 2005, p. 16). Dain Borges aponta para a inexistência de um campo intelectual autônomo como fator que favorecia esta permeabilidade das idéias científicas em relação à literatura:

Idéias sociais de degeneração e temas psiquiátricos de caráter provavelmente encontraram sua aplicação mais ampla não diretamente na escrita médica, mas indiretamente através da literatura naturalista. O subdesenvolvido campo intelectual brasileiro tinha uma frágil profissionalização e compartimentação. A educação médica era tanto

⁶⁷ Cf. capítulo 2.

literária e retórica quanto prática e a escrita médica frequentemente emprestava imagens da literatura romântica e naturalista, assim como estas tomavam emprestado imagens da medicina (Borges, 2005, p. 49).

Adolfo Caminha posicionava-se como um representante do naturalismo na literatura e disso vinha sua devoção ao valor da verdade tanto na arte quanto na ciência. Além de um ávido leitor de romances, o escritor brasileiro demonstrava um considerável conhecimento das teorias científicas da época, citando textos originais e também obras de divulgação científica como a do professor de direito penal Francisco José Viveiros de Castro. A análise de sua trajetória como escritor, passando pelo cargo de tenente da Marinha até sua ida para o Rio de Janeiro como funcionário público, permite entender como suas escolhas estéticas e temáticas aproximaram-se dos ideais científicos da época, marcando também os embates com a crítica literária.

Capítulo 4 – O diálogo entre Literatura e Ciência: produzindo trajetórias, romances e verdades

Ao comentar a recepção de *Bom-Crioulo* por parte de seus contemporâneos, Adolfo Caminha afirmara não se tratar de obra para se dar de prêmio nas escolas⁶⁸. As “educandas”, como dizia o autor, não eram o público alvo de seu romance. Ele tentava rebater assim aos ataques que se referiam às páginas “obscenas” de seu livro. Portanto, ainda que levemos em conta o embate com seus críticos, não se encontrará no interior deste percurso biográfico um projeto reabilitador, isto é, que pretenda demonstrar o quanto Caminha foi injustiçado pela crítica contemporânea e posterior que seguiu desqualificando sua obra, em particular *Bom-Crioulo*.

Uma leitura que caia em um certo tipo de ilusão biográfica também será evitada. Ou seja, não procuraremos edificar em torno do autor nenhuma espécie de mito que aponte uma intencionalidade ou coerência previamente estabelecida em sua qualificação como escritor “rebelde”.

As referências ao trabalho de Sânzio de Azevedo, principal biógrafo de Caminha, fazem-se no sentido de apontar discursos e práticas significativos do processo social que tanto o autor como sua obra fazem parte. Da mesma forma transitaremos entre fontes primárias como *As Cartas Literárias*, o artigo *Um livro condenado* e o romance *Bom-Crioulo*. Ora acompanharemos uma linha cronológica, ora a fragmentaremos de modo a tornar compreensível o recorte sociológico.

Ainda que não apareçam sempre isoladas umas das outras, é possível mapear três núcleos de referências marcantes para o período no qual obras como a de Adolfo Caminha foram produzidas: a questão política, sobretudo em relação ao pós-abolição e à emergência da República; a inserção no incipiente campo literário; e, por fim, as contingências não literárias representadas em mensagens culturais que circulavam nos discursos da época.

⁶⁸ Ver o artigo *Um livro condenado* das Cartas literárias (1895) de Adolfo Caminha.

4.1 - Um republicano na província do Ceará

Uma nota impõe-se ao tratarmos da relação de Caminha com o campo do poder político e sua inserção no incipiente campo literário. Concordamos com a ênfase de Pierre Bourdieu sobre a necessidade de elaborarmos uma gênese tanto das categorias de percepção do social quanto do campo de produção no qual essa representação se produz. O sociólogo afirma que temos que considerar

(...) de um lado, a gênese e a estrutura do espaço social inteiramente específico no qual o “criador” está inserido, e constituído como tal, e onde seu próprio “projeto criador” se formou; do outro, a gênese das disposições a uma só vez genéricas e específicas, comuns e singulares, que ele introduziu nessa posição (Bourdieu, 2005, p. 218)

Na pesquisa sobre o *Bom-Crioulo*, esta orientação esteve presente no recorte sociológico. Mesmo nos documentos envolvendo os conflitos com a crítica literária, não se trata de buscar quais eram as vontades individuais do artista, antes como se constituíram e organizaram relações sistemáticas em torno de uma problemática comum.

Entretanto, a proposta de Bourdieu foi utilizada somente até certo ponto. Se por um lado, são fundamentais a desconstrução da idéia de gênio criador e a definição de uma problemática comum, por outro, seu recorte sobre a gênese e estrutura do campo literário demonstra eficácia somente para análise daquelas obras que tinham como problemática a própria criação do campo literário. Como tem sido exposto nessa pesquisa, a questão da permeabilidade da literatura em relação a outros campos do discurso científico encontrou nos trabalhos de Foucault e Dain Borges possibilidades mais interessantes. Voltemos à trajetória do autor de *Bom-Crioulo*.

O Diário, periódico que circulou em Fortaleza em 1892 e que tinha como redator-chefe Adolfo Caminha, apresentava-se ao público como um “jornal de província (...), em formato pequeno, sem programa político, sem ódios partidários nem ambições inconfessáveis, modesto, nascido no silêncio e na obscuridade”⁶⁹. Se na redação deste

⁶⁹ Citado em Azevedo, p. 67.

jornal encontramos um argumento de neutralidade, observaremos algo diverso nas posições de Caminha relativas às questões políticas de sua época.

É conhecido e destacado por seus críticos e biógrafos seu discurso proferido da Escola de Marinha em junho de 1885. Tratava-se de homenagem a Victor Hugo, falecido um mês antes. A sessão solene, além pessoas da sociedade carioca, contava com a presença do Diretor, Almirante Fortunato Foster Vidal, e até do Imperador D. Pedro II. Segundo registro de Sânzio de Azevedo, ao lamentar o desaparecimento do poeta e romancista francês, Caminha exclamara a certa altura: “Ah, não poder ele assistir à nossa marcha triunfal para a abolição e a República”⁷⁰. O almirante ameaçou punir o aluno, mas o próprio Imperador fê-lo ver que aquilo eram “arroubos de moço”⁷¹, provavelmente com o objetivo de evitar que tal discurso assumisse proporções maiores.

O uso da chibata, que culminara na revolta de 1910, era comum nos navios de guerra à época de Caminha. Contrário ao castigo, o autor de *Bom-Crioulo*, redigiu uma espécie de manifesto com a assinatura do maior número possível de alunos. Conforme nos conta Sânzio de Azevedo, o diretor da Escola foi avisado a tempo de proibir a circulação do panfleto. Assim, “com o escândalo do discurso republicano diante do Imperador e essa tentativa de revolta contra a disciplina, o nome de Adolfo Caminha começou a ser mais largamente conhecido e comentado” (Azevedo, 1999, p. 22)

O antimonarquismo de Caminha fora novamente publicizado em seu livro *No país dos Ianques*. Publicado pela primeira vez em 1890, o livro é resultado de viagem de instrução com a Marinha para os EUA em 1886. Em um trecho, falando sobre os presidiários de Fernando de Noronha, Caminha afirma que “o imperador nunca estendeu o seu magnânimo olhar até aos cárceres senão em certos dias de gala natalícia, para indultar os escolhidos da política dominante” (Caminha apud Azevedo, 1999, p. 93). Em outro momento, diante de estátuas em Nova Orleans e ao recordar as que vira em Barbados e Jamaica, se alegra por não ter visto a estátua de nenhum imperador e se refere “àquela colossal massa de bronze que se ergue no largo do Rossio, no Rio de Janeiro, em forma de um monarca escanchado n’um belo cavalo”. Continua o escritor: “Tive pena de não ser aquele bronze aproveitado

⁷⁰ Ibidem, p. 22.

⁷¹ Ibidem, idem.

para outra coisa mais digna e útil”, remetendo aos “tempos do anacrônico império do sr. D. Pedro II” (Caminha apud Azevedo, 1999, p. 93)

No posto de segundo-tenente da Marinha, Caminha consegue em 1888 transferência para o cruzador Paquequer, sediado em Fortaleza. Nesse momento, os homens de letras do Ceará se concentravam no Clube Literário fundado em 1886 e o estado era governado pelo paulista Caio Prado. (Azevedo, 1999, p. 34). Tanto este último, como os membros do Clube Literário seriam caricaturados no romance *A Normalista*. De acordo com Azevedo, inicialmente Caminha ficara “(...) à margem dos acontecimentos, até quando, em julho de 1889, já no governo de Henrique Francisco D’Ávila, foi instalado o Centro Republicano do Ceará (...)” (Azevedo, 1999, p 34).

Com a proclamação da República, apesar da crise pessoal e profissional que já enfrentava, Caminha foi chamado pelos companheiros a participar das festas de comemoração. Nessa ocasião, registra-se a exaltação do escritor frente a derrocada da monarquia: “(...) sendo-lhe dada a palavra, pronunciou um discurso que entusiasmou o auditório, prevenido contra ele, sendo aclamado ruidosamente (Frota Pessoa apud Azevedo, 1999, p. 36).

Temos de reconhecer o alcance limitado do posicionamento político de Adolfo Caminha, situação comum à da maioria dos literatos do período. Apesar de não ser um detentor de poder político ou justamente por esse motivo, Caminha expressava um alinhamento aos ideais igualitários como pudemos ver nos exemplos do discurso republicano, abolicionista e nas críticas aos castigos corporais na Marinha. Os traços desses posicionamentos políticos tornam-se melhor delineados à medida que levamos em conta o quadro histórico mais amplo no qual o escritor se insere.

À margem das instituições políticas dominantes, perceberemos em Caminha uma preocupação crescente com a produção literária. Não se trata de afirmar que a literatura não fosse uma preocupação do escritor antes de seu afastamento da Marinha. Antes, da percepção de que sua volta ao Rio de Janeiro marcaria sua dedicação crescente à vida literária e sua posição em defesa da autonomia da literatura. No seguinte trecho publicado em 1895 no artigo *Novos e Velhos*, Caminha esboça sua crítica à “nova geração”:

Atualmente presenciamos uma geração sem vida própria, sem estímulo de espécie alguma, arrastando sua indolência pelos botequins e redações, comentando política e discutindo frivolidades, numa pasmaceira de todos os dias. (Caminha, 1895, p. 7)

4.2 - Pública vida íntima

Foi com um livro de poemas, *Vãos Incertos*, que Adolfo Caminha estreara como escritor em 1887. No mesmo ano foi lançado o livro de contos *Judite e Lágrimas de um crente*. Se, por um lado, não podemos deixar de registrar que sua estréia deu-se com estas obras marcadas por ideais românticos, por outro, não podemos ignorar que sua identificação com as letras intensifica-se a partir da publicação de *A Normalista*. Por sua vez, este fato não pode ser dissociado de seu distanciamento em relação à carreira na Marinha.

O relacionamento de Caminha com Isabel Jataí de Paula Barros, casada com um oficial do Exército, escandalizou a vida provinciana de Fortaleza e marcou sua trajetória na Marinha. O romance começou em 1888 com os cuidados de encontros secretos. Entretanto, de acordo com Sânzio de Azevedo, Adolfo e Isabel passaram “a se comportar de modo cada vez mais acintoso, do ponto de vista da sociedade fortalezense de então”. Isabel abandona o marido e passa a viver com Caminha em plena Fortaleza.

Tão logo tornou-se público, o relacionamento dos dois acarretou em outras implicações: era então setembro de 1889 e Caminha fora chamado ao Rio de Janeiro: “Catorze dias depois de haver decidido ficar com Isabel, o tenente é convocado, por intermédio de telegrama, para se apresentar ao último Ministro da Marinha na monarquia, José da Costa Azevedo, Barão de Ladário” (Azevedo, 1999, p. 36).

Com a mudança no regime político e, conseqüentemente, no comando da Marinha a polêmica, que envolvia sua vida privada, não se esgotaria. Mesmo alegando motivos de saúde para justificar sua necessidade de permanência do Ceará, Caminha é convocado com urgência pelo primeiro Ministro da Marinha da República, Almirante Eduardo Wandenkolk. Conta-nos Azevedo que “(...) Wandenkolk, possivelmente influenciado por

opiniões contrárias ao ato do oficial, é taxativo: Adolfo Caminha terá de embarcar imediatamente num vaso de guerra que zarparia rumo à Europa: era um meio radical de separar o tenente de sua amada” (Azevedo, 1999, p. 37).

Segue-se a esse episódio a decisão extrema de pedir demissão da Marinha. Em 15 de fevereiro de 1890 foi assinada sua exoneração. Nesse mesmo mês foi nomeado praticante da Tesouraria da Fazenda, em Fortaleza, pelo então Ministro Rui Barbosa. Em 1892 conseguiu transferência definitiva para o Rio de Janeiro, onde trabalhara no Tesouro Nacional.

Ainda em Fortaleza, em 1891, fundou, junto a outros nomes, a *Revista Moderna*. A revista teria impresso uma “verdadeira feição moderna”⁷² e marcado época pelas polêmicas que suscitou. Este era o objetivo de Caminha, que reclamara então da ausência de crítica no Ceará, que se limitava a receber qualquer obra “em termos lacônicos e entusiásticos” (Caminha apud Azevedo, 1999, p. 39).

Em 1892 aceitou o convite para participar da Padaria Espiritual, uma sociedade literária que propunha “fornecer pão de espírito aos sócios em particular e aos povos em geral”. Os sócios se chamavam “padeiros”, as sessões eram “fornadas”, o local o “forno” e seu jornal, coerentemente foi batizado de “*O pão*” (Azevedo, 1999, p. 59).

O jornal via de regra ironizava a elite local, ora referindo-se à “burguesia” e aos “senhores burgueses” com termos como “grande facínora da civilização”. Caminha assinava seus textos sob o “nome de guerra” Félix Guanabarino em alusão à sua passagem pelo Rio de Janeiro. Em sua última colaboração com o jornal, o escritor lamentara o desaparecimento das festas de caráter popular que davam lugar a festas aristocráticas (Azevedo, 1999, p. 64).

Foi nesse jornal que seria divulgado o romance que Caminha lançaria no ano seguinte: “*A Normalista* será o livro com que, em breve, Adolfo Caminha há de fazer sua estréia no romance experimental”. O mesmo artigo afirmava que o escritor “já tem bastante convicção social, aprendida nos homens e nos livros, para fazer uma crítica conscienciosa da parte de nossa sociedade, que ele se propôs analisar” (Freitas apud Azevedo, 1999, p. 62).

O livro anunciado ainda em 1892 saiu dos prelos no ano seguinte. Como vimos, nesse momento Caminha já se encontrava de volta ao Rio de Janeiro como funcionário do

⁷² Rodrigues de Carvalho apud Azevedo, p. 39.

Tesouro Nacional e dedicando-se à literatura e ao jornalismo. Sânzio de Azevedo descreve o cenário que Caminha encontrara a sua frente:

O escritor cearense encontraria, em 1893 (ano em que ingressaria realmente na vida literário do Rio), pontificando nas letras da Capital Federal figuras como Machado de Assis que, em pleno apogeu de sua carreira de ficcionista, já havia publicado dois de seus três principais romances da fase realista (*Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*); Aluísio Azevedo, que era respeitado como o mestre brasileiro do Naturalismo, com *O Mulato*, *Casa de Pensão* e *O Cortiço*; Raul Pompéia, que havia garantido renome com *O Ateneu* (...) (Azevedo, 1999, p. 77)

Trata-se aqui de um recorte que indica parte do contexto literário com o qual se deparou Caminha. O conjunto de nomes é muito mais vasto e envolveria figuras como Sílvio Romero, destacando-se na crítica.

A Normalista, considerado por Caminha seu primeiro livro, surge nesse momento e seguia os moldes do *Romance Experimental* de Émile Zola (conforme veremos adiante). A idéia de que a “Arte” deveria ser fiel à “Verdade” estava presente na forma como o escritor retratou o “Ceará burguês” em suas páginas. Na interpretação de alguns críticos, trata-se de “um livro de vingança contra as conseqüências do escândalo em que o ficcionista estivera envolvido”, “contra a sociedade que o perseguiu” (Pessoa apud Azevedo, 1999, p. 80).

O romance tem como eixo as relações que se estabelecem em torno da personagem Maria do Carmo, jovem que estudava na Escola Normal. A técnica naturalista se revela nas descrições que inferem atributos morais a partir de traços físicos e biológicos das personagens. A observação de Caminha dirigida à sociedade cearense produziu assim dois aspectos do romance: a exposição de escândalos da vida privada e a caricatura de figuras da vida pública. A publicação de *A Normalista*, rotulado por alguns críticos como um “livro vingador”, projetou o nome de Adolfo Caminha nacionalmente, como já observara Azevedo (Azevedo, 1999, p. 78).

4.3 Literatura e Ciência: uma lição de verdade para o “respeitável público”

A posição do autor de *A Normalista* no cenário das letras veio fortemente à tona em seu livro de crítica publicado em agosto de 1895, *Cartas Literárias*. A maioria dos artigos ali reunidos foram publicados na *Gazeta de Notícias* no Rio de Janeiro e outros dois saíram pela *Revista Moderna*, em Fortaleza.

Nas páginas que abrem a coletânea, Caminha lamenta a indiferença com que são vistos os homens de letras e o resultado ínfimo da estatística das produções literárias no Brasil (Caminha, 1895, p. 1). Ao buscar explicações para a situação, o escritor apela para comparações com o mercado de livros na França e dispara contra o diletantismo dos escritores da “nova geração”. A crítica é marcada pelos ideais civilizatórios da época, chegando à afirmação de que “nem que fossemos um longínquo país do centro d’África” nossa ínfima produção literária se justificaria.

Ao falar dos poucos que entram no “magnífico templo das artes”, Caminha traça um paralelo com a suposta índole do brasileiro. Esse texto revela algo que exploraremos em momento apropriado, isto é, os discursos que permeavam distintas mensagens culturais (literárias, científicas e jurídicas): “Diminutíssimo é o número destes. Magra estatística onde se reflete, tal como é, a nossa índole – meio cabocla, meio ariana – preguiçosa e mórbida”(Caminha, 1895, p. 2). O resultado dessa preguiça na visão do autor é que nossos leitores tornavam-se ávidos consumidores de livros europeus a título de novidade: “Eis aí como a França se desentulha de livros inúteis – mandando-os para o Brasil, para a Algéria e até para os selvagens...” (Ibidem, p. 3).

Nesse cenário, Caminha afirma que um dos poucos que escaparia da indiferença pública seria Machado de Assis, êxito conquistado ao livrar-se dos “velhos moldes e enveredando pela psicologia”: “As *Memórias Póstumas de Brás Cubas* caracterizam bem o estado de um espírito que se agitara numa ânsia de verdade e análise. Não é tudo que se poderia desejar, mas difere muito dos velhos contos e fantasias” (Ibidem, p. 5).

O autor de *A Normalista* percorria com desenvoltura os nomes de seus contemporâneos e suas obras. Não se tratava de mera enumeração. Para Caminha era claro o papel que a literatura deveria desempenhar para que o Brasil “conquistasse um lugar honroso entre os países civilizados” (Ibidem, p. 6). É por isso que apesar de se referir ao

Mulato como o “primoroso romance de cunho nacional” de Aluísio Azevedo, ao *Ateneu* de Raul Pompéia ou mesmo a *Um Homem Gasto* de Ferreira Leal, Caminha considerava muito lento o desenvolvimento de nossa literatura. Sua preocupação era com o “papel civilizador da literatura” no desenvolvimento intelectual de uma nação.

A crítica à “mocidade brasileira” neste caso tinha como alvo os escritores simbolistas. Além de frívolos e nefelibatas, tais escritores eram criticados por Caminha por ignorarem a importância da ciência e de autores como Zola para a literatura (Ibidem, p.8). Apesar do ataque à estética simbolista, Caminha exalta a figura de Cruz e Souza, “o maior dos seguidores da corrente no Brasil” (Azevedo, 1999, p. 101). Para o escritor, Cruz e Souza era “um dos pouquíssimos que no Brasil tem idéias seguras sobre arte”. Ele segue o elogio com a justificativa de que se tratava de um escritor independente, que “não tem escola; sua escola é seu temperamento, a sua índole, e este é o maior elogio que se lhe pode fazer” (Caminha, 1895, p. 11).

Voltaremos às *Cartas Literárias*, mas um pequeno salto um ano a frente faz-se necessário: A *Nova Revista*, periódico mensal que circulou no Rio de Janeiro e tinha como diretor Adolfo Caminha contou com a colaboração de vários escritores simbolistas. Sâncio de Azevedo nos oferece um valioso *insight* sobre a posição do autor de *Bom-Crioulo* no cenário das letras ao refletir sobre a relação de Caminha com seus contemporâneos:

Quanto ao fato de Caminha haver espalhado tantas farpas contra os nefelibatas no livro de crítica e no ano seguinte estar ombro a ombro com muitos deles poderia ser explicado pelo *processo de marginalização* a que eram submetidos tanto Adolfo Caminha quanto os simbolistas, pelos que eles viam como representantes da “literatura oficial” (Azevedo, 1999, p. 122).

A posição marginal do autor das *Cartas Literárias* marcaria sua crítica. Dupla marginalização para sermos mais precisos: como escritor num meio literário que não tinha independência e aceitava demandas alheias à arte colocadas por uma incipiente burguesia; por outro lado, mas decorrente da primeira, marginalização social que levou o artista a

romper com o compromisso de agradar ao gosto do “respeitável público”⁷³ e buscar legitimação para suas criações em outro campo, o da ciência como representante da verdade.

No artigo *Protetorado de Midas* datado de 1894, Caminha criticara o “pequeno círculo de escritores e artistas”, particularmente aqueles que buscavam popularidade e costumavam “mendigar favores a imprensa jornalística, ordinariamente leal a um programa econômico e a um *modus vivendi* pouco literário e muito burguês” (Caminha, 1895, p. 13). Os escritores eram divididos por Caminha em três classes de indivíduos: os nulos, os medíocres e os talentosos.

As duas primeiras classes seriam as mais numerosas e viviam sob “o protetorado de seus ídolos”. Na análise de Caminha, os nulos e os medíocres triunfavam justamente por não se afastarem dos velhos modelos e por se esforçarem em conquistar a simpatia do público, tendo como “único ideal o dinheiro ganho num abrir e fechar d’olhos, o santo dinheiro obtido sem esforço” (Ibidem, p. 16). Os talentosos seriam uma classe oprimida, aqueles que, dedicando-se à arte, preferiam o reconhecimento póstumo e definitivo à popularidade momentânea do presente. Estes últimos prezariam pela independência e constituiriam uma “minoría silenciosa e revoltada” (Ibidem, p. 19).

Em defesa dos talentosos Caminha foi buscar em Balzac a representação que lhe pareceu apropriada ao meio literário: nela, o escritor francês afirmava que as artes, as ciências e as letras eram um campo de batalha tão violento como o de uma verdadeira guerra. O domínio dos escritores que buscavam popularidade se explicava pela intromissão de influências alheias à literatura, segundo a explicação mesma de Caminha:

Há quase sempre, direi mesmo sempre, má vontade para os que ousam estrear na literatura sem uma carta, sem um bilhete de apresentação, uma formalidadezinha diplomática, um pedido afetuoso, alguma causa oficial e solene. O poeta deve se mostrar humilde, “bom mancebo”, um pouco tímido sem parecer tolo demais, e confessar imediatamente as suas culpas, isto é, dizer-se idólotra do Sr. Silvio Romero, admirador absoluto do Sr. Valentim Magalhães, e

⁷³ Expressão usada por Adolfo Caminha no artigo *Protetorado de Midas*.

discípulo do Sr. Luiz Delfino. Atualmente é um bom conselho dizer o que pensa em matéria de política republicana. A política já vai penetrando no domínio da literatura e das artes (Caminha, 1895, pp. 18-19).

A crítica manifesta pelo escritor cearense terminava por dizer que o estreito meio literário da época ainda não tinha conseguido se libertar “do preconceito literário que só admite o que está nos hábitos do respeitável público (...) A Arte, a grande Arte, é ainda para nós uma seara virgem, uma terra prometida” (Caminha, 1895, p. 21). Isso que poderíamos chamar de uma espécie de tomada de consciência relativa acerca de sua inserção como estreante no meio literário, parece ter sido determinante para o rompimento de Adolfo Caminha com o gosto do “respeitável público”. O escritor confirmaria em *Bom-Crioulo* sua adesão à técnica naturalista elegendo como matéria-prima “um meio segregado da sociedade e naturalmente baixo” (Caminha, 1896). A presença da verdade na arte: era este o argumento de autoridade que permitiu ao escritor dar vida ao Bom Crioulo. Nesse caso, o sexo e a sexualidade tornaram-se o fundo de verdade para as idéias de instinto e inversão sexual que Caminha encontraria nas idéias científicas da época. Não seria o respeitável público, mas sim a ciência que serviria como fonte de legitimação para o valor de verdade incontestável do romance que publicaria em 1895.

4.4 A cidade saturada: o crime e a simbólica da abjeção

A cidade iluminada, estrelada de luzes microscópicas, era como vasta necrópole na lúgubre inquietação da noite (Bom-Crioulo, p. 129).

As idéias científicas da época poderiam oferecer não só uma técnica de análise para produção de romances, mas até mesmo um modelo de compreensão para a própria “gestação artística” (Caminha, 1895, 131). Era corrente entre os “homens de letras” a idéia de que o artista era um produto do *meio*. Este por sua vez, seria o resultado da combinação entre clima, topografia e sociabilidade e seria “capaz de modificar a própria raça” (Idem, *ibidem*). Frente a tal diagnóstico, escritores como Cruz e Souza chegaram a defender que os

artistas fossem identificados como provenientes do Brasil-sul ou do Brasil-norte, uma vez que a procedência determinaria até mesmo o caráter da obra de arte (Idem, p. 130).

Neste debate, Caminha valeu-se dos próprios argumentos da ciência para defender sua posição: haveria uma primazia do norte sobre o sul, pois as regiões mais temperadas seriam mais propícias à criação artística. A atmosfera, o céu e a paisagem das regiões setentrionais do Brasil ofereceriam as condições ideais para o fortalecimento da imaginação, o desenvolvimento da sensibilidade, proporcionando “estados d’alma” necessários ao artista (Idem, *ibidem*). A sensibilidade artística seria maior quanto mais próximo ao equador estivesse o homem. Caminha busca a confirmação dessa hipótese ao citar a origem dos “maiores escritores nacionais”: José de Alencar, Gonçalves Dias, Castro Alves, Aluísio Azevedo, entre outros nomes, todos tinham em comum o fato de serem “nortistas, comprovando em maioria, a superioridade intelectual de uma zona sobre a outra” (Idem, p. 133). Os homens provenientes do sul também poderiam ser talentosos escritores, afinal eram brasileiros e viviam sob um clima que estava longe de ser tão frio quanto o glacial, que os levaria à atrofia mental (Idem, p. 131 e 135).

As diferenças culturais e sociais ganhavam assim os contornos científicos naturalizantes da época. Entretanto, é interessante observarmos o exercício intelectual de Caminha para explicar porquê os “homens de letras”, fossem do norte ou do sul, terminavam em sua maioria indo para o Rio de Janeiro. A capital da República seria o local por excelência para a educação do espírito dos escritores que traziam consigo as tendências naturais, o temperamento e a vocação que precisavam ser lapidados (Idem, p. 133). A vantagem da capital sobre a província seria a de oferecer aos escritores o contato com “os processos artísticos dominantes e com as idéias gerais da época” (Idem, p. 136). Assim, Caminha resume sua exposição nos seguintes termos:

O Rio de Janeiro é nosso *petit Paris*, o centro da vida nacional, por assim dizer a rotorta (sic) em que se operam as dinamizações artísticas; do norte e do sul correm todos para o meio comum em que se estabelece a verdadeira luta pela existência e pela glória (Idem, p. 137)

Do mesmo ano de *Protetorado de Midas* e de *Norte e Sul* é o artigo *Entre Parênteses*. Nele, o autor de *Bom-Crioulo* apresenta uma espécie de resenha do livro *Nova Escola Penal* do Dr. Viveiros de Castro. Caminha pede licença ao leitor para abrir um parênteses em sua série de estudos literários e tratar de um livro de divulgação científica:

É verdade que a literatura abrange, na sua vasta complexidade, um número infinito de problemas que se relacionam mais ou menos com a sciencia; ela tornou-se mesmo uma grande sciencia, e das mais abstrusas, corporificando em obras de pura análise todo um mundo de verdades, quer na escala dos phenomenos sociais, quer no campo da physiologia, quer, finalmente, na psychologia moderna, tão delicada, tão cheia de mistérios que se vão pouco a pouco descortinando, à força de observação e profundos estudos. (Caminha, 1895, p. 201)

Apesar da analogia entre literatura e ciência, Caminha enfatizara que a crítica do livro do Dr. Viveiros de Castro constituía uma exceção no conjunto de artigos que tinham como proposta estudar obras de arte, romances e romancistas, poesias e poetas. Entretanto, a justificativa para o entusiasmo com que leu o Dr. Viveiros de Castro e com o qual recomendava-o à “mocidade das nossas academias” vem do julgamento de Caminha que afirma tratar-se de um “livro de combate” que poderia transmitir o “luminoso fluxo de idéias que constituem a moderna sociologia criminal, há muito vulgarizada na Europa” (Idem, p. 202). O escritor segue com a crítica acolhedora:

Agitando a questão do crime e do criminoso no seio dessa mocidade, o illustre professor vem, com sua obra, juntar-se aos discípulos de Lombroso, aos que procuram dar uma interpretação mais positiva e mais elevada à sciencia do direito, fazendo conhecidas as leis anthropologicas que determinam os crimes, e estabelecendo o conflito entre a

velha geração, que ia buscar a origem do crime no próprio crime, e a geração actual, a geração forte de hoje, que estuda o criminoso da mesma forma que o médico estuda um cadáver, à luz da verdadeira sciencia (Idem, ibidem).

Caminha admirara no Dr. Viveiros de Castro as mesmas qualidades que percebia nos escritores “talentosos” de sua geração: obstinação em investigar a verdade e espírito combativo em relação aos velhos modelos. De modo semelhante a Caminha, Viveiros de Castro revelara-se um crítico do atraso do Brasil no campo das ciências e da literatura: “Já é conhecida uma parte do prólogo que abre o novo trabalho do Dr. Viveiros (...) e em que se proclamam as nossas misérias, os nossos erros na sciencia e na literatura. Nada, não há nada feito ainda no Brasil!” (Idem, p. 203).

Entre os méritos do Dr. Viveiros de Castro, Caminha elogiava o “estudo dos grandes iniciadores da criminologia moderna” (Idem, p. 204) – nomes como Cezar Lombroso, Henrique Ferri e Gabriel Tarde. Para o autor de *Bom-Crioulo* o trabalho de Viveiros de Castro poderia ser uma obra completa se, a exemplo de Lombroso na ciência e Balzac na literatura, tivesse observado as gírias dos criminosos, aspecto necessário para a investigação do crime (Idem, ibidem). Nos termos de Lombroso, essa linguagem seria similar à “língua dos selvagens”, enquanto para Balzac ela indicaria a forma de expressão “desse mundo subterrâneo” (Idem, p. 204, 205). A gíria interessaria a literatos e criminologistas como um dos caracteres sociais determinantes do delinqüente.

O que chama a atenção de Caminha na leitura das inovações introduzidas por Lombroso é o estudo do criminoso como um sinal de atavismo na civilização, isto é, o reaparecimento de um comportamento supostamente selvagem como fenômeno patológico. Essa hipótese adequava-se a um contexto de urbanização e parecia poder explicar de forma definitiva fenômenos que o autor das *Cartas Literárias* observara “nas cadeias do Brasil” e “nas classes liberais menos instruídas” (Idem, p. 206, 207).

Ao leitor Adolfo Caminha também pareceram dotadas de sentido a incorporação, na obra de Viveiros de Castro, da lei de Ferri sobre a “saturação criminal” e sua posição reformista. A primeira é resumida por Caminha da seguinte maneira: “Do mesmo modo que, em um volume d’água sujeita a certas influências de temperatura, obtém-se a solução

de uma quantidade fixa de substância química, assim, em um dado meio social, sujeito a determinadas condições, obtém-se um número exacto e verdadeiro de crimes. As estatísticas demonstram, com efeito, essa lei, que a muitos parecerá absurda” (Idem, p. 206). Por sua vez, a posição reformista não descartava totalmente a eficácia das penas, mas oferecia um plano de reformas que constituíam os “substitutivos penais”: um conjunto de reformas “de ordem econômica, política, científica, legislativa e administrativa, religiosa, familiar e educativa. Um sistema completo de reorganização social” (Idem, p. 207). Para Caminha tratava-se de um trabalho para anos do qual dependia o destino de qualquer sociedade civilizada e urgente no caso da brasileira, vista como sinônimo de atraso. É por isso que parabenizava o Dr. Viveiros de Castro por tornar conhecidas as “modernas idéias” científicas, afirmando que seu trabalho em *Nova Escola Penal* era mais do que um livro bom, era “um livro necessário” (Idem, p. 208).

Capítulo 5 – Hierarquias e expectativas culturais nos jogos da verdade

Neste capítulo, aprofundaremos a análise dos diversos princípios hierarquizantes que tornaram o Bom-Crioulo um símbolo saturado de abjeção. O argumento de que as explicações dos cientistas brasileiros no final do século XIX se baseavam nas expectativas culturais produzidas por tais hierarquias será melhor explorado ao adentrarmos no embate entre o escritor e a crítica literária em torno do polêmico romance.

De acordo com Nancy Stepan, as analogias usadas pelos cientistas no sentido de afirmar a inferioridade nata de certos indivíduos e grupos sociais fundamentavam-se em metáforas preestabelecidas, familiares e culturalmente arraigadas (Stepan, 1994, p. 76). Tais metáforas foram incorporadas também pela literatura e sua eficácia explicativa era maior na medida em que se adequassem às expectativas sociais. A suposta inferioridade de certas categorias raciais e sexuais naturalizou-se a tal ponto que seu caráter metafórico terminou dissimulado. As observações de Stepan a esse respeito são elucidativas:

Quando, no século XIX, os cientistas postularam uma analogia entre diferenças raciais e sexuais, ou entre diferenças de raça e classe, e começaram a produzir novas informações com base em tais analogias, suas interpretações das diferenças e similaridades humanas foram amplamente aceitas, e uma das razões para esta aceitação eram suas congruências fundamentais com a expectativa cultural futura (Stepan, 1994, p. 77).

No ano de 1895 um criminoso tornaria-se notório naquele meio urbano saturado de criminalidade. Tratava-se de um homem perigoso, muito alto e corpulento, rude como um selvagem, atributos que só poderiam ter cabimento no corpo de um negro, um escravo⁷⁴: em novembro daquele ano fora lançado pelas páginas da Tipografia Aldina o romance *Bom-Crioulo*, episódio escandaloso da literatura nacional. Foi, portanto, através da imaginação literária que o objeto de análise que tanto despertava o interesse da ciência ganhou um corpo, um rosto e uma cor fixos. Uma vida que escapara do controle tão sonhado pela criminologia e dependeu, sobretudo, da imaginação de leitores e críticos

⁷⁴ O recorte temporal da narrativa é anterior à abolição.

literários. Uma personagem com uma essência marcada por contornos sociais e históricos que, no entanto, extrapolaria e muito os limites de espaço e tempo da capital da República no final do século XIX.

Aprisionado para receber o castigo da chibata num antigo navio de guerra, é assim o primeiro contato do leitor com o Amaro de Adolfo Caminha. Em seus momentos-chave o romance tece uma trama que mistura os significados de crime e sexualidade, associando-os a comportamentos como o alcoolismo. A narrativa de Caminha embaralha estigmas associados às idéias de raça, patologia e vícios, produzindo uma imagem poderosa dos desvios sociais mais temidos da época e que pareciam ganhar ainda mais sentido quando associados numa mesma personagem. Prova disso é o momento em que se condena, num único parágrafo, a indolência repentina do Bom Crioulo em relação às suas obrigações no trabalho: “O ladrão do negro estava mesmo ficando sem vergonha!” (Caminha, 1997, p. 42). Poderíamos ficar na dúvida se a falta de vergonha era devida à cachaça que “estava deitando a perder o negro” ou se sua perdição se iniciara quando “se metera com o Aleixo” numa “amizade escandalosa”. Mas para o leitor do final do século XIX é muito provável que tal dúvida não se colocasse, uma vez que a associação entre signos tão distintos às mesmas idéias de estigma, vergonha e escândalo era percebida com naturalidade.

Considerada a obra-prima de Caminha, o romance é produto da combinação dos dilemas sócio-culturais brasileiros, do pensamento científico vigente e das questões relativas à produção literária. Os embates entre o escritor e os críticos do *Bom-Crioulo* podem ser lidos como conflitos nos quais se procurava qualificar ou desqualificar o romance de acordo com estes critérios. O surgimento do *Bom-Crioulo* mobilizou ataques e réplicas que condensaram julgamentos morais, científicos e estéticos que o representaram como um símbolo saturado de abjeção.

5.1 Em defesa da Verdade

Essa representação do abjeto foi, portanto, uma invenção, um produto histórico das tecnologias culturais, científicas e estéticas de sua época. Entretanto, sua carreira discursiva avançara ao longo do século XX, orientando a recepção do *Bom-Crioulo*. A seguinte

apresentação de Lúcia Miguel Pereira, escrita em 1959, sintetiza as categorias que possibilitaram a leitura do romance, cujo momento formador será nossa próxima abordagem:

Nessa história de paixão e morte, passada em grande parte no mar, raramente se sente um sopro lírico, raramente a ressonância poética alteia as criaturas rastejantes. *O tema, já de si abjeto*⁷⁵, e tratado de modo que o torna extremamente chocante, com pormenores de todo desnecessários, por vezes com um mau gosto declamatório espantoso num escritor da categoria de Adolfo Caminha. Mas este livro ousado na concepção e na execução, denso e trágico, é, a despeito de tudo, com *O Cortiço*, o ponto alto do naturalismo. Sombrio, abafado, nauseabundo, o seu ambiente todo parece augurar as explosões do vício e do crime (Miguel Pereira, 1960, p. 9, 10)

É marcante a semelhança entre os termos desse julgamento com aquele produzido em seu momento formador. No entanto, se inicialmente concorreram julgamentos morais, científicos e estéticos na recepção do romance, sua trajetória observaria algo interessante. Gradativamente, a crítica abandonara os critérios científicos que, por fim, caíram em desuso. As qualidades do romance como representativo da estética naturalista finalmente foram reconhecidas. Restou justamente a condenação moral, o critério de desqualificação que valia por si próprio e dava sustentação aos demais. Voltemos à história.

Duas figuras teriam motivado Caminha a expor seus argumentos em defesa do *Bom-Crioulo*. Segundo registro de Sânzio de Azevedo, trata-se de José Veríssimo e Valentim Magalhães. Este último já havia sido apontado por Caminha em sua crítica às hierarquias e à falta de independência do círculo literário. O primeiro escreveria uma *História da Literatura Brasileira* anos mais tarde, livro no qual o autor de Bom-Crioulo não é nem mesmo lembrado. Entretanto, em trecho de seus *Estudos de Literatura Brasileira* se refere ao “malgrado Adolfo Caminha” como um escritor incoerente por ter apoiado os “novos”, isto é, os escritores simbolistas:

⁷⁵ Grifo meu.

(...) o Sr. Adolfo Caminha foi toda vida um naturalista, isto é pertenceu à escola contra a qual, como ninguém ignora senão eles, principalmente se fez aquele movimento. O seu último livro *Bom-Crioulo*, publicado quando já os nossos simbolistas, decadistas, nefelibatas, místicos e queijandos agrupavam-se em torno dele, é feito segundo os moldes do mais puro zolismo. Este fato somente basta para mostrar o desconcerto que vai entre eles, a incoerência das suas idéias, o indeciso e o inconsistente de sua estética” (Veríssimo apud Azevedo, 1999, p. 122)

Por sua vez, a posição de Valentim Magalhães revelaria de modo mais claro as contingências não literárias que serviram de base para a condenação do romance. Segundo Azevedo, sua crítica foi publicada no Rio, no jornal *A Notícia*, em novembro de 1895, sob as iniciais V.M.. No texto, após acusar Caminha de perversão moral, Magalhães seguia afirmando que

“Só assim se pode explicar o fato de haver ele achado literário tal assunto, de ter julgado que a história dos vícios bestiais de um marinheiro negro e boçal pode ser literariamente interessante. (...) Provavelmente o Sr. Caminha já foi embarcado, talvez grumete como o seu louro Aleixo – o que ignoro” (Magalhães apud Azevedo, 1999, p. 123).

Em defesa de seu romance, Caminha publicaria em fevereiro de 1896, na *Nova Revista*, o artigo *Um livro condenado*, no qual acusaria a ignorância de seus críticos em relação à ciência e à literatura, a incapacidade dos mesmos em reconhecer “o talento revolucionário dos estreantes” e, por fim, buscaria um modo de legitimar a existência do *Bom-Crioulo*:

Actualmente a crítica no Brazil, ou melhor no Rio de Janeiro está entregue ao director de uma Companhia de seguro de vida e ao chefe de um estabelecimento nacional de instrução – o primeiro formado em direito econômico e administrativo, o outro doutorado

em pedagogia. D’ahi, d’essa curiosa amalgama, a sentença que condemnou à execração pública o meu romance – *Bom-Crioulo*. Foi um verdadeiro escandalo o acto inquisitorial da crítica, talvez o maior escandalo do anno passado. Não houve quem não quizesse ler a obra mais calumniada de quantas se têm escripto nesse paiz. O Bom-Crioulo vendeu-se à guisa de cartilha da infancia, com grande surpresa para o autor, que acreditava no poderío da crítica *educadora* (Caminha, 1896, p. 41)

Além dos ataques descritos anteriormente, as referências indiretas aos seus críticos, apontariam para os dados biográficos de Valentim Magalhães e José Veríssimo. Conforme registra Azevedo, Magalhães era bacharel em direito e fundou no Rio de Janeiro a Companhia de seguros A Educadora. Por sua vez, Caminha fazia alusão à origem paraense de Veríssimo quando respondia ao “convencionalismo de salão” e à “ignorância” da “crítica do Alto Amazonas” (Azevedo, 1999, p.123). Veríssimo foi diretor da Instrução Pública no Pará e, no Rio, diretor do Colégio Pedro II (Idem, p. 114).

Ao demonstrar-se leitor atento e criterioso, Caminha procura se filiar a uma longa lista de escritores, afirmando que “vem de muito longe essa guerra à verdade na arte” e que ainda não havia saído “dos prelos obra naturalista que não fosse taxada de imoral” (idem, *ibidem*):

Flaubert, o tão citado e tão pouco lido Flaubert, esteve à porta dos tribunaes porque escreveu *Madame Bovary*, um attentado à moral, um livro dissolvente, e estudou a Luxuria num santo! Zola, esse monstro de gênio, não frequenta a aristocracia porque teve a loucura genial de levar ao cabo os Rougon – vinte volumes immoraes – descarnando uma sociedade inteira! Huysman, fazendo o *Là Bas*, historiando os vícios incríveis da Idade Média, resuscitando a missa negra, commetteu uma acção indigna... Maupassant, reproduzindo amores adúlteros nesse livro magistral de *Bel-Ami*, offendeu a moral christã. Eça de Queiroz confundindo ironicamente uma relíquia santa com um objecto asqueroso, ao mesmo tempo que descreve a Paixão do Senhor, e trazendo a

publico o crime de um sacerdote da Igreja, profanou como um judeu... (Idem, ibidem).

Como veremos, Caminha não aceitava os argumentos da crítica que classificavam como imoral uma obra que estudava e condenava a homossexualidade. Nesse ponto revela-se a ambigüidade na posição do escritor. Por um lado afirmava a recusa à moral vigente numa manobra de identificação com escritores consagrados pelo cânone literário. Por outro, apelava aos argumentos moralizantes da ciência da época para legitimar seu *Bom-Crioulo*.

A primeira estratégia de Caminha realiza-se quando, após se referir aos escritores citados anteriormente, conclui com a seguinte afirmação: “Enfim, todos os grandes escriptores do século, todos os artistas da palavra, renegaram a moral, chafurdaram na crápula, tornaram-se desprezíveis e indignos da consideração publica!” (Idem, ibidem).

Acionados num momento em que a acusação de imoralidade dirigia-se tanto à obra como o autor, os argumentos de Caminha foram forjados num momento de embate direto com os críticos. É interessante notar como essa situação obrigou o autor a refletir sobre o significado de sua obra e sobre os termos que deveria empregar para torná-la mais legítima perante os críticos que a vinham destruindo.

Após este breve discurso literário, o autor coloca a questão: “Que é, afinal de contas, o *Bom-Crioulo*?”. A resposta de Caminha é ilustrativa de como a literatura compôs, junto à ciência, uma rede discursiva que se nutria das mesmas representações sobre sexualidade e raça. O personagem título teve assim sua genealogia dissecada pelo autor:

Que é, afinal de contas, o *Bom-Crioulo*? Nada mais que um caso de inversão sexual estudado em Krafft-Ebing, em Moll, em Tardieu, e nos livros de medicina legal. Um marinheiro rudo, de origem escrava, sem educação, nem princípio algum de sociabilidade, num momento fatal obedece às tendências homossexuais de seu organismo e pratica uma acção torpe: é um degenerado nato, um irresponsável pelas baixezas que commete, até assassinar o amigo, a victima dos seus instintos. (Idem, p. 42)

A origem escrava, a ausência de sociabilidade e educação característicos de uma sociedade que se urbanizava e as “tendências homossexuais” foram os traços marcantes utilizados na criação do marinheiro negro⁷⁶. Distante do gosto do respeitável público, Caminha afirmava-se como um escritor que estudara “um *meio* segregado da sociedade e naturalmente baixo”, como visto anteriormente. O Bom Crioulo era imaginado como o produto resultante deste meio. Ao expor as fontes de suas idéias, Caminha afirmava ter aliado a imaginação literária à observação científica. Ele explicava que o romance se espalhava em torno de Amaro e era “logicamente encadeado, de acordo com as observações da ciência e com a análise provável do autor, que, no caráter de oficial de marinha, viu os episódios accidentais que descreve a bordo” (Caminha, 1896, p. 41).

A leitura das teorias deterministas de Lombroso e Ferri parecem ter orientado Caminha a atentar para particularidades como a linguagem, de modo semelhante às idéias que acreditavam que as gírias seriam uma característica essencial dos criminosos. Por esse motivo o escritor dizia não ser possível “empregar a tecnologia convencional de um meio civilizado” na criação da personagem do marinheiro negro, uma vez que “Bom-Crioulo fala o calão de bordo” (idem, *ibidem*).

A origem social de Amaro, “homem de cor em um meio escravocrata e profundamente superficial como era a Corte” (Caminha, 1997, p. 37), é constitutiva do pânico evocado por sua figura. Não se trata de afirmar que a homossexualidade não fosse representada como desvio em figuras de posição privilegiada na hierarquia social, mas sim reconhecer que os significados de cor e origem social conectaram-se na formação de uma simbólica da abjeção num contexto refratário à mudanças. O exercício dessa simbólica está presente na construção das diferentes trajetórias desenhadas no romance. O caso do comandante do navio no qual Amaro servia é emblemático. O Bom Crioulo sentia por ele uma “repugnância instintiva, natural antipatia”, como se fossem “forças opostas que se repelem” (idem, p. 98). O tal homem era caracterizado por sua “bela estampa de militar fidalgo”. A seu respeito, entretanto, “falavam-se cousas”, estratégia discursiva utilizada para se referir à homossexualidade:

⁷⁶ A certa altura do romance, inconformado com a arbitrariedade da decisão do comando da Marinha que lhe transferiu para servir em outro navio, Amaro tem a seguinte reflexão: “(...) a gente não tinha remédio senão obedecer calada, porque marinheiro e negro cativo, afinal de contas vêm a ser a mesma cousa” (Caminha, 1997, p. 75).

Um lenda obscura e vaga levantara-se em torno do seu nome, transformando-o numa espécie de Gilles de Rais menos pavoroso que o da crônica, cheio de indiferença pelo sexo feminino, e cujo ideal genésico ele ia rebuscar na própria adolescência masculina, entre os de sua classe (Idem, p. 97).

Se no caso de Amaro tais “cousas” denunciavam sua “amizade escandalosa” com Aleixo, quando se tratava da figura do comandante não passava de “calúnia, talvez, insinuações de mau gosto” (Idem, *ibidem*). Neste caso, a posição social conferia ao comandante uma espécie de escudo simbólico que lhe assegurava uma imagem pública respeitável, embora o significado da homossexualidade lhe colocasse sob suspeita:

Os marinheiros narravam entre si, por noites de luar e calma, quando não tinham que fazer, lendas e histórias muitas vezes forjadas ali mesmo no fio da conversa... O comandante, diziam, não gostava de saias, era homem de gênio esquisito, sem entusiasmo pela mulher, preferindo viver a seu modo, lá com a sua gente, com os seus marinheiros... E havia sempre uma dissimulação respeitosa, um pigarrear malicioso, quando se falava no comandante. Fosse como fosse, *ninguém o desrespeitava*, todos o queriam assim mesmo cheio de mistério, com o seu belo porte de fidalgo, manso às vezes, disciplinador intransigente, modelo dos oficiais (Idem, *ibidem*).

A sexualidade que se tornara pública e escandalosa, dada à observação dos estudos médico-legais e não à medicina encarregada de dissecar o corpo da família burguesa, foi racializada segundo critérios de cor e origem social. O sexo público parece ter sido o principal ponto de apoio para a naturalização de desigualdades sociais, tornando-se um objeto acessível ao discurso científico. Em defesa de seu romance, Caminha recomendava a seus críticos as páginas dos estudos de medicina-legal, pois ali encontrariam a proliferação de casos como o do negro Amaro:

Procure a crítica os *Attentats aux mœurs*, de Ambroise Tardieu, professor de medicina legal na faculdade de Paris, e ahi, nessas paginas, encontrará os signaes característicos de Bom-Crioulo e de Aleixo (*De la péderastie e de la sodomie*); procure ainda a extraordinária obra de Moll – *Les Perversions de l’instinct genital* – e verá porque razão o autor do Bom-Crioulo não pôde deixar de ser fiel nas suas descrições e em todo seu trabalho (Caminha, 1896, p. 41)

A afirmação sobre os grandes escritores que renegaram a moral e chafurdaram na crápula talvez deva ser relativizada ou melhor questionada. Os argumentos de Caminha para que *Bom-Crioulo* pudesse existir apelavam para a legitimidade da ciência e supostamente não tinham um compromisso com a moral do “respeitável público”. Simplesmente afirmar que Caminha era um moralista não parece iluminar nossas questões. Mais interessante é perceber como a sexualidade redundava na acusação de perversão e desvio para o artista e sua obra. Tal associação indica que a verdade almejada pelos literatos abordava temas não habituais para a sensibilidade dos leitores, mas não renegava totalmente a moral do “respeitável público”. A auto-defesa de Caminha é esclarecedora:

A julgar como certos imbecis, - que os personagens de um romance devem reflectir o character do autor do romance, Flaubert, Zola e Eça de Queiroz praticaram incestos e adultérios monstruosos. Quanto a ser novo em literatura o assumpto do *Bom-Crioulo*, é ainda uma affirmação ingênua ou mentirosa da critica *educadora*. No Brazil foi elle tratado pelo sr. Ferreira Leal no romanceto *Um homem gasto*, com a diferença de ter o escriptor arrancado seu personagem à aristocracia de Petropolis. (...) O naturalismo é a própria vida interpretada pela arte; e, sendo o romance a forma mais natural da arte, claro está que só é immoral quando não apresenta caracteres de obra artística. Ora, andou-se a escrever que Bom-Crioulo “tem páginas excellentes, vigor de expressão, estylo claro...”, mas que o thema é *baixamente repugnante*. Logo, trata-se de uma obra em só o thema é máu. Em arte, porem, não há themas

máus, todos os assumptos, até os mais *baixamente repugnantes*, como o que inspirou a Huysmans o *Lás Bas*, são optimos, desde que o author saiba revesti-los de uma fôrma esthetica. É o meu caso, dil-o a critica, sem o querer, elogiando a fôrma do livro e condemnando o thema. (Caminha, 1896, pp. 41, 42).

Um tema repugnante (a homossexualidade ou, nos termos da crítica, os “vícios bestiais de um marinheiro negro”) seria em si um tema mau. Em sua refutação Caminha dizia não existirem temas maus para um verdadeiro artista, mesmo os mais repugnantes. A roda gira e para no mesmo ponto. Não havia solução para um tópico que fora inventado como sinônimo de desvio moral. Na melhor das hipóteses, a argumentação de Caminha conseguia legitimar suas opções estéticas e os escritores que a ela aderiram, entretanto, a homossexualidade permanecia como símbolo de estigma. Essa era a situação inescapável, uma vez que a ciência que servia de fundamento para a literatura estava a serviço do pânico moral instaurado em torno das questões de sexualidade e raça.

Por fim, as justificativas de Caminha assemelham-se às apresentadas por Viveiros de Castro em seu estudo sobre as aberrações do instinto: as preocupações com a “segurança social”⁷⁷ em torno do tema. A defesa do autor fazia de seu romance uma obra tão útil quanto os livros de divulgação científica que havia lido:

Qual é mais pernicioso: o *Bom-Crioulo* em que se estuda e condemna o homossexualismo, ou essas paginas que ahi andam pregando, em tom filosofico a dissolução da família, o concubinato, o amor livre e toda a espécie de immoralidade social? Está bem visto que o *Bom-Crioulo* não é obra para se dar de premio nas escolas. Escrever para educandas é uma coisa, escrever para espíritos emancipados é outra coisa. Se a critica, ingênua e pudibunda, lançasse o olhar sobre o volume de Tardieu, que eu tenho na minha estante com umas gravuras horríveis e competentemente numeradas, representando *les desordrés que produit la péderastie passive ou la sodomie...* não sei que gestos de

⁷⁷ Cf. Viveiros de Castro, p. 5.

náusea faria, cobrindo o rosto com a mão em leque... (Caminha, 1896, p. 42)

Caminha terminava seu artigo afirmando que o livro que entregara ao público era “uma obra estudada, um livro bem intencionado e verdadeiro, uma analyse da vida”. Poucos anos antes, em 1891, ao prefaciar um livro de poesias, o autor de *Bom-Crioulo* afirmara ser essencial ao artista estar em sintonia com o “espírito do século” e que a obra de arte não poderia deixar de “sofrer a influência do estado intelectual da época em que é produzida” (Caminha apud Azevedo, 1999, p. 47). A literatura como ramo da atividade intelectual, em seu papel civilizador, deveria não somente “consolar a humanidade”, mas também “acrisolar os costumes estigmatizando o vício” e “dignificar o amor” (Idem, p. 48). A publicação de *Bom-Crioulo* em 1895 veio cumprir este papel da arte anunciado pelo escritor anos antes. As páginas que deram vida ao marinheiro negro destinado ao crime eram a expressão de uma verdade histórica que circulou nos discursos científicos e literários: elas registram os limites estreitos nos quais estava encerrada a concepção do humano em fins do século XIX.

Considerações finais

Nossas análises do romance parecem confirmar a correlação de duas hipóteses: de um lado a de uma modernização perversa tal como explicitamos no capítulo 1. No caso da psiquiatrização das perversões, ela produziu e fixou uma noção de “verdadeira homossexualidade”, interferindo nas relações entre homens no sentido de oferecer um modelo de individualização pelo sexo. Entretanto, esse processo não eliminou instabilidades e divergências na definição da sexualidade, em particular na problematização das formas de relações íntimas entre homens.

Como contrapartida, a tensão que se apresentou na leitura de *Bom-Crioulo* a respeito da impossibilidade do desenvolvimento da amizade como vínculo social e afetivo, nos levou às hipóteses complementares de Foucault e Halperin. Quer dizer, o aparecimento da figura do homossexual como problema social e médico esteve correlacionado historicamente ao desaparecimento da amizade. Sobretudo, mostrou-se incompatível com a noção de amor igualitário, como encontramos nos termos de Halperin. Se essa conclusão não pode ser generalizada, parece, entretanto, bem demonstrado que ela mostrou-se útil para uma leitura sócio-antropológica do romance de Adolfo Caminha.

Do mesmo modo, a partir do romance confirmou-se a sugestão de Fry sobre as representações discordantes presentes na produção literária do final do século XIX. A análise das ambigüidades presentes nas estratégias narrativas nos permitiu observar uma convergência instável em relação a uma série de categorias que o termo médico homossexual acabou homogeneizando. Assim, ao contrário do texto de 1896 no qual Adolfo Caminha prioriza os termos homossexualismo e inversão sexual, o romance apresenta várias definições distintas e mesmo incompatíveis sobre as configurações do homoerotismo.

A definição da sexualidade no romance foi marcada pela forte influência da criminologia. De acordo com ela, o desejo sexual do personagem negro aparecia como condição patológica em momentos específicos da narrativa, denotando a latência de uma sexualidade criminosa. A construção da figura típica do adulto perverso em *Bom-Crioulo* fixou-se na imagem de um “homossexual negro” que, entretanto, não era afeminado. Assim, perpassada pela idéia do negro como perigo social, houve uma codificação do

homem branco como possível vítima (feminizada) do desejo sexual do negro como parceiro ativo. Essa codificação dependia da manutenção do estereótipo sobre a suposta sexualidade desenfreada e primitiva do negro.

Nos tratados médicos, inicialmente tratou-se de patologizar o homem que era penetrado sexualmente, isto é, o homem subordinado do modelo ativo/passivo que então passou a ser associado ao afeminamento. Assim, a figura do invertido sexual foi concebida como o genuíno perverso, sendo o parceiro ativo apenas um indivíduo moralmente depravado por sua perversidade. Vemos que anteriormente à ampla convergência marcada pela categoria homossexual, o pólo feminino foi o primeiro alvo da psiquiatrização das perversões. Ou seja, no paradigma europeu houve a constituição do ideal de conduta sexual masculina do cidadão nacional em contraposição à ameaça da condição patológica (afeminada)

Ironicamente, a incorporação desse paradigma no *Bom-Crioulo* promoveu uma certa *inversão*. Mas de outro tipo, uma inversão discursiva. Não se trata de afirmar que ela tenha enaltecido a feminização. Porém, quando se tratou de incorporar o temor do “perigo negro”, intelectuais como Adolfo Caminha e o jurista Francisco Viveiros de Castro mostraram-se preocupados, sobretudo, com a figura do agressor sexual, imaginado como um homem ativo e hiper-viril⁷⁸. Dito de outra maneira, no caso do *Bom-Crioulo* a leitura biopolítica definiu primeiramente o parceiro masculino como portador de uma condição patológica. A psiquiatrização das perversões dirigiu-se primeiramente ao homem negro. Havia o temor do afeminamento, mas ele foi apresentado através da imagem de um homem branco sob ameaça do homem negro e uma sexualidade criminosa em potencial.

Vimos em Halperin como, por meio da categoria da “inversão sexual”, o temor do afeminamento colocou sob desconfiança a sexualidade masculina em geral. No caso do *Bom-Crioulo*, temos uma situação peculiar: a idéia do negro como mais instintivo fez com que o desejo sexual de um homem negro aparecesse como desvio da norma mesmo que estivesse associado a uma concepção tradicional de masculinidade. As teorias deterministas, no caso do desejo sexual do negro parecem ter remontado a uma tradição discursiva anterior que representava o negro como instintivo, o que, nos termos da

⁷⁸ Nos referimos a esse condicionamento ao imaginário do “perigo negro”, pois nos limites desse trabalho não se aborda a questão do homem branco pobre como possível pederasta/ativo. No caso deste estudo, também não abordamos como se concebeu a possível figura do homem negro afeminado/passivo.

medicina-legal foi codificado como uma possível sexualidade criminosa. Talvez seja possível afirmar que o negro, heterossexualizado ou homossexualizado aparecia como abjeto se cruzasse a fronteira da cor. Essa parece ser a lógica que, nos momentos em que a personagem Amaro refletia sobre suas possibilidades afetivas, justificava a idéia de que o mais correto seria “amigar-se com uma rapariga de sua cor”. Porém, essa reflexão somente poderia ser complementada com a realização de outras investigações sobre a configuração do desejo sexual do negro na literatura, numa perspectiva não-heteronormativa.

A respeito das condições em que se deram as escolhas temáticas de Adolfo Caminha, acompanhamos como o processo de marginalização social do autor foi determinante de seu distanciamento do gosto do “respeitável público”. Isso influenciou a exposição, no romance de 1895, da relação que era tida como a mais “subversiva” no domínio dos afetos e da sexualidade, percebida na chave da patologização. Nesse sentido, apesar da marginalização, Caminha partilhou da tentativa dos intelectuais de sua época de afirmar um ideal de civilização. Com isso, o escritor cearense aderiu, a respeito da sexualidade e do olhar naturalizante sobre o crime, ao imaginário burguês que pretendia criticar.

Por fim, mais interessante que as tentativas de categorizações conclusivas a que nos vemos tentados a elaborar a partir do romance, foi o modo como ele nos deu acesso às contradições enfrentadas na tentativa de tipificar a sexualidade. Se para os tratados médico-legais era possível partir de taxonomias apriorísticas sobre a sexualidade, a narrativa literária tinha que delimitar o espaço onde as relações sociais desenvolviam-se. A noção de instinto biológico, por mais que aparecesse como ponto terminal, não tinha a mesma autonomia que no discurso científico. O navio e o sobrado podiam ser mórbidos, aqueles sujeitos poderiam ser apresentados como degenerados ou vítimas de depravação moral. Mas, afinal, emergia a questão que as estratégias narrativas procuraram dar conta: que relações (de hierarquia, resistência ou prazer) tomavam forma naqueles espaços? Como esses homens chegavam a se olhar, admirar ou temer, a construir amizades ou rejeições? Parece claro após a leitura analítica do romance que, na linguagem literária, uma taxonomia de instintos patológicos não poderia expressar essas variadas relações em sua totalidade. As situações experimentadas por Amaro, nas quais a vida lhe parecia uma “existência tão doce

e suave” (Caminha, 1997, p. 74) dão margem às inquietações que não poderiam aparecer no domínio da psiquiatrização.

Fontes:

BOTELHO, Abel. **O Barão de Lavos**. Livraria Chaudron, Porto, 1908, 3ª edição.

CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. Rio de Janeiro: Artium Editora, 1997.

_____. Cartas Literárias, Rio de Janeiro, 1895. Microfilme gravado em CD-ROM na Fundação Casa de Rui Barbosa.

_____. Um livro condenado, In: A Nova Revista. Rio de Janeiro, 1896. Fotografado na Fundação Casa de Rui Barbosa.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. **Attentados ao Pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual**. Rio de Janeiro: Editora Freira Bastos, 1934, 3ª edição.

MOREL, Benedict-Augustin. Tratado das degenerescências na espécie humana, In: Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 497-501, setembro 2008. (Tradução de Maria Vera Pompeo de Camargo Pacheco. texto retirado de *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et les causes qui produisent ces variétés malades*. Paris: Baillièrre, 1857.)

Bibliografia Geral:

ADELMAN, Mirian, Paradoxos da Identidade: a política de orientação sexual no século XX. In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 14: p. 163-171, jun. 2000

ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 4, 2002, p. 677 a 704.

_____ O homem delinqüente e o social naturalizado: apontamentos para uma história da criminologia no Brasil. In: Teoria & Pesquisa, São Carlos, nº 47, jul/dez de 2005, p. 71-92.

AZEVEDO, Sânzio de. **Vida e Obra de Adolfo Caminha**, Fortaleza, Edições UFC, 199

BALIEIRO, Fernando. Masculinidade e homofobia em O Ateneu. Texto apresentado e publicado no **CD Fazendo Gênero VIII – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: UFSC, 2008.

BARCELOS, José Carlos. Identidades problemáticas: configurações do homoerotismo masculino em narrativas portuguesas e brasileiras (1881-1959), In: Barcelos, José Carlos, **Literatura e Homoerotismo**. Publicações Dialogarts: Rio de Janeiro, 2006.

BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova história militar brasileira**, Editora FGV e Editora Bom Texto, Rio de Janeiro, 2004, p. 269-299.

BELUCHE, Renato. **O corte da sexualidade: o ponto de viragem da psiquiatria brasileira no século XIX**. São Carlos, Dissertação de Mestrado, 2006. (São Paulo, Annablume Editora, no prelo)

BIRMAN, Joel. A biopolítica na brasilidade, In: Bocayuva, Helena. **Sexualidade e Gênero no Imaginário Brasileiro – Metáforas do Biopoder**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

BOCAYUVA, Helena. **Sexualidade e Gênero no Imaginário Brasileiro: metáforas do biopoder**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BORGES, Dain. “Inchado, Feio, Preguiçoso e Inerte”: A Degeneração no Pensamento Social Brasileiro, 1880-1940. Tradução de Richard Miskolci. In: Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. **Teoria & Pesquisa**. São Carlos: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Departamento de Ciências Sociais, 2005, p.43-70.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte** : gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. In: cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2006. n.26 p.329-376

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo e Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro Sobre Azul, 2004.

CLAYTON, Susan. O hábito faz o marido? O exemplo de uma female husband (1787-1829). In: SCHPUN, Mônica Raisa, **Masculinidades**. Boitempo: São Paulo, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício – estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2002.

_____, O corpo é o maestro. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, SABIN, janeiro, 2009.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Objetiva (1º ed.), 2001, pp. 10 e 340.

EL FAR, Alessandra. Crítica social e idéias médicas nos excessos de desejo: uma análise dos “romances para homens” de finais do século XIX e início do XX. In: cadernos pagu (28), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007, p. 285-312.

FOUCAULT, Michel. **A Vontade de Saber – História da Sexualidade 1**. São Paulo: Graal, 2005.

_____. **O uso dos prazeres – História da Sexualidade II**. São Paulo: Graal, 2006.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal , 2004a

_____. Sexualidade e solidão. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p.92-103. (Ditos e escritos, 5)

_____. Michel Foucault, uma entrevista: Sexo, Poder e a Política da Identidade. In: Foucault. Michel Foucault, an Interview: Sex, Power and the Politics of Identity; entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982, tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponibilizado pelo Espaço Michel Foucault (hospedado no site da UnB, consultado em 12/02/2009: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/>)

FRY, Peter. Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prosituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas. In: Vogt, Carlos (org.) **Caminhos Cruzados – Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

GAMSON, Joshua. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2006. p. 345-362

GREEN, James. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A Editora, 2000.

HALPERIN, David. M. *How to do the history of homosexuality*. GLQ: A Journal of lesbian and gay studies. Duke University Press, 2000, p. 87–124.

HOWES, Robert. Raça e sexualidade transgressiva em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha. In: Graphos: Revista da Pós-Graduação em Letras – UFPB, João Pessoa, vol. 7, n. 2/1, 2005 – p. 171-190.

HOFBAUER, Andreas. Conceito de “Raça” e o Ideário do “Branqueamento” no Século XIX. In: **Teoria & Pesquisa**. São Carlos: UFSCar, números 42 e 43, jan/jul 2003.

LARA, Oswaldo. “A Teoria Queer e as Sexualidades no Contexto Brasileiro” Artigo apresentado no GT Estudos de Gênero: Teoria e Pesquisa In: *Anais do 31. Encontro Anual da ANPOCS*. 2007. Disponível online em: http://201.48.149.88/anpocs/arquivos/15_10_2007_12_13_11.pdf

MENDES, Leonardo. As ruínas da homossexualidade: o gótico em Bom-Crioulo, de Adolfo Caminha. In: **Luzo Brazilian Review**, n. 41, University of Wisconsin System, 2004, p. 56-70.

MISKOLCI, Richard. O Vértice do Triângulo: Relações de Gênero e Sexualidade em Dom Casmurro In: VIII Congresso Bianual da Brazilian Studies Association (BRASA). Nashville, EUA, outubro de 2006 e também apresentado e publicado no **CD Fazendo Gênero VII – Gênero e Preconceito**. Florianópolis: UFSC, 2006a.

_____. A vida como obra de arte: Foucault, Wilde e a estética da existência. In: SCAVONE, Lucila., ALVAREZ Marcos César. & MISKOLCI, Richard (Orgs.). **O Legado de Foucault**. São Paulo, Editora Unesp, 2006b.

_____. Do Desvio às Diferenças. In: **Teoria & Pesquisa**. Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. São Carlos, Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005. p.9-42

_____. Comentário sobre A Epistemologia do Armário. In: Miskolci, Richard; Simões, Julio Assis. Dossiê Sexualidades Disparatadas. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, 2007.

_____. A Teoria queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS, 2009a (no prelo).

_____. Abjeção e Desejo – afinidades e tensões entre a teoria queer e a obra de Michel Foucault. In: Rago, M. e Veiga-Neto, A. **Por uma vida não fascista**. Belo Horizonte, 2009b (no prelo).

MISSE, Michel. O estigma do passivo sexual – um símbolo de estigma no discurso cotidiano. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.

MORA, Carlos de Miguel. *Os três castigos de Priapo: o sexo como arma no Corpus Priapeorum*. In: FERREIRA, A. M. (coord.), Percursos de Eros: representações do

erotismo, Aveiro, Associação Labor de Estudos Portugueses, Universidade de Aveiro, 2003.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Adolpho Caminha – Trechos Escolhidos**, Rio de Janeiro: Editora Agir, 1960.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista a Jesús Carrillo. In cadernos pagu. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007. v.28. p.375-405

RAMALHO, António Jorge Serafim. Wilde versus Douglas – da educação à revolta da arte. Dissertação de Mestrado em Teoria da Literatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2004. Disponível em: http://www.fl.ul.pt/posgraduados/teoria_literatura/Ramalho1.pdf.

RAGO, Margareth. Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira. In: LOYOLA, Maria Andréa (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 21, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. A Invisibilidade da Experiência. In: **Projeto História**. São Paulo, 1998, p.297-325.

_____. Desconstruir Igualdad versus Diferencia: usos de la teoria pós-estruturalista para el feminismo. In: *Feminaria*. Buenos Aires, 1994, p. 1-10.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do Armário. In: cadernos pagu. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

_____. **Between Men – English Literature and Male Homosocial Desire**. New York: Columbia University Press, 1985.

_____. **Epistemology of the Closet**. Berkeley: University of California Press, 1990

SEIDMAN, Steven. **Queer Theory/Sociology**. Cambridge-MA, Blackwell, 1996.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e Gênero: O Papel da Analogia na Ciência. In: **Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura**. Hollanda, Heloísa Buarque de (Org.) Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e uma história: o naturalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1994.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: Rev. Estud. Fem. vol.9 no.2, Florianópolis: 2001, p. 260-282.